

cadernos do

terceiro mundo

NAMÍBIA:
independência
num impasse

Mensal • Julho 1985 • Esc. 100 • Kz 65 • Mt80 • PG 80 • Cv 80S • Cr\$ 5.000 • Ano VIII • Nº 79

975

976

977

978

979

980

981

982


983

984

985

**A DÉCADA
DA MULHER**





UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 73671 3. CP. 20
"O CAFÉ" LUANDA

A batalha das mulheres

As mulheres formam hoje quase metade da humanidade. São mais de dois mil milhões de seres, que possuem em comum além do sexo, o facto de não terem, na sua maioria, os mesmos direitos da outra metade da população do planeta. Alguns já classificaram a mulher como a grande maioria oprimida dos tempos modernos e assinalaram que nenhuma transformação social estará completa enquanto esta discriminação continuar em vigor. Os preconceitos em relação à mulher são quase tão antigos como a própria humanidade. No entanto, a partir do século passado esta situação começou a modificar-se. A mudança nas relações entre os dois sexos adquiriu a partir de então as formas e intensidades mais diversas em todo o mundo. Mas a transformação não se limitou a uma mera alteração de hábitos. Ela passou a vincular-se a toda uma revolução social e económica destinada a substituir estruturas arcaicas e superadas por outras mais justas, dinâmicas e progressistas.

A mulher entrou nesta revolução como sócia minoritária, mas à medida que o processo avançou, ela deixou de ser o lado frágil e a sua presença torna-se cada vez mais forte. Foi uma dupla vitória — contra o sistema e a secular discriminação — que ainda não foi totalmente alcançada, o que talvez ainda vá demorar até atingir um ponto final. Apesar de tudo, as mulheres de todo o mundo já têm importantes conquistas a festejar. Aliás, era este o principal objectivo da conferência sobre a mulher organizada pela ONU em Nairobi. No entanto, os problemas ainda não resolvidos acabaram por se tornar tão importantes e abrangentes que deixaram pouco espaço para celebrações. Por tudo isto, a situação da mulher no mundo, especialmente no Terceiro Mundo, é o tema da reportagem de capa deste número, onde também se destacam matérias sobre a crise na Namíbia e os falsos mitos criados em torno das Zonas Francas na África, Ásia e América Latina.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Director Geral:
Neiva Moreira

Director Geral Adjunto:
Pablo Piacentini

Editora:
Beatriz Bissio

Sub-Editores:
Carlos Castilho (África)
Roberto Remo Bissio (América Latina)

Conselho Editorial Internacional:
Darcy Ribeiro
Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett (1911-1983)

Tiragem desta edição: 21.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito Legal: 789/82.

Coordenador de Produção:

José Carlos Gondim

Redacção Permanente:

Baptista da Silva, Cláudia Neiva, Cristina Caosura, Eduardo Varela, Gaspar Belo Marques, Horácio Castellano Moya, João Macedo dos Reis, Raul Gonçalves, Roberto Bardini

Departamento de Arte:

Samaral (editor), Sonia Freitas, Miguel Efe

Centro de Documentação:

Lidia Freitas, Eunice H. Senna, Jessie Jane V. de Souza

(Rio de Janeiro), Cristina Assis (Lisboa)

Composição:

Ronaldinho Fonseca

Revisão:

Estevam Reis (Lisboa)

Serviços Comerciais:

Manuela Fernandes

Publicidade:

José Ferreira, Cristina Campos (Lisboa)

Correspondentes:

Argentina: Horacio Verbitsky

Lavalle 1282 — 1er. piso Of. 12 y 14 — Telef.: 35-81-94

Buenos Aires, Capital Federal

Chile: Fernando Reyes Matta

Cañilla 16637 — Correo 9 Providencia, Santiago de Chile

Ecuador: José Steinsleger

Apartado 8968, suc. 7 — Torres de Almagro, Quito

Peru: Rafael Roncagliolo

Apartado 270031, Lima-27

Colômbia: Guillermo Segovia Mora

Apartado 576 — Manáguá

Nicarágua: Arquiles Morales

Apartado 1648 Newton St. N. Y. Washington D. C. 20010

Moçambique: Ezevaldo Hipólito

Rua de Pina 109 Sommerchild, Maputo

BRASIL

Director e Editor:

Neiva Moreira

Editora Terceiro Mundo, Lda.

Rua da Glória, 122/105-106 — CEP 20241 Rio de Janeiro,

RJ — Telef.: 242-19-57 — Telex: 21-33054 CTMB-BR

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), PRESSUR (Uruguai), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina) e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), ALTERCOM (Itália-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Capa: Abaeté Propaganda

Foto: Beatriz Bissio

Circulação em 70 países

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111 Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chinaglia S. A., rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. **CABO VERDE:** Instituto Caboverdeano do Livro, rua 5 de Julho, Praia. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto. **The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto.** **COLOMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Ediciones Sociales, Cordova 801 y Menduburo, Guayaquil — RAYO de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 817 590, Reg. Servicio Pex. 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St., New York, N. Y. 10025 — Tom Mosey Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ-BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINE-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidade Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 58/59, Roma — Faltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4/A Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D. F. — Distribuidora Sayrots de Publicaciones, S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. — Librería México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. — Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal, 100 livrarias em todo o país. **MOCAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** IMELSA, A. P. nº 2705, Manáguá, Nicarágua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Panamense, S. A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras — Pensamiento Crítico, P. R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez #1, Santo Domingo — DESVIGNE, S. A., Av. Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Con. Medien und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bremen. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wennergren-Williams AB, S. 10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S. A., Ave. México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

PORTUGAL: CDL Central Distribuidora Livreira, Av. Santos Dumont, 57, 1000 Lisboa



- 4 **Cartas**
- 6 **Panorama Tricontinental**
- 16 **Editorial — Uma das grandes causas do nosso tempo**
- 18 **Matéria de capa — A década da mulher, Beatriz Bissio**
- 20 A participação da mulher: Uma responsabilidade de todos
- 26 Mais homens que mulheres
- 27 Educação para a vida
- 29 Direitos políticos, sociais e económicos
- 32 Reunião de Nairobi: A conferência de avaliação
- 34 A mulher na agricultura: A camponesa, essa esquecida
- 38 Angola: Lutar e produzir, *Guiomar Belo Marques*
- 40 Moçambique: Um grande esforço
- 43 África do Sul: A opressão no "apartheid", *Jennifer D. Blajberg*
- 46 Sara Ocidental: A separação das famílias, *Baptista da Silva*
- 49 Palestina: A luta pela sobrevivência
- 51 Timor Leste: "Superar um sistema social", *Etevaldo Hipólito*
- 54 Encontro de Havana: Dívida, repressão e crise
- 57 Depoimentos: A mulher latino-americana
- 65 Argentina: As Mães da Praça de Maio, *Horacio Verbitsky*

África

- 70 Namíbia: Pretória desafia outra vez a ONU e a África, *Carlos Castilho, enviado especial a Viena*
- 74 Níger: O período das vacas magras

América Latina

- 76 Chile: Unidade versus terror, *Juan Jorge Faundes*
- 79 Nicarágua: Denunciada manobra de intimidação do FBI, *Gregorio Selser*

Médio Oriente

- 81 Irão-Iraque: 59 meses de guerra

Economia

- 84 As Zonas Francas na berlinda, *Khor Kok Peng*

- 89 **Livros do Terceiro Mundo**

- 90 **Documento — Desenvolvimento e dependência, Muto Ichiyo**

- 96 **Humor**



Namíbia: um novo desafio de Pretória à ONU



Chile: a oposição une-se



O fracasso das Zonas Francas

Cartas

A guerra no Líbano

É com grande tristeza e pesar que acompanho através dos meios de comunicação a tragédia que ocorre no Líbano. Como podem organizações que deveriam ser aliadas (...) estarem-se a massacrar e a auto-destruir? Os palestinos e os libaneses xiitas da organização Amal têm um inimigo comum que é o imperialismo e seu baluarte, o Estado de Israel e os reaccionários sionistas que o governam. Então porque lutam entre si?

(...) Apesar das inúmeras reportagens publicadas pelos cadernos sobre o Médio Oriente em geral, e os libaneses e palestinos em particular, acharia necessário que novas matérias fossem publicadas sobre o assunto.

José E. Cavaco — Rio de Janeiro — Brasil.

A educação no Brasil

(...) Gostaria de sugerir uma pesquisa ou uma entrevista sobre o problema da educação no Brasil. Não uma abordagem superficial, como se costuma fazer, mas uma exposição profunda sobre as carências da população pobre, as dificuldades para se obter uma vaga nas escolas públicas, geralmente ocupadas por filhos de pessoas que podem pagar. E falar sobre o descrédito em que caiu a instituição educacional brasileira, onde os níveis de ensino são baixos e o desrespeito aos educandos é total. E onde é mais fácil obter-se uma vaga na universidade recorrendo a políticos do que passando em exames de admissão!

Carlos Gama — Rio de Janeiro — Brasil.

Divulgar publicações do Terceiro Mundo

Recebi com grande alento a ideia de dedicar uma secção dos nossos cadernos à divulgação de revistas do Terceiro Mundo, o que veio engrandecer, sobremaneira, o conteúdo dessa excelente publicação. (...) Sugiro que se inclua na secção de Revistas do Terceiro Mundo a divulgação de publicações técnicas de ciência e tecnologia de países do Terceiro Mundo. Isso viria a preencher uma lacuna que nenhuma publicação cobre.

M. B. Macedo — Porto Alegre — RS — Brasil.

4 - terceiro mundo

Sobre o Guia — 84/85

"... estou feliz por ter recebido o Guia. Há muito que vínhamos falando sobre a necessidade de um livro assim. É a realização de um sonho, e não tenho dúvida de que se tornará um Guia indispensável para o Terceiro Mundo. A publicação desse livro é um marco intelectual na luta contra o imperialismo... Embora, em geral, o Guia traga informações confiáveis e precisas, as secções sobre a Malásia e Singapura contêm algumas inexactidões e erros. Enviarei uma crítica detalhada para que a utilizem nas próximas edições..."

T. Rajamoon — Penang — Malásia

"... estamos a fazer circular o Guia entre os amigos."

Dr. B. Ekbal — Presidente do "Kerala Sastra Sahitya Parishad" (Movimento de Ciência Popular de Kerala) — Índia.

"... é muito útil para o nosso trabalho... as informações que o Guia traz são relevantes na situação actual."

Rolf D. Assman — Bureau Latino-Americano do EZE (Central Evangélica de Ajuda ao Desenvolvimento) — Bona — República Federal Alemã.

"... O Guia do Terceiro Mundo é sem dúvida uma publicação completa e muito útil..."

Jessica Huntley — Bogle L'Ouverture Publications — Londres — Grã-Bretanha

Objectividade e combatividade

Tomel contacto com essa excelente publicação no Brasil. É, sem dúvida alguma, a melhor que conheço em termos de objectividade e combatividade no tratamento da informação sobre o Terceiro Mundo. A análise da situação mundial e da luta dos povos tem-me colocado informado sobre tantas coisas fundamentais, que se tornou imprescindível para mim adquirir o meu exemplar de cadernos todos os meses. Eu só lamento que a actual Ordem Informativa Internacional não possibilite uma maior divulgação da revista, pois a mesma representa uma fonte de informações fundamentais para qualquer pessoa progressista no mundo de hoje. cadernos é tão necessário como a poesia e a revolução.

Claudio Sandino Silva — São Paulo — Brasil

Política e economia brasileira

(...) Solicito que seja incluído, reportagens ou matérias, o tema "Política e economia brasileira", especialmente, na "nossa" revista. Levante ao pedido a linguagem acessível e a alta qualidade da abordagem, e pezo de suprir nas minhas aulas de Economia para alunos do 2º grau da rede estadual de ensino, a carência de material bibliográfico sobre o assunto.

Consuelo P. Guedes — Niterói — RJ — Brasil

De um leitor na Itália

Venho através da presente solicitar a gentileza de me enviar informações sobre como devo fazer para receber aqui na Itália uma assinatura dos cadernos. O que devo fazer? Quanto custa uma assinatura anual? Como devo efectuar o pagamento?

Divina A. Marçó — Reggio Emilia — Itália.

Os jovens no seu Ano Internacional

Sendo o ano de 1985 o Ano Internacional da Juventude, e sabendo das comemorações que se derão na União Soviética com representantes de todos os países do mundo, gostaria que cadernos publicasse sobre os jovens brasileiros, principalmente sobre a juventude negra. Gostaria que se abordasse a questão da droga, da educação e da alienação dos jovens.

Luiz C. de Oliveira — Vitória — ES — Brasil

Excesso de correspondência

Gostaria de comunicar a todos que, graças à publicação do meu nome na secção "Cartas" já recebi hoje 71 cartas. Foi uma emoção muito grande ver que tanta gente se interessou em se corresponder comigo. A maior parte vem de Angola, alguns de Portugal e Brasil. Por meio deste quero pedir desculpas àqueles que não conseguiram responder, já que muitas e fica difícil responder a todas. No entanto, tenho passado o endereço para algumas amigas para que se correspondam e expliquem minha situação.

Agradeço a cadernos e saúdo a maravilhosa equipa pelo sucesso.

Cristian Carla A. Lazo — São Maria — RS — Brasil.

Intercâmbio

- *Virgílio Pereira da Costa*
C.P. 310 — Benguela — Angola
- *Adélia Bem*
Câmara Municipal de Ílhavo
3838 Ílhavo — Portugal
- *Alfredo Macelo*
ESBEC, nº 50 — Hoji-Ya-Henda —
Ilha da Juventude — Cuba
- *Pablo Moleznik*
Córdoba 1043 - 3º piso — Rosario
(2000) — Argentina
- *Marcelo Braga*
R. Mario Beni, 114 — Suarão —
Itanhaém — SP — CEP: 11.740 —
Brasil
- *Oliveira José Martins*
C.P. 14.337 — Luanda — Angola
- *Sérgio Inácio*
Rua Mario Beni, 148 — Suarão —
Itanhaém — SP — CEP: 11.740 —
Brasil
- *Juira Fernandes*
C.P. 638 — Namibe — Angola
- *José Virgílio Vadson*
ESBEC, nº 50 — Hoji-Ya-Henda —
Ilha da Juventude — Cuba
- *Antonio Eustáquio de Moura*
Av. Sete de Setembro — C.P. 08 —

- Rio Branco — Mato Grosso — Brasil
- *Humberto Geremias de Souza*
Rua Potiguaçu, 213 — Itanhaém —
SP — CEP: 11.740 — Brasil
- *Faustino Piliimbi Kulei*
Centro de Maxaquene 48/64 —
Maputo — Moçambique
- *Veroni Tonetti*
Rua Ernesto Carmeli, 55 apt. 203 —
Xanxerê — SC — CEP: 89.820 — Brasil
- *Rosária de F. Alves Cunha*
Paróquia da Sagrada Família — C.P.
10.155 — Luanda — Angola
- *Ezequiel Antonio*
C.P. 18.584 — Grafanil — C —
Luanda — Angola
- *José Esteves Cavaco*
Rua Pedro Alves, 115/apt. 203
— Stº Cristo — Rio de Janeiro —
RJ — CEP: 20.220 — Brasil
- *Luis Tiamuel*
C.P. 5.380 — Luansa — Angola
- *Marcelo E. Rebelatto*
Rua das Palmeiras, 26 — Araras —
SP — CEP: 13.600 — Brasil
- *Jerônimo José Salvador "Jeró"*
C.P. 509 — Luanda — Angola
- *Carlos Gama*
Rua Santiago Argos, 69 — Vila S. José
— Duque de Caxias — Rio de Janeiro

- RJ — CEP: 25.000 — Brasil
- *José Alves Morais*
C.P. 6.995 — Luanda — Angola
- *Newton Rosa Cabral*
Rua Antônio Vicente, 218 — Boa
Viagem — Recife — PE —
CEP: 50.000 — Brasil
- *Paulo Gerônimo César "Elmy"*
Escola Nacional de Aviação Militar
Comte. Bula — C.P. 140 — Negage —
Angola
- *Suzi Pilsu*
Rua Machado de Assis, 822/apt. 101
— Porto Alegre — RS — CEP: 90.000
— Brasil
- *José Roberto da Costa*
C.P. 2.069 — Luanda — Angola
- *Antonio Chagas Mota*
Rua Franklin Távora, 88 — Centro —
Fortaleza — CE — CEP: 60.000 —
Brasil
- *Contreiras João Ferreira*
C.P. 18.784 — Luanda — Angola
- *José Raulino Jungklaus*
Rua Max Schramm, 786 —
Florianópolis — SC — CEP: 88.000
— Brasil
- *Samuel Tiago*
Apartado 439 — Benguela —
Angola



Fundada em 1930



**A FOC ESTÁ PRESENTE NA
REPÚBLICA POPULAR
DE ANGOLA**

- COOPERANDO NA PRODUÇÃO
DA EMPRESA ANGOLANA DE
INDÚSTRIA DE MOBILIÁRIO ME-
TÁLICO **LELLO-FOC** — SOCIE-
DADE FABRIL DE MOBILIÁRIO
E EQUIPAMENTO DE ANGOLA,
S. A. R. L.
- E COMO FORNECEDORA EM IM-
PORTANTES EMPREENDIMEN-
TOS NAS ÁREAS:

EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO ● EQUIPAMENTO ESCOLAR E DIDÁCTICO
● EQUIPAMENTO PARA HOTELARIA E COLECTIVIDADES ● MOBILIÁRIO
DOMÉSTICO.

RUA D. ESTEFÂNIA, 177-A/C — TELEX 12892 — 1012 LISBOA CODEX — PORTUGAL

Sequestro de Beirute mostra fraqueza de Reagan

□ O longo sequestro de 36 passageiros de um avião comercial da companhia aérea TWA em Beirute mostrou que são os civis norte-americanos quem estão a pagar o preço pela revolta quase mundial contra a política econômica e militar da administração Reagan. O sequestro foi praticamente uma repetição da crise da embaixada norte-americana em Teerão, em 1979. Tanto num, como noutro episódio, pequenos grupos contrários à hegemonia norte-americana atacaram alvos isolados, conseguindo desafiar com sucesso todo o enorme poderio militar dos EUA.

Durante 17 dias, o aeroporto de Beirute foi o centro de uma tensa expectativa depois que muçulmanos xiitas capturaram o avião comercial da companhia norte-americana TWA e mantiveram os seus passageiros e três tri-



Nabih Berri, líder xiita

pulantes como reféns, exigindo a libertação de combatentes árabes detidos por Israel na prisão de Atlit.

Trezentos deles foram libertados pelo governo de Shimon Peres depois que o comando das milícias Amal — que agiu como

mediador — entregou os 39 reféns "em perfeitas condições físicas e mentais", como informou o próprio chefe do Hospital Militar norte-americano em Wiesbaden, Alemanha Federal, para onde foram levados a fim de se submeterem a rigorosos exames médicos. Nas suas declarações pouco depois de libertados, os reféns elogiaram os seus captor e afirmaram que agora compreendem "as razões da sua causa". Robert Brown, um norte-americano de 42 anos, refutou a qualificação de "extremistas" dada aos guerrilheiros, alegando que "sempre foram muito atenciosos conosco e trataram-nos muito bem. Deram-nos muitas lições de história, política e religião".

Em Washington, o presidente Ronald Reagan não poupou ameaças verbais ("os Estados Unidos não esquecerão os crimes cometidos"), assim como ações concretas de represália contra o Líbano. Promoveu um boicote contra o aeroporto de Beirute e decretou a proibição de transporte de mercadorias entre ambos os países em aviões norte-americanos. Quanto à eficácia dessas medidas, o antigo secretário de Estado Dean Rusk admitiu que "é tão grande como a cada de uma pulga".

As reiteradas declarações de Washington e Telavive durante o episódio no sentido de que "não negociam com terroristas" foram desmentidas pela força dos fatos. Reagan, temeroso de repetir os erros cometidos por Carter quando planeou o fracassado resgate de norte-americanos no Irão, em Abril de 1980, presen-



Ronald Reagan: repetir Carter?



Hafez Assad, presidente da Síria

nava sub-repticiamente o governo de Israel para que colocasse em liberdade os prisioneiros que havia transferido do campo de concentração de Ansar no sul do Líbano para o seu território. Ao mesmo tempo ordenava que uma *Task Force* dos Estados Unidos no Mediterrâneo se aproximasse das costas libanesas. Enquanto isso, o Departamento de Estado

aproximava-se da Síria em busca de uma mediação na crise através de um negociador da ONU.

Foi esse o caminho que finalmente levou à libertação dos reféns norte-americanos e possibilitou que os prisioneiros xiitas, sequestrados por Israel e detidos na prisão de Atlit em condições sub-humanas, fossem soltos. An-

tes do episódio, o governo norte-americano estava a encaminhar negociações entre Israel, Jordânia e os palestinos, deixando de lado a Síria. Segundo observadores políticos internacionais, depois deste episódio, o governo de Assad dificilmente poderá ser excluído das conversações ou acordos sobre a situação do Médio Oriente.

Uruguai: partidos anulam pacto com os militares

Os chamados "Acordos do Clube Naval" entre as forças armadas e os civis uruguaios que tornaram possível, em Novembro de 1984, o retorno do país à democracia através de eleições directas, ficaram virtualmente sem efeito desde o início do mês de Julho.

As três principais forças políticas uruguaias, Partido Blanco, Colorado e Frente Ampla concordaram em anular o acordo acertado com os militares há um ano e não convocar uma Assembleia Constituinte, a qual deveria introduzir modificações na Constituição que salvaguardassem a posição das forças armadas, tal como elas haviam exigido naquela ocasião.

A medida é considerada uma demonstração aberta da consolidação do poder civil no país a partir da posse, em Março deste ano, do presidente Julio María Sanguinetti e, simultaneamente, do notório retrocesso da influência dos militares que governaram o país durante 12 anos sob uma feroz ditadura.

A Constituinte, que deveria ter sido instalada no dia 1 de Julho, destinava-se a institucionalizar alguns pontos que os militares desejavam ver incluídos na Constituição uruguia. Fundamentalmente: o papel do Conselho de Segurança Nacional, criado durante a ditadura; o jul-

gamento de "subversivos" pela justiça militar e as normas para a nomeação dos comandos superiores das forças armadas, itens que constituíam as aspirações autoritárias dos militares desde que ocuparam o poder em Junho de 1973.

O partido governamental, Colorado, resolveu, três dias antes da data marcada, colocar um ponto final na questão: instruiu os seus deputados a não aprovar a convocação da Assembleia Constituinte. O Partido Nacional (ou Blanco), da oposição, que não participara do diálogo político com os militares, nunca aceitou os termos do Pacto do Clube Naval.

Por sua vez, a Frente Ampla concordou também em declarar a nulidade dos acordos que previam a convocação da Constituinte. A proposta nesse sentido foi apresentada pelo Partido Socialista, sector que juntamente com o fundado pelo ex-senador

Zelmar Michelini (assassinado em Buenos Aires em Maio de 1976 por uma operação conjunta de militares argentinos e uruguaios), constitui um pólo de influência crescente dentro da coligação de esquerda.

Segundo foi comunicado, algumas semanas antes da decisão dos três partidos políticos, o presidente Sanguinetti teria abordado o assunto com os comandantes chefes dos três ramos das forças armadas, aos quais adiantou a posição do seu partido quanto à questão da Constituinte. O alto comando não fez objecções à proposta, mas teria transmitido ao presidente Sanguinetti a sua preocupação por aquilo que definiu como "algumas posições políticas hostis que envolvem as forças armadas e os seus membros".

No Uruguai, actualmente, ganham força as reivindicações para um estudo jurídico sobre o papel dos militares no passado, principalmente no que diz respeito à violação dos direitos humanos — sequestros, torturas e assassinatos — e aos delitos económicos cometidos pela alta cúpula do regime militar.

A pressão popular forçou a queda do pacto civil-militar



Granada: a falsa retirada dos EUA

O principal partido de oposição em Granada afirmou que os Estados Unidos ainda controlam a vida política da ilha, apesar da retirada das suas tropas. O Movimento Patriótico Maurice Bishop (MPMB), integrado por antigos membros do *New Jewel Movement* (NJM), assegurou que a retirada só teve "fins propagandísticos".

O NJM governou a ilha caribiana de 1979 até Outubro de 1983, quando o primeiro-ministro Maurice Bishop foi assassinado nas vésperas da invasão da ilha por tropas norte-americanas e de países vizinhos.

O elemento do NJM acrescentou que "nada mudou realmente. Os Estados Unidos conti-



Maurice Bishop

nuam a controlar Granada". Em Junho, foram retirados 60 soldados da 82ª Divisão Aérea tendo permanecido apenas 30 para a vigilância da embaixada dos Estados Unidos e para continuar o treino da polícia de Granada.

Cerca de 100 soldados de países das Caraíbas, principalmente da Jamaica, permanecerão em Granada até final deste ano. Uma bandeira dos Estados Unidos continuou hasteada no quartel local das forças armadas, situado num edifício pertencente ao governo.

Blaize anunciou que o seu governo, no poder há seis meses, vai agradecer oficialmente a acção das tropas estrangeiras que invadiram a ilha, para derrubar o governo de Bishop. A invasão foi realizada por cerca de seis mil soldados, pertencentes às forças armadas dos Estados Unidos, Antígua, Barbados, Jamaica, Santa Lúcia e São Vicente.

V. MORENO & HELDER, LDA.

IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO

PRODUTOS ALIMENTARES

Cereais — Legumes — Cafés — Especiarias

Beco dos Toucinheiros n.º 1 P 15-2º
XABREGAS 1900 LISBOA - PORTUGAL

APARTADO 2367 - 1109 LISBOA CODEX
Telefs. 840961/847232/837124
Telex. 12209 Celeir P
Endereço Telegráfico - CELEIRO

Telex

Morre o presidente do PAC sul-africano

O veterano líder anti-racista sul-africano John Pokela, de 59 anos de idade, morreu no passado dia 30 de Junho num hospital de Harare (Zimbabwe). Pokela era, desde 1981, presidente do Congresso Panafricanista da África do Sul (PAC), a segunda maior organização anti-racista no país, depois do Congresso Nacional Africano (ANC). Tanto o PAC como o ANC estão na clandestinidade desde a década de 60, por terem sido declarados ilegais pelo governo racista sul-africano.

Pokela esteve preso durante vários anos na sinistra prisão da ilha de Robben, na África do Sul, onde também esteve detido Nelson Mandela, o dirigente máximo do ANC. Mandela, que ainda continua preso, foi transferido para Pollsmoor, onde cumpre pena de prisão perpétua. A morte de John Pokela foi lamentada por todos os movimentos anti-racistas da África do Sul, apesar do PAC ter adoptado nos últimos anos uma posição cada vez mais distante do ANC, que é no momento o principal alvo da repressão racista branca.

Ajuda alimentar sob suspeita

Durante um seminário Internacional sobre ajuda alimentar europeia a África, um especialista do Gana propôs que os países doadores suspendam durante três anos as remessas de alimentos para as nações afectadas pela seca, fornecendo em troca recursos

para o desenvolvimento de tecnologias alternativas mais adequadas à realidade africana. Edward Ayensu, secretário-geral da União Internacional de Ciências Biológicas e cientista de renome mundial acredita que a ajuda alimentar fornecida pelo Ocidente tem criado problemas em vez de resolvê-los.



A ajuda ilusória

Ayensu afirmou que a entrega de excedentes alimentares aos países que sofrem os efeitos da seca, em vez de activar o desenvolvimento das lavouras locais, adaptadas ao clima e às necessidades da região, tem criado uma "perigosa dependência" em relação aos produtos vindos de fora. Segundo Ayensu, durante a seca de 1983-1984, os países da área do deserto do Sahel exportaram 154 milhões de toneladas de algodão, ao mesmo tempo que recebiam doativos para matar a fome. O biólogo ganhou também no seminário realizado em Oslo (Noruega) pela organização Earthscan, que existem hoje, em toda a África, cerca de 80 mil funcionários europeus, encarregados de organizar a ajuda alimentar, recebendo por mês, só em salários, o equivalente a oito milhões de dólares. Ayensu classificou esses funcionários

como "parasitas da fome" e sugeriu que os oito milhões de dólares sejam usados na formação de técnicos africanos.

Chile pode vender a ilha da Páscoa para pagar dívida externa

Crescem no Chile as pressões de grupos militares a favor da venda ou, pelo menos, aluguer por 100 anos da estratégica ilha da Páscoa, no oceano Pacífico, onde os Estados Unidos pretendem instalar uma base militar para rastreio de foguetes intercontinentais e um aeroporto para navios espaciais. O vice-almirante Charles le May chegou a propor que a ilha seja vendida aos Estados Unidos, a exemplo do que aconteceu no Alasca, para que o Chile pague parte da sua dívida externa.

Caso a venda não se concretize, existem sectores militares chilenos, especialmente na marinha, que defendem um contrato de aluguer a longo prazo semelhante ao existente na base de Clarkfield (assinado com a Espanha) e na base de Diego García, no oceano Índico. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Patricio Carbajal, disse que os opositores à cedência da ilha da Páscoa aos Estados Unidos, "são contra o Chile e contra a civilização ocidental". O problema deve ser decidido pelo general Augusto Pinochet, enquanto os partidos da oposição acusam o regime militar de traição nacional, por estudar a entrega de uma parte do território chileno a um governo estrangeiro.

Argentina: cai o peso, sobe o austral

□ O presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, anunciou um plano económico de "Reforma Nacional", com o objectivo fundamental de controlar a inflação através de medidas drásticas as quais incluem, entre outros itens, o controlo de preços, tarifas e salários. Segundo afirmou Alfonsín, o plano "não é para salvar um governo, mas um sistema".

O presidente argentino advertiu que se não se encontrar uma solução para o problema económico, correm-se graves riscos políticos e insistiu não se tratar de um plano de conjuntura, mas de um programa destinado à "reconstrução e à modernização", porque "o desafio não é melhorar um índice qualquer, mas criar condições para a retomada do crescimento".

Com as medidas propostas, o governo argentino procura atacar as causas da inflação, que foi superior a 209,4% nos últimos



A fome continua, apesar da adopção da nova moeda, o *austral*

cinco meses e calculada em cerca de 40% em Junho último. O congelamento de preços, tarifas e salários começou a vigorar imediatamente.

Paralelamente, o governo compromete-se a reduzir o défice fiscal para 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), mediante a diminuição dos gastos públicos.

Toda a actividade do sector

público, disse Alfonsín, será financiada por "recursos genéricos", isto é, através de impostos, tarifas e receitas externas, porque "não se emitirá mais moeda para essa finalidade".

O ministro da Economia, Juan Sourrouille, declarou que o actual défice fiscal obedece a "desequilíbrios estruturais" na economia e "aos encargos com os juros da dívida externa" que o Estado teve que assumir.

A Argentina tem actualmente uma dívida externa de aproximadamente 50 mil milhões de dólares, para cujo financiamento o país acaba de assinar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O plano económico argentino inclui uma profunda reforma do sistema financeiro e, entre outras medidas, a mudança da unidade monetária. Desde 15 de Junho último, a moeda argentina passou a denominar-se *austral*, com paridade cambial, fixa e irreversível, será de 80 centavos de dólar norte-americano. Um *austral* equivalerá a mil pesos argentinos, unidade monetária que foi utilizada até aquela data.



AGROPROMOTORA

COOPERATIVA PRODUTORA
DE PROJECTOS AGRÍCOLAS, SCRL

Rua Cardeal Mercier, 29, 1.º

Telefone 735135

LISBOA

Delegação - LUANDA: Telefone 60130

Áreas de Trabalho

- Agricultura
- Pecuária
- Indústria Alimentar

Entidades

- Orga. Estatais
- Cooperativas
- Estruturas de produção familiar

Países Africanos

- Angola
- Moçambique
- Cabo Verde
- Guiné Bissau
- Argélia

Projecta e implementa

Moçambique: Solidariedade portuguesa

□ O Comité Português da UNICEF lançou, em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no passado dia 19 de Junho, uma campanha de solidariedade com as vítimas da fome em Moçambique, que decorrerá até final do corrente ano.

Ao anunciar publicamente o início da campanha, Nuno Távora, secretário-executivo do Comité, afirmou que Moçambique ameaça transformar-se «numa segunda Etiópia» devido à fome, provocada pela seca e por outros factores, que afecta dois milhões e meio de moçambicanos, sendo as carências do país quase totais. Segundo João Baptista Cosme, embaixador da República Popular de Moçambique em Lisboa, as causas da fome que assola hoje o seu país, remontam aos últimos vinte anos, tendo directamente a ver com as sequelas da luta de libertação nacional e, após a independência, com as agressões do regime racista da África do Sul, com as catástrofes naturais e mais recentemente, com as acções do banditismo armado.

O índice de mortalidade infantil é, em Moçambique, um dos mais altos do mundo, morrendo 183 crianças em cada mil que nascem e uma em cada cinco morrem antes de atingirem um ano de idade, segundo números divulgados pela Universidade Mondlane de Maputo e pelo ministério moçambicano da Saúde.

A campanha de solidariedade lançada pela UNICEF em Portugal não fará peditórios de rua, tendo os seus organizadores optado por receber os donativos em dinheiro, bens e géneros, na sede da UNICEF e nos comités regionais. O apelo foi lançado no sentido de as pessoas oferecerem

tudo o que puderem, «desde roupas até linhas, cadernos, latas de conservas, sacos de arroz, medicamentos e brinquedos, tudo, novo ou usado».

Uma das grandes iniciativas deste movimento de solidariedade consiste num teledisco chamado «Um abraço a Moçambique», expressamente feito para esse fim e que conta com a participação de um excelente leque de artistas portugueses como Júlio Pereira, José Mário Branco (um dos autores do poema da canção) Pedro Osório (autor da música), Carlos Mendes, Paulo de Carvalho, Sérgio Godinho, Lena D'Água e muitos outros, num conjunto de trinta. «Tanta água nos separa/

Tanta água e basta um passo/
Para que a morte esconda a cara/
Ao sentir o nosso abraço», são os primeiros versos da canção interpretada no teledisco e que diariamente tem passado nos ecrãs da televisão portuguesa.

No final de Julho, todos estes artistas participaram num concerto integrado na campanha e que esgotou os cinco mil lugares do Coliseu, a maior sala de espectáculos da capital portuguesa.

Diariamente até 4 de Agosto, quando terminará a primeira fase da campanha «Um Abraço a Moçambique» figuras conhecidas dos «mass media» portugueses e dos meios cultural e artístico, têm feito na rádio e televisão, apelos à solidariedade. Entre essas figuras conta-se Eusébio, moçambicano por nascimento e o mais famoso futebolista que passou pelos estádios de Portugal.



**ESTES OLHOS
OLHAM
PARA SI**

Tanta água nos separa
Tanta água e basta um passo.



Medicamentos, roupas,
calçado, dinheiro, livros,
basta um passo.

Projecto Abraço a Moçambique - Informações 327673
Para colaborar consulte a Sta. Casa da Misericórdia de Lisboa, as Misericórdias locais e as Juntas de Freguesia

Ecologia: a luta contra a "dúzia suja"

☐ Cerca de 400 Organizações Não-Governamentais (ONG) lançaram uma campanha mundial contra 12 pesticidas extremamente perigosos e cuja utilização está em vias de ser proibida nos países do Terceiro Mundo.

A campanha qualifica esses produtos como a "dúzia suja" e foi organizada por uma rede de ONG chamada "Rede de Acção Internacional de Pesticidas" (PAN).

Um comunicado do Centro de Intercâmbio para o Meio-Ambiente divulgado através da sua sede em Nairobi, Quênia, assinala que a Rede propõe-se reduzir os danos provocados aos seres humanos e ao meio-ambiente pelos pesticidas, distribuídos e utilizados fora das condições de segurança. A campanha,



iniciada em 5 de Junho último no Dia Mundial do Meio-Ambiente, obteve grande repercussão na imprensa e foi objecto de comentários em mais de 20 países de diferentes partes do mundo.

Os pesticidas são largamente distribuídos em todo o mundo

e a sua utilização contribuiu para aumentar as reservas de cereais, impedir a perda de alimentos por causa das pestes, entre outros benefícios. "Mas a proliferação não controlada desses produtos químicos tem também consequências devastadoras. Milhões de pessoas foram envenenadas e centenas de milho perderam a vida por causa dos modernos pesticidas sintéticos", afirma a PAN.

Entre os pesticidas incluídos na lista da PAN figuram o DDT, Aldrina, Dieldrina, Heptaclor e o Clorodane, todos eles proibidos nos países desenvolvidos mas que continuam a ser vendidos e utilizados em larga escala no Terceiro Mundo.

As ONG envolvidas na campanha assinalam também como preocupação os crescentes abusos registados no emprego de pesticidas e os efeitos prejudiciais à saúde e ao meio-ambiente.

15 ANOS AO SERVIÇO DO LIVRO DA CULTURA E DA LÍNGUA PORTUGUESA



À VENDA NAS LIVRARIAS

ULMEIRO
Livraria e Distribuidora, Lda

Telef. 713209/713544

Telex 18229 Ulmeir P

Apart. 4152-1504 Lisboa Code

Nicarágua: o governo amplia a reforma agrária

□ O governo da Nicarágua decretou a desapropriação de terras pertencentes ao chamado "Grupo de Sainza" em Masaya, situado a 25 quilómetros de Manágua. O decreto foi assinado pelo ministro do Desenvolvimento Agro-pecuário e Reforma Agrária, Jaime Wheelock, e a decisão foi comunicada aos milhares de camponeses reunidos em Masaya, uma das cidades mais combativas durante o derrube da ditadura de Anastasio Somoza, em Julho de 1979.

O decreto considerou como "território da reforma agrária" uma extensa área dessa região, que abrange os departamentos de Masaya, Nindirí e Tisma, e anunciou que dará apoio efectivo a 2.700 famílias de camponeses para a administração das terras. Seis mil hectares foram



A reforma agrária beneficia mais de 2.700 famílias nicaraguenses

atingidos pela medida e entregues títulos de propriedade a 216 famílias.

A questão teve origem na recusa dos proprietários em negociar com o governo a venda das terras, reivindicadas pelos camponeses organizados em cooperativas. Há algum tempo, os camponeses da região haviam iniciado uma série de manifestações com o objectivo de chamar a atenção do governo para as suas reivindicações: ocuparam simbolicamente os estabelecimentos escolares e pediram o apoio estudantil para as suas reivindicações.

Um grupo de cerca de 300 camponeses apresentou as suas exigências durante uma assembleia realizada pelo governo regional, no bairro indígena de Monimbó, tendo mais tarde contado com o apoio da população. Os Comitês de Defesa Sandinistas decidiram também apoiar as exigências camponesas.



Nós sabemos que peso tem o Terceiro Mundo

FABRICAMOS BÂSCULAS E BALANÇAS PARA TODOS OS FINS HÁ MAIS DE 50 ANOS

A QUALIDADE DOS NOSSOS PRODUTOS É RECONHECIDA E PREMIADA INTERNACIONALMENTE

SOMOS OS MAIORES FABRICANTES E EXPORTADORES PORTUGUESES DE BÂSCULAS E BALANÇAS

o peso é a nossa profissão!

INTERNATIONAL ÁFRICA AWARD 1984

International trophy for quality
1979, 1980, 1981, 1982

 **CACHAPUZ**

International award
to export 1982, 1983

JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA. - APARTADO 12 - TELEX 32125
TEL.: PPCA 73604/73606/73624 - 4700 BRAGA - PORTUGAL

- BENGUELA
Livraria 10 de Fevereiro
- BIÉ
Livraria 11 de Fevereiro
- CABINDA
Livraria Lunda
Quiosque Maiombé
- CALULO
Livraria 17 de Setembro
- DONDO
Livraria 2 de Março
- GANDA
Livraria 1.º de Maio
- HUAMBO
Livraria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado
- HUÍLA
Livraria 27 de Março
- K. KUBANGO
Livraria Kilamba
- KUANZA-NORTE
Livraria 10 de Dezembro
- KUANZA-SUL
Livraria Anibal de Melo
- LOBITO
Livraria 11 de Novembro
- LUANDA
Casa da Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livraria Centro do Livro
Livraria Augusto N'Gangula
Livraria 4 de Fevereiro
- LUNDA-NORTE
Posto de Venda
- LUNDA-SUL
Livraria Deolinda Rodrigues
- MALANGE
Livraria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo
- MOXICO
Livraria 14 de Fevereiro
- NAMIBE
Livraria Lutuíma
- NEGAGE
Livraria Saily Mingas
- SOYO
Livraria Lundogi
- UÍGE
Livraria 10 de Dezembro
- ZAIRE
Livraria Sagrada Esperança

**LEVAR:
INFORMAÇÃO
CULTURA
CIÊNCIA
FORMAÇÃO**



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de *cadernos do terceiro mundo* para todo o território angolano.

EDIL, Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 - Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

Um postal para Luanda

Integrado nas comemorações do 10º Aniversário da Independência da República Popular de Angola, decidiu a Associação Portuguesa de Amizade para com aquele país editar um pequeno livro que seja uma mensagem de amizade e solidariedade para com o povo de Angola. Assim, a Associação divulgou recentemente um apelo aos intelectuais portugueses — poetas, escritores e artistas plásticos — no sentido de participarem na iniciativa intitulada "Um Postal para Luanda", enviando trabalhos que sejam, de alguma forma, expressão dessa amizade e solidariedade.

Quaisquer poemas, textos ou gravuras devem ser enviados para a sede da Associação (Rua das

Portas de Santo Antão, 117/29, 1100 — Lisboa) até ao próximo dia 30 de Setembro, indicando o nome ou pseudónimo, bem como a respectiva morada e mencionando se se trata ou não de

um trabalho inédito. Os trabalhos não devem, de preferência, ocupar mais do que duas páginas do livro.

No caso de se verificar um excesso de participantes, e só nesse caso, os trabalhos eventualmente não inseridos no livro serão posteriormente publicados no Boletim Informativo da Associação Portuguesa de Amizade.



Angola (Luanda, na foto): tema central da mensagem de solidariedade

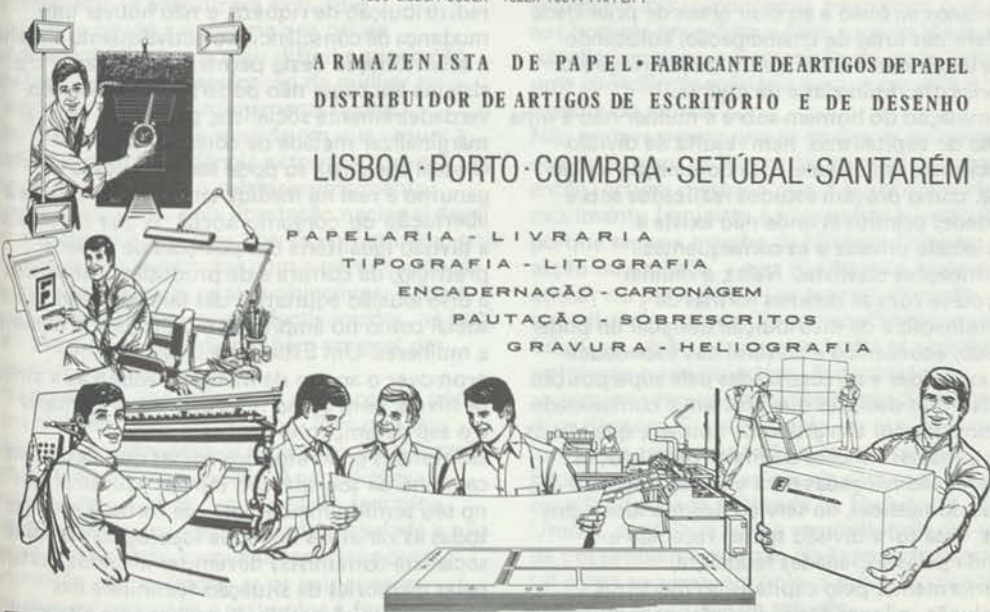
F PAPELARIA FERNANDES, SARL

SEDE: Largo do Rato, 13 - Tel. 68 21 31 / 69 30 48 (20 linhas) • ARMAZÉM: Calçada Bento da Rocha Cabral, 16-A - Tel. 65 81 41 / 69 10 46 (18 linhas)
1296 LISBOA CODEX - TELEX 18544 PAPPER P

ARMAZENISTA DE PAPEL • FABRICANTE DE ARTIGOS DE PAPEL
DISTRIBUIDOR DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE DESENHO

LISBOA • PORTO • COIMBRA • SETÚBAL • SANTARÉM

PAPELARIA - LIVRARIA
TIPOGRAFIA - LITOGRAFIA
ENCADERNAÇÃO - CARTONAGEM
PAUTAÇÃO - SOBRESCRITOS
GRAVURA - HELIOGRAFIA



Uma das grandes causas do nosso tempo

A luta pela emancipação da mulher e pela afirmação de todos os seus direitos à igualdade com o homem é uma das grandes causas do nosso tempo. Assumi-la implica rejeitar falácias e equívocos que tendem, na prática, a desvirtuá-la e a adiá-la. O mais difundido desses enganos consiste em supor que a eliminação dos meios de exploração capitalista trará, automática e simultaneamente, a libertação da mulher ou, pelo menos, um aumento qualitativo da condição feminina.

Não menos erróneo é atribuir graus de prioridade às diferentes lutas de emancipação, colocando a libertação nacional à frente da libertação de minorias discriminadas e da mulher.

A dominação do homem sobre a mulher não é uma criação do capitalismo, nem resulta da divisão da sociedade em classes. Essa dominação é mais antiga, como provam estudos realizados sobre sociedades primitivas onde não existe a propriedade privada e as consequentes estratificações classistas. Nelas, a mulher deparou-se com as mesmas formas de discriminação e de distribuição desigual do poder político, económico e cultural das sociedades mais evoluídas e caracterizadas pela superposição de classes: as decisões que afectam a comunidade são tomadas por um grupo de homens, que são os detentores das funções de maior prestígio; as mulheres são relegadas para o âmbito do lar e das tarefas domésticas, ao serviço dos maridos e dos filhos. Essa foi a divisão sexual recebida e mantida pelas sociedades feudais, e, posteriormente, pelo capitalismo moderno.

A evolução milenar das sociedades primitivas para

formas superiores de organização social significou naturalmente, avanços constantes para a humanidade. Mas, enquanto o desenvolvimento da ciência e da técnica expandia as bases materiais das sociedades, demolindo e substituindo as suas estruturas arcaicas, a opressão da mulher permaneceu, substancialmente, inalterada.

A superação do capitalismo pelo socialismo tão pouco significa, necessariamente, a solução do problema. Se a transformação se limitar à socialização dos meios de produção e à redistribuição da riqueza, e não houver uma mudança da consciência colectiva quanto à mulher, a subordinação desta permanecerá intacta. E o sistema em causa não poderá ser considerado verdadeiramente socialista, pois continuaria a marginalizar metade da colectividade.

O ideal socialista só pode ser qualificado de genuíno e real na medida em que se proponha a libertação do conjunto social, o que pressupõe a divisão igualitária das posições de poder e prestígio, da cultura e da produção, assim como a distribuição equitativa das tarefas, tanto na vida social como no âmbito doméstico, entre homens e mulheres. Um Estado socialista tem que promover o acesso da mulher à educação a todos os níveis, bem como favorecer a sua formação e o seu desempenho profissional.

Os avanços concretos dos países que escolheram o caminho da socialização (termo aqui empregue no seu sentido mais amplo, de forma a abranger todas as variantes do leque ideológico-partidário socialista-comunista) devem ser medidos, portanto, pelas melhorias da situação feminina e das perspectivas oferecidas à mulher para alcançar

igualdade num prazo historicamente curto. Noutras palavras: essa igualdade deve ser objectivo prioritário de todos os programas governamentais socialistas.

Isso não significa, contudo, que se deva aguardar o advento do socialismo para solucionar o problema. Mesmo sob estruturas capitalistas, a condição da mulher pode ser amplamente melhorada, até ao estágio em que, do ponto de vista teórico, ela se torne igual ao homem nos limites de cada classe.

O movimento feminista expandiu-se, precisamente, nos centros capitalistas industrializados dirigidos por instituições democrata-liberais. Impulsionadas pelas suas organizações, as mulheres obtiveram, nesses centros, uma série de vitórias.

O progresso tecnológico comum a todas as nações industrializadas — capitalistas e socialistas — facilita, objectivamente, uma maior incorporação da mulher em sectores nos quais ainda recentemente se encontrava excluída.

Ao invés, o atraso e a miséria nos países subdesenvolvidos torna mais difícil a superação dos obstáculos. A emancipação da mulher no Terceiro Mundo está intimamente ligada à libertação nacional, na medida em que requer a ruptura com a dependência externa e com as estruturas que geram o subdesenvolvimento.

Apesar disso, a luta pela libertação nacional deve ser simultânea à luta pela libertação feminina, pois a primeira tem que contar com a participação da mulher para alcançar os seus objectivos. E, para que a mulher se incorpore, efectivamente, na luta, esta tem que ser travada também em prol das reivindicações femininas.

Mas, a meta da paridade entre os sexos não pode ficar limitada ao plano político. Para que seja alcançada, é indispensável uma consciencialização em todas as camadas sociais. As condições materiais para a plena incorporação feminina podem existir numa determinada sociedade e não serem devidamente aproveitadas. Elas pouco adiantarão, por exemplo, se os pais apenas propiciarem educação e estímulos à formação

profissional aos filhos, condicionando e limitando a educação das filhas em função do matrimónio e dos afazeres domésticos ou, de tarefas e serviços subordinados. Sem uma tomada de consciência, a incorporação da mulher será mais lenta, difícil e conflituosa mesmo numa sociedade tecnologicamente avançada.

Dá-se a depreender a universalidade da causa feminina. Não se trata apenas de remover obstáculos políticos e económicos, mas também de eliminar mitos e preconceitos sociais que datam de tempos imemoriais. Esses resquícios de obscurantismo e barbárie marginalizam a mulher na sociedade, além de dificultar, no dia-a-dia, a comunicação e o entendimento entre o homem e a mulher. Os homens que aceitam, no que se refere aos sexos, os valores e papéis sociais herdados do passado, rendem um tributo à sociedade arcaica e privam-se de uma visão moderna do mundo.

O outro lado da libertação feminina é, portanto, o abandono dos preconceitos masculinos que atribui aos homens uma inata e falsa superioridade em relação à mulher, e a aquisição da parte destes de uma consciência solidária no que respeita à "outra metade do mundo".

Não se deve pensar que as mulheres aguardarão que os homens se livrem destes atavismos para, só então, ocupar o espaço que lhes corresponde. O movimento feminista é irreversível e irrefreável porque segue a marcha da história. Opor-se, por acção ou omissão, a esse movimento poderá atrasar ou perturbar o seu avanço, mas não impedirá que, apesar de um conflito longo e inútil, ele acabe por superar todas as resistências e alcançar o seu objectivo. A expansão do movimento feminista começou, tardiamente, há duas décadas. Trata-se, agora, de apoiá-lo, para que possa recuperar todo o tempo perdido.

Esperamos que esta edição de *cadernos do terceiro mundo*, dedicada à Década da Mulher das Nações Unidas, contribua para a sensibilização em torno de um problema que não pode ser transferido, tal como se apresenta hoje, à próxima geração, mas, sim, já em vias de solução.

Editorial

A déco



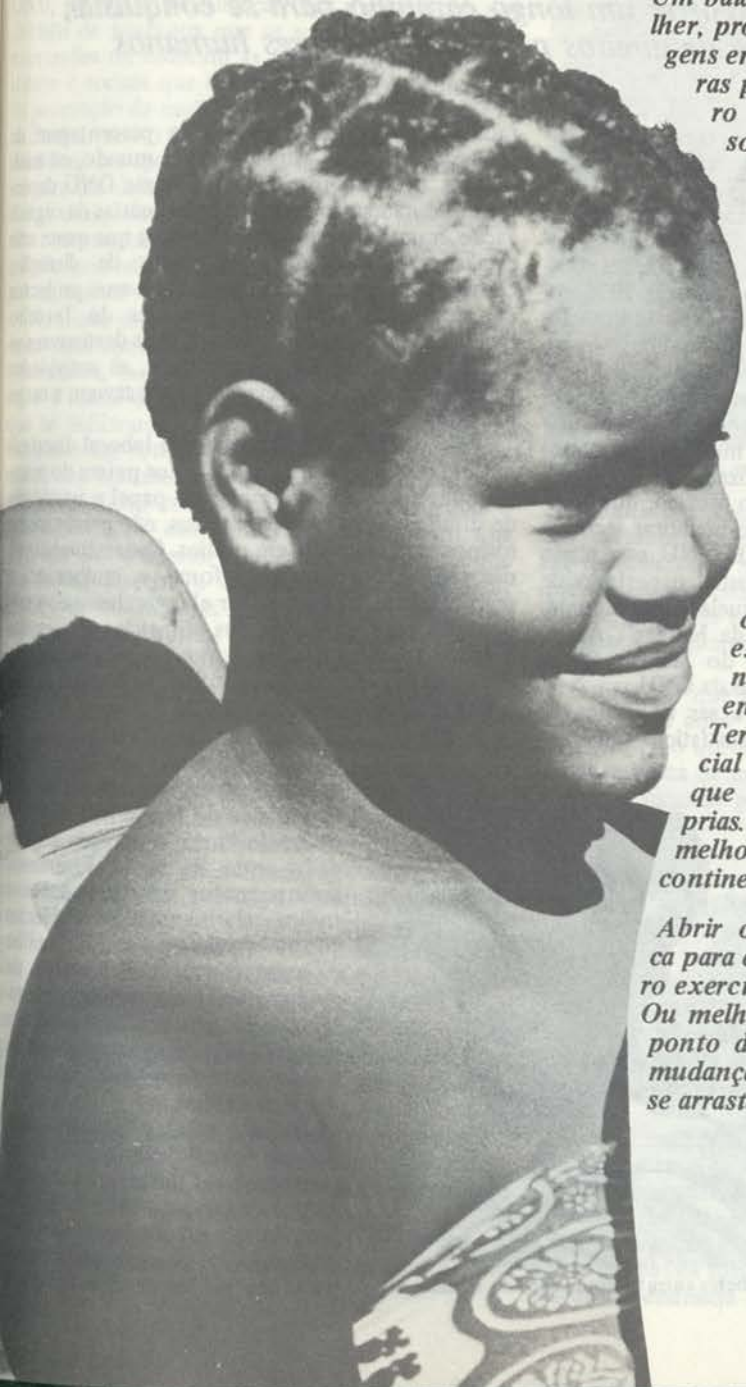
da da mulher

Um balanço sobre a Década da Mulher, promovida pela ONU; reportagens em diversos países e conjunturas políticas e sociais do Terceiro Mundo; dados estatísticos sobre a discriminação; e informações demográficas que revelam os efeitos da marginalização. Tudo isto faz parte deste número dedicado a um dos temas mais importantes da actualidade: a integração da mulher em todos os níveis da sociedade.

A participação pessoal no encontro de Havana sobre os problemas latino-americanos a partir da perspectiva da mulher, permitiu-nos também enriquecer muito esta edição. Nada expressa melhor a discriminação e a difícil situação que enfrentam as mulheres do Terceiro Mundo, e em especial as da América Latina, do que o depoimento delas próprias. Nenhum romance retrata melhor a vida das mulheres do continente, do que elas mesmas.

Abrir os olhos da opinião pública para esta realidade não é um mero exercício de militância feminista. Ou melhor, não é apenas isso. É um ponto de partida para iniciar uma mudança sobre uma situação que já se arrasta há vários séculos.

Beatriz Bissio



Uma responsabilidade de todos

Ainda é necessário percorrer um longo caminho para se conquistar, na prática, a igualdade de direitos para todos os seres humanos

Fotos: Beatriz Bissio



A crescente participação da mulher desde o final da Segunda Guerra Mundial levou a Organização das Nações Unidas a declarar 1975 como o "Ano Internacional da Mulher", reconhecendo que "só a integração feminina activa e completa assegura

ria o desenvolvimento e a paz mundial". O ponto culminante desse ano foi a realização da Conferência Internacional, na Cidade do México, que aprovou um plano de acção visando melhorar a condição da mulher. Por sugestão da ONU, esse plano devia ser levado a cabo durante o período de 1976-1985, declarado por aquele organismo internacional como a "Década da Mulher". As recomendações da Conferência do México foram aprovadas pela Assembleia-Geral da ONU.

Desde então, começaram a ser utilizados de forma mais ampla dados estatísticos que de-

monstram ser muito elevada a percentagem de mulheres entre os esquecidos do mundo, os analfabetos e os desnutridos. A própria ONU descobriu que não só as próprias funcionárias da organização eram também discriminadas e que quase não estavam representadas nos cargos de direcção como ainda uma grande parte dos seus projectos de auxílio às populações carentes do Terceiro Mundo estavam mal orientados, pois destinavam-se aos homens quando, na realidade, as actividades económicas que se desejava apoiar estavam a cargo das mulheres.

Veio à tona a legislação civil e laboral discriminatória que vigorava na maioria dos países do mundo que, apesar de consagrar no papel a igualdade de direitos entre ambos os sexos, não previa mecanismos para colocá-la em prática. Constatou-se que nas regiões atingidas pela fome, a mulher era mais afectada, apesar de ser ela, geralmente, a responsável pela produção dos alimentos e pela preparação, além de que, como reprodutora da espécie, serem as suas necessidades biológicas as primeiras deveriam ser atendidas.

A discriminação política tornou-se igualmente clara, não apenas nos países desenvolvidos mas também nas sociedades do Norte industrializado, onde tanto se apregoa a igualdade entre os sexos. Fizemos levantamentos de dados sobre o índice alarmante de violência contra a mulher na vida familiar e constatou-se a dificuldade de ajudar as vítimas nessas circunstâncias já que muitas vezes as próprias não denunciavam esse tipo de tratamento por parte dos maridos e filhos.

Enfim, entre os muitos motivos que teve a decisão da ONU convocar a Conferência do México e de lançar a Década da Mulher, talvez o mais importante tenha sido o chamar da atenção para um problema que transce-



É muito alta a percentagem de mulheres entre os esquecidos do mundo

de as barreiras ideológicas e as fronteiras políticas, como é o caso da discriminação da mulher a todos os níveis e em todas as actividades da sociedade humana.

Ao longo da Década da Mulher muitas reuniões internacionais foram promovidas, muitos debates foram realizados e, sem dúvida, alguns passos concretos foram dados, quer por iniciativa da própria ONU, devido à mobilização das mulheres ou por decisão de governos que se sensibilizaram com as exortações ou cederam às pressões dos grupos políticos e sociais que fizeram suas reivindicações de promoção da mulher.

Porém, muito está ainda por fazer, já que, para modificar o papel da mulher na sociedade humana ou para lhe designar o lugar que pelo seu papel social já conquistou na prática há muito tempo (mas não, necessariamente, na legislação), é necessário transformar hábitos culturais e até concepções religiosas, muitas vezes seculares.

No nosso século XX, convivemos com o choque entre duas épocas, a dominada pela cibernética e a informática, ou seja, a que nos traz o mundo futuro, e a idade da pedra, resquícios da pré-história que se infiltraram através dos séculos e que nos fornecem um retrato do passado nos rostos descartados dos milhares de refugiados africanos que sucumbem à fome crónica, de crianças barrigudas — mas de vermes — como no Nordeste brasileiro, que morrem sem suspeitar sequer que a espécie a que pertencem disputa a conquista das galáxias. E, através de todas essas épocas que coexistem no presente, encontramos intactos valores culturais que tendem a marginalizar a mulher.

A discriminação é a mesma, mas somos diferentes

Há mulheres que já foram ao espaço em missões que reúnem o que há de mais avançado no pensamento científico e na tecnologia. E há mulheres que continuam a ser vendidas aos seus maridos como mercadorias. Há mulheres que alcançaram os mais altos escalões militares, conquistando-os no campo de batalha, na actividade mais masculina, por excelência: a guerra. É o caso das comandantes dos movimentos de libertação na América Central e no Vietname. E há mulheres cujas etnias ainda as submetem ao ritual da mutilação do clitoris, para lhes negar para sempre a possibilidade de se realizarem plenamente como seres humanos através do sexo.

Isso significa que há um desafio cultural global, que se sobrepõe a qualquer outra diferença étnica, linguística ou social, desvendado agora pela iniciativa das Nações Unidas com o Decénio da Mulher: analisar e, depois de conhecer, modificar a situação de discriminação em que se encontra 50% da humanidade.



Há hábitos seculares que discriminam a mulher

Embora seja inegável que a situação da mulher nas diferentes sociedades humanas apresenta muitas características comuns, é igualmente verdade que as formas concretas que essa discriminação assume, os níveis de exploração e os graus de marginalização feminina não são os mesmos em todos os casos.

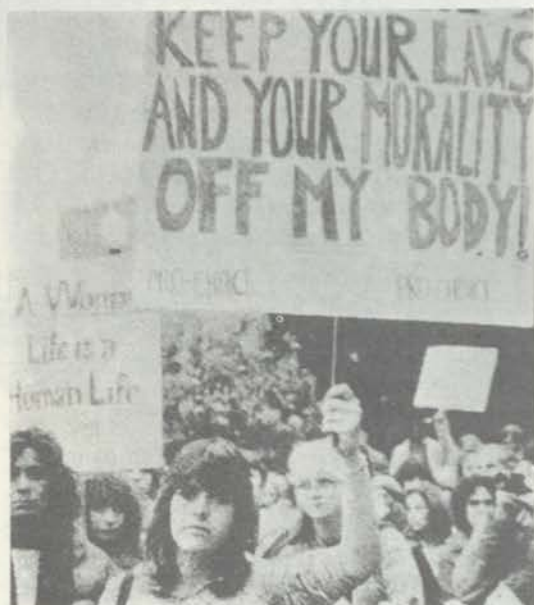
É por isso que os movimentos feministas que surgiram nos anos 70 na Europa ocidental, caracterizados pelo queimar de sutiãs, a defesa do amor livre e a busca de uma igualdade entre o homem e a mulher baseada principalmente na liberdade sexual, tiveram pouco ou nenhum impacto entre as mulheres latino-americanas, africanas e asiáticas. Nas sociedades ricas como a europeia e a norte-americana, com altos índices de consumo *per capita* jamais alcançados, as mulheres da classe média que foram o motor desse movimento tinham as suas necessidades básicas satisfeitas e canalizaram as suas frustrações para reivindicações dirigidas mais para um plano de comportamento social — a disputa da igualdade sexual — do que para o questionar do sistema económico em que estavam integradas.

Para a mulher do Terceiro Mundo, um movimento com essas características parece incompreensível e, em muitos casos, gera inclusive repúdio. A sua condição de mulher discriminada está intimamente ligada à exploração de que são vítimas os povos dos países subdesenvolvidos e às características de dependência que apresentam as economias

terceiro mundo - 21

dessas regiões do mundo que, historicamente, sustentaram o desenvolvimento do Norte industrializado.

Apesar de pequenos grupos erguerem as bandeiras do feminismo europeu, a grande massa de mulheres que, na África, Ásia e América Latina, participa da luta pela sua emancipação não separa esse combate da tarefa histórica dos seus povos de construir uma nova sociedade que assente num sistema económico diferente. Por isso, até a pró-



As feministas europeias basearam as suas reivindicações principalmente no plano do comportamento social

pria palavra "feministas" é usada com extrema cautela: enquanto que as feministas são consideradas em geral as mulheres das sociedades desenvolvidas que concebem a sua emancipação fundamentalmente através da equiparação da sua liberdade sexual com a do homem, no Terceiro Mundo, as mulheres que tomaram consciência do seu papel transformador na sociedade inserem-se nos movimentos sociais, políticos, sindicais ou até em movimentos femininos. Mas, com uma concepção de luta pelos seus direitos no contexto mais amplo da luta pelos direitos de todos, homens e mulheres explorados do Terceiro Mundo. Antes da sua discriminação como mulheres, elas reconhecem a opressão e a exploração a que estão submetidas como cidadãs.

Ao se aprofundarem nas causas da sua marginalização, as mulheres vão-se consciencializando sobre a necessidade de lutar por uma mudança no sistema económico que domina as suas sociedades. Compreendem que o sistema capitalista é um dos entraves à sua participação mais completa na acti-

vidade produtiva e à sua realização plena como seres humanos, uma vez que os próprios trabalhadores vêm sendo demitidos e perdem as suas fontes de trabalho diante de uma crise económica que é estrutural.

A luta continua, no socialismo

Seria simplista afirmar que todas as mulheres que, no Terceiro Mundo, lutam pelos seus direitos ou estão integradas nos movimentos sociais e políticos têm como meta final a construção do socialismo. Há toda uma gama riquíssima de actividades onde as mulheres têm participado, contestando regras de jogo impostas socialmente, reivindicando respeito pelos direitos humanos, lutando contra ditaduras que ainda subsistem em diversas partes da América Latina e Ásia, e contra governos autoritários africanos, fazendo ouvir a sua voz através da poesia, expressando-se nos diversos campos das artes e da cultura em geral, militando politicamente, já que a realidade supera, amplamente, qualquer definição esquemática.

Mas é possível afirmar que a grande maioria das mulheres que participa no Terceiro Mundo, em mais diversos níveis, na defesa dos seus direitos, o faz a partir de uma integração nos movimentos sociais e políticos, e que esses movimentos erguem plataformas de luta e programas de trabalho que questionam o *statu quo* e visam a criação de uma sociedade baseada na igualdade e na justiça social.

Poder-se-ia dizer ainda que cresce a consciência de que, embora a discriminação da mulher não termine num "passe de mágica" com a construção do socialismo, a superação da sociedade de classes é necessária para eliminar a exploração e a discriminação próprias do capitalismo. A partir daí impõe-se a luta pelos direitos específicos da mulher. Isto não significa que seja preciso aguardar o socialismo para tratar da integração e das reivindicações femininas, mas que é necessário lutar, simultaneamente e em todas as frentes que a realidade concreta permita, para assegurar o respeito dos direitos da mulher, inclusive nas sociedades injustas, dependentes e em crise em que vivemos. A mudança de comportamento em relação à mulher é um processo cultural que deve ser incentivado a partir da própria luta por uma sociedade mais justa e igualitária, e como condição *sine qua non* para se chegar a ela.

Dados sobre a situação da mulher em Cuba, o único país socialista latino-americano, indicam que as mulheres são 37% dos trabalhadores do país (quase 50% na cidade de Havana) dois terços dos estudantes universitários e 53% da força técnica do país. Estes números contrastam, nitidamente, com os dados de outros Estados do continente, como o Brasil, que assinala que 80% dos vendedores ambulantes



A crise económica tem afectado seriamente a mulher, sempre presente nos contingentes lançados no desemprego

da cidade de Quito são mulheres; que quase 70% dos desempregados do Uruguai são mulheres; que 53% da população feminina economicamente activa da República Dominicana está desempregada; que 40% das mulheres das Caraíbas são chefes de família, sem emprego estável; que, em cada dez pessoas, três estão desempregadas na Guiana, das quais 40% são mulheres, e as que têm emprego auferem os salários mais baixos e os trabalhos menos qualificados; que 78% dos analfabetos do Distrito Federal, no México, são mulheres.

Sociólogos, economistas e políticos que analisam a realidade latino-americana e do Terceiro Mundo em geral constataram que a crise que esses países atravessam afecta, fundamentalmente, as mulheres e as crianças, os menos protegidos pela legislação, os primeiros a sofrerem as consequências da recessão e do desemprego, e os que estão, proporcionalmente, nas camadas mais exploradas da sociedade.

Tais dados fizeram muitos dirigentes de organizações políticas e de movimentos de massas reflectirem. "Se nos limitarmos às formas clássicas de trabalho político" — explicava-nos uma dirigente feminina de um partido marxista latino-americano — "chegaremos cada vez a menos gente. O trabalho nos sindicatos pressupõe que o trabalhador tenha emprego e, nos partidos, que tenha consciência política e uma opção partidária. Deixaríamos de trabalhar então com enormes massas de desempregados ou de mulheres que nem sequer chegaram a exercer qualquer actividade no aparelho produtivo, mas que, apesar disso, têm um enorme potencial político. Devemos, pois, readequar o nosso trabalho às novas realidades. É necessário chegar à mu-

lher no seu bairro e no seu lar, e mobilizá-la como dona-de-casa e mãe de família".

Nos partidos progressistas e de esquerda latino-americanos, havia tradicionalmente um certo receio de tratar o problema da mulher como uma questão específica. Entendia-se, em parte correctamente, que, nesses países, a luta é de todo um povo pela sua libertação. Mas, de certa forma, essa posição desconhecia o facto de que a secular discriminação da mulher exige uma consciência e uma atenção especial para o problema, para não reproduzir no âmbito da esquerda — o agente de transformação — os esquemas de comportamento tradicionais que se deve combater e superar. Como nos dizia uma dirigente palestina, o trabalho com a mulher exige, no começo, um tratamento específico. Daí a decisão da OLP, que ela representava, de organizar a mulher primeiramente como tal. As suas inibições naturais e a sua falta de hábito de se expressar em público faria com que ela dificilmente se integrasse directamente e activamente em formas de trabalho conjunto.

Mas, foi a crise económica o que mais ajudou a entender que a mulher pode ter tarefas e espaços específicos, partindo das suas funções tradicionais. A crise gerou novos protagonistas sociais, como é o caso das mobilizações das donas-de-casa contra a carestia, que começam agora a ser analisadas, em todo o seu potencial, pelos movimentos e partidos políticos. Nesse contexto, fica perfeitamente compreensível que, como nos contava uma mineira boliviana, o tema da dívida externa tenha sido analisado nas reuniões de donas-de-casa da Mina Siglo XX: "discutimos como a dívida nos afecta" — disse-nos — "e o que nós, os povos, podemos fazer

para pressionar os nossos governos a não pagá-la".

Nas sociedades repressivas e ditatoriais, apareceram novos métodos de luta, desenvolvidos por mulheres. É o caso das Mães e Avós da Praça de Maio, na Argentina, ou das mulheres das *poblaciones* do Chile. Estas últimas encontraram uma forma acessível e rápida de expulsar dos seus bairros as mulheres da alta sociedade que vinham supostamente "ajudá-las", em missões encomendadas directamente por Pinochet: ao catarem os piolhos dos filhos, guardavam, cuidadosamente, a sua "colheita" em saquinhos, e nas reuniões com as senhoras da alta sociedade deixavam cair, discretamente, no chão os parasitas... Tanto num como noutro caso, não só a iniciativa das mobilizações e das novas formas de luta partiu das mulheres como foram elas as principais protagonistas.

Ainda há muito que andar

Apesar de ser cada vez mais importante a presença da mulher nas lutas políticas e sociais do Terceiro Mundo, é inegável que a sua grande par-



A comandante salvadorenha Ana Guadalupe Martinez. A mulher em postos de responsabilidade militar

24 - terceiro mundo

ticipação a nível de base não se traduz em igual proporção nos cargos de direcção, nos órgãos de governo, ou aos mais diversos níveis de decisão.

Inclusive na Nicarágua, onde há três mulheres com a patente de comandantes guerrilheiras (o grau que implica poder político-militar) e com uma quarta comandante, Doris Tijerino, é a primeira mulher do mundo a exercer o cargo de chefe da polícia, não há nenhuma mulher entre os nove membros da direcção nacional da Frente Sandinista. Em Cuba, onde o Código de Família aprovado em 1975 constitui provavelmente o passo mais avançado dado em todas as revoluções socialistas relativamente à equiparação de direitos entre o homem e a mulher, só há uma mulher, Vilma Espino, no Comité Político do Partido Comunista, e ainda assim, como membro suplente. Os próprios cubanos reconhecem que foi difícil superar as concepções machistas, o que tem sido conseguido, principalmente, através das novas gerações, já formalmente ideologicamente pela revolução.

No caso de El Salvador, a situação parece envergonhar-se para uma forma mais avançada e irreversível de integração da mulher, onde a proporção de comandantes femininas na Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional e a sua presença em diversas frentes de luta é bem mais elevada do que nos casos da Nicarágua e de Cuba. Muito provavelmente, no futuro isso reflectir-se-á numa apresentação feminina mais equitativa nas instâncias de poder.

Na África, são muito significativos os avanços realizados pelas mulheres nos países de língua portuguesa que completam agora os seus primeiros dez anos de independência. Sociedades de tradições seculares quanto à marginalização da mulher, como as de Angola e Moçambique, tiveram, em menos de duas décadas, avanços tão importantes que, se continuarem nesse ritmo, poderá haver nos próximos anos uma participação feminina superior a precedentes no continente. Mas, mesmo nesses países, esse avanço inicial está agora a ser retardado, passa-se da etapa em que foi assegurada pela libertação a igualdade da mulher para a tarefa mais lenta e árdua de mudança de hábitos culturais transmitidos de pais para filhos durante séculos.

Temos ainda o caso da mulher argelina, de uma coragem e determinação fantásticas na sua activa participação na guerra de independência, mas que, uma vez conquistada a libertação do país, retrocedeu para os níveis tradicionais de participação pública, muito pouco significativos, como ocorre em geral, no mundo islâmico.

Na Ásia, foi um exemplo a participação da mulher vietnamita durante a guerra de libertação, mas, embora se tenham rompido muitas barreiras tradicionais, a sua integração política na constituição da nova sociedade, sobretudo nos cargos de



A redefinição do papel da mulher nas tarefas produtivas deve ser acompanhada de alterações ao nível do núcleo familiar

recção, está longe de ser a que se poderia esperar. Talvez constitua uma excepção o caso da mulher maubere, no Timor Leste. Na luta contra a invasão indonésia ela integrou-se de tal forma nas tarefas militares, que já existem destacamentos femininos e até mistos, comandados por mulheres, em todas as frentes de combate.

Mas, a participação da mulher nas circunstâncias excepcionais das guerras de independência ou de libertação e nas lutas contra as ditaduras ou contra a repressão sempre foi relevante. Apesar de a história ser escrita pelos vencedores e pelas classes dominantes, e, particularmente, pelos homens, é sabido que a participação da mulher nessas circunstâncias é sempre muito superior às das épocas, digamos, "normais".

Um dos desafios actuais do Terceiro Mundo, onde estão a germinar as experiências revolucionárias mais ricas e onde a potencialidade da mulher está a ser mais evidente, é assimilar essa participação feminina de forma irreversível e assegurar a sua continuidade para além das circunstâncias históricas da luta, por uma ordem económica internacional mais justa e por uma nova sociedade no âmbito interno. O que implica uma redefinição do papel da mulher, não apenas nas tarefas produtivas e nos mecanismos de decisão política, mas também, e fundamentalmente, no núcleo familiar.

Nesse sentido, é importante ter em conta que as classes dominantes usaram a passividade da mulher no seu papel tradicional como um instrumento para assegurar a manutenção do *statu quo* vigente. A mulher que vê o mundo que a rodeia através da janela do seu lar não só fica alheia às grandes lu-

tas sociais e políticas do seu tempo, como transmitirá os seus valores às novas gerações, perpetuando as relações de dominação. E, nessas condições, será muito mais manipulável pelas campanhas organizadas através dos meios de comunicação de massa pela direita, que, quando a convoca para sair à rua — como o fez no Chile contra o presidente Allende ou no Brasil, nas Marchas pela Família, quando se preparava o golpe contra o presidente João Goulart — o faz para utilizá-la contra aqueles cuja mensagem não a alcançou, mas com os quais, possivelmente, os seus interesses de mulher marginalizada teriam estado muito mais próximos.

Ao contrário, a mulher que sai para desempenhar uma tarefa produtiva ou para fazer valer os seus direitos viverá de outra forma os problemas da sua sociedade e dos seus filhos, passará a ter uma outra visão do seu papel social e de mãe e romperá a cadeia de reprodução da ideologia das classes dominantes, convertendo-se num agente de mudança de potencial importantíssimo. Mas isso significa também um desafio para a mulher, que terá que se esforçar na sua formação profissional, para conquistar o seu lugar nas actividades políticas e na tomada de decisões, já que não se trata de exigir um lugar pela sua mera condição de mulher, mas de acordo com as suas capacidades.

Nos países dependentes, são tão dramáticos os problemas sociais, políticos e económicos do nosso tempo, que, para superá-los, será necessário um grande esforço, no qual a mulher não pode ficar alheia.

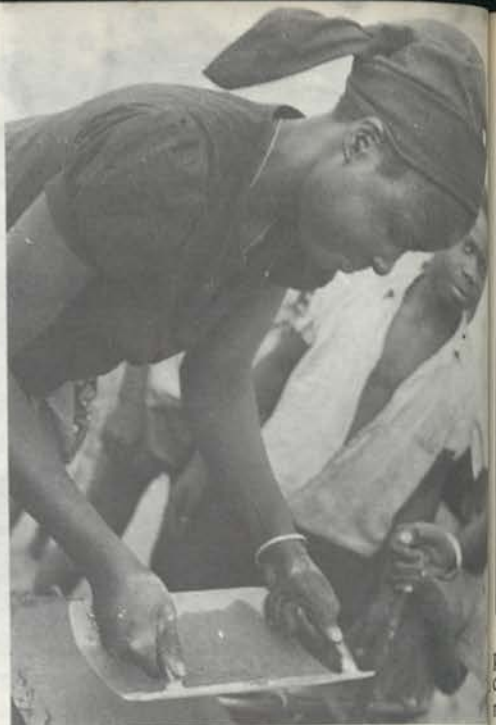
Mais homens que mulheres

No mundo de hoje, existem mais 20 milhões de homens que mulheres: relativamente à população mundial – 4,800 milhões de pessoas – essa diferença é insignificante. No entanto, isso permite, em boa parte, entender melhor a situação da mulher no quadro das diferentes condições sociais dos diversos países.

Nos Estados Unidos, na URSS e na maior parte da Europa, o número de mulheres é bastante superior, enquanto na maioria dos países da América Latina, África e do sudeste da Ásia, ocorre um equilíbrio. Os homens são ampla maioria na maior parte da Ásia e da África setentrional.

Nos países ricos, as mulheres têm um tempo de vida, em média, seis anos superior: a sua esperança de vida é de 78 anos e a dos homens de 72. No entanto, nos países em desenvolvimento, a situação é muito mais precária. Uma proporção incrivelmente elevada de recém-nascidos – um em cada dez – morrem antes de completarem o seu primeiro ano de vida. Nesses países a diferença de esperança de vida entre homens e mulheres não é tão grande: 56 anos para as primeiras contra 54 para os homens.

Em alguns países da Ásia e do Médio Oriente, o fiel da balança pende para o lado dos homens,



As mulheres ganham menos que os homens

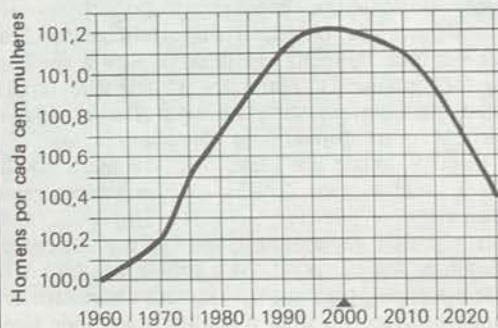
onde a mortalidade feminina é superior. Não é raro nessas sociedades os filhos de sexo masculino receberem um tratamento superior, pois são eles quem conservarão o nome da família e trarão dinheiro para casa tão logo lhes seja possível. As filhas são valorizadas segundo a ajuda econômica que possam prestar. Com frequência, não se espera que ganhem dinheiro fora do lar e quando encontram um trabalho remunerado receberão menos que o homem. Um estudo recente da ONU sobre 24 países revela que as mulheres ganham em média, por um mesmo trabalho, 73 centavos por dólar de salário de um homem.

Nas famílias pobres, as necessidades das filhas recebem pouca atenção e são elas quem prioritariamente sofrem a carência de alimentação adequada e de cuidados sanitários. No Bangladesh, por exemplo, entre os menores de cinco anos com problemas de desnutrição, a proporção de raparigas é superior à dos rapazes e a sua probabilidade de morte durante o primeiro ano de vida é 21% mais alta.

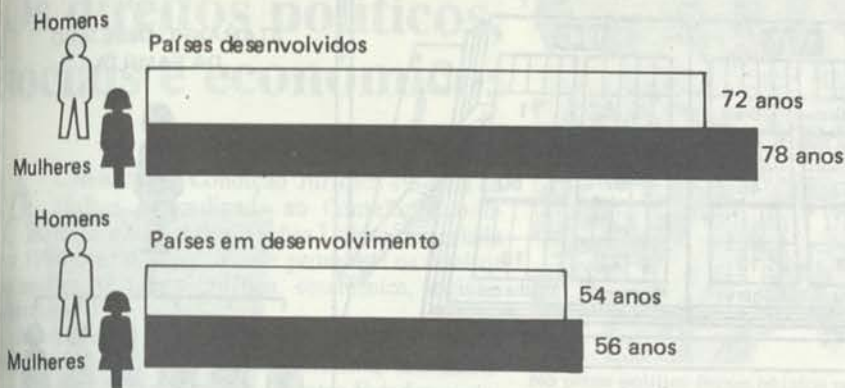
Mas as razões porque num país há mais homens que mulheres ultrapassam a infância: as suas probabilidades relativas de sobrevivência durante a vida adulta tem também influência. Nos países desenvolvidos, as mulheres vivem mais que os homens não apenas por motivos biológicos mas também porque levam uma vida mais sadia: consomem menos álcool e tabaco e estão menos expostas aos perigos da vida. No entanto, a situação tende a equilibrar-se devido à recuperação da população masculina

TENDÊNCIA À IGUALDADE

No início do próximo século, a proporção entre homens e mulheres começará a diminuir.



ESPERANÇA DE VIDA



A longevidade natural da mulher é maior do que a do homem, tal como acontece principalmente nos países desenvolvidos

pois da Segunda Guerra Mundial e porque as principais causas da sua mortalidade, as doenças coronárias, começam a ser prevenidas eficazmente.

Nos países pobres, as mulheres gozam de menos vantagens. Primeiro, espera-se que tenham muitos filhos quando as condições de acompanhamento médico não são adequadas. Devido a isso, 200 em cada mil mulheres morrem de complicações de parto, contra 10 em cada cem mil nos países desenvolvidos. A idade da mulher também influi no momento da primeira gravidez: as complicações derivadas desse período e do pós-parto são uma das cinco causas principais de mortalidade feminina entre os

15 e os 19 anos na maioria dos países da América Latina.

É de se esperar que esta situação comece a mudar à medida que o mundo em vias de desenvolvimento preste uma maior atenção à saúde da mulher, o que se reflectirá nas proporções relativas entre os sexos. Segundo o Relatório de 1985 sobre o estado da população mundial do Fundo das Nações Unidas para Actividades em Assuntos de População, no ano 2000 o número de mulheres será superior em 175 milhões. Um indicador esperançoso de uma mudança para uma maior igualdade entre os sexos.

Educação para a vida

“A educação é a escada que permite o acesso da mulher à mobilidade social e profissional”, o que ‘lhe dá um maior controlo sobre a sua vida’. Esta é uma das conclusões do relatório de 1985 sobre a Situação da População Mundial, do Fundo das Nações Unidas para as Actividades Populacionais (FNUAP).

Ao chegar ao término da Década da Mulher da ONU, as raparigas começam a alcançar os rapazes em matéria de educação e, por isso, a diferença entre eles tende a desaparecer. No Zaire, por exemplo, essa diferença era de 25%, em 1975; dez anos tarde, diminuiu para 8%. Na Índia, enquanto a escolaridade masculina se manteve praticamente

INSTRUIR PARA SOBREVIVER

Os filhos de mães com instrução têm maiores probabilidades de sobrevivência. A tabela mostra a mortalidade infantil por mil nascidos vivos.

	Anos de estudos			
	0	1-3	4-6	7+
Egipto	147	143	125	78
Indonésia	103	109	82	55
Portugal	63	40	37	30
México	90	80	65	47
Quênia	104	89	82	70

UM FOSSO MAIS ESTREITO

	1975		1985	
Ensino primário	76	64	82	71
Ensino secundário	53	45	57	50
Ensino Superior	19	13	21	16
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres

O número de crianças escolarizadas é actualmente o mais alto da história, e o fosso existente entre rapazes e raparigas começa a estreitar-se. Os números indicam a percentagem de população escolarizada segundo o sexo.

As mulheres, actualmente, desejam ter menos filhos. Segundo um estudo realizado em 19 países, o número médio de filhos desejados pelas mães é de 5,7 e pelas filhas 3,8.

constante nos últimos anos, a feminina aumentou 12%.

No resto do mundo, os resultados foram ainda mais espectaculares. Na Bolívia e no Peru, a diferença educacional foi reduzida a metade, enquanto que no Sudão e no Iraque, passou de 50%, em 1975, para menos de 15%, em 1985.

Estas mudanças têm três efeitos principais. Primeiro, retardam a idade em que as mulheres se casam, adiando o nascimento do primeiro filho. Segundo, a mulher instruída tende a desejar menos filhos. Terceiro, a probabilidade de que as mulheres conheçam e utilizem métodos anticoncepcionais eficazes aumenta paralelamente com o seu nível de instrução.

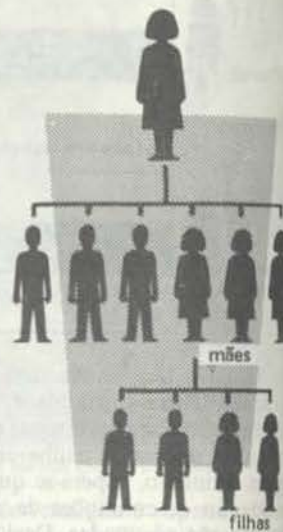
Na Síria, por exemplo, as mulheres com mais de sete anos de escolaridade têm em média quatro filhos, ao passo que aquelas que nunca foram à escola costumam ter cerca de nove. Em muitos outros países, a escolaridade está associada à redução de 50% da taxa de natalidade. Um estudo feito em 31 países revela que o número médio de filhos desejados por cada mulher caiu de 5,7 para 3,8 nos últimos 20 anos.

Na África, no entanto, a relação entre educação e fecundidade não é tão marcante, porque faltam em muitos países os outros meios básicos. Por exemplo, entre 32% e 92% das mulheres entrevi-

28 - terceiro mundo

DE MÃE PARA FILHA

TAMANHO DESEJADO DA FAMÍLIA



tadas num estudo realizado em 10 países africanos nunca tinham ouvido falar dos métodos anticoncepcionais modernos.

A escolaridade aumenta a possibilidade de trabalho fora do lar, numa actividade industrial, que também está relacionado com o facto da mulher desejar menos filhos.

Infelizmente, a educação ainda não é universal. Os pais pobres costumam considerar mais sensato concentrar os seus esforços educacionais nos filhos homens. Em Burkina Faso, por exemplo, em 1981, havia duas vezes mais rapazes do que raparigas no ensino primário, porque as raparigas começam a trabalhar no campo ou no lar desde os sete anos, enquanto que os rapazes não realizam tarefas agrícolas antes dos 11.

Segundo as conclusões dos especialistas da ONU, a solução é atacar a raiz do problema, isto é, destruir os velhos estereótipos associados ao sexo. Um elemento decisivo nesse sentido é a educação. Os programas de estudo devem procurar reduzir as desigualdades entre o homem e a mulher em vez de aumentá-las, o que significa capacitar a mulher para se desenvolver tanto dentro do lar como fora dele. O relatório da FNUAP acentua esse respeito, que "a questão essencial está no grau de participação da mulher na tomada de decisões na família e na sociedade".

Os direitos políticos, sociais e económicos

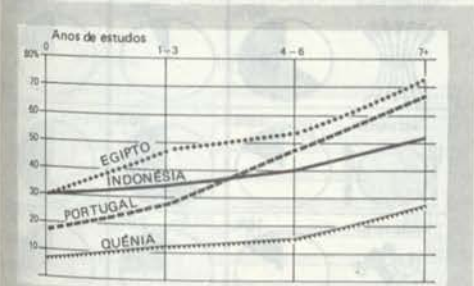
A Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher, subordinada ao Conselho Económico e Social das Nações Unidas, foi criada em 1946 com o objectivo de promover os direitos da mulher na esfera política, económica, social e educativa.

Actualmente, ela é integrada por 32 membros que representam oito países africanos, seis asiáticos, seis latino-americanos, quatro Estados socialistas europeus e oito países da Europa ocidental. Com a finalidade de alcançar as metas propostas, a Comissão esforçou-se por consciencializar a opinião pública mundial sobre a necessidade de elevar a condição da mulher como uma forma de promoção dos direitos humanos e da paz. O seu trabalho, nesse sentido, culminou com a aprovação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher. Há mais de 20 anos que a Comissão vem centralizando o seu esforço sobre o papel da mulher no desenvolvimento, segundo o princípio de que este não seria alcançado sem a participação plena e activa dessa metade da humanidade.

A Comissão abordou também temas como a relação entre a condição da mulher e os factores demográficos, a participação no trabalho comunitário, a situação no meio rural e a posição dos meios de comunicação em relação à mulher.

APRENDER A ESCOLHER

Quanto mais instruída for a mulher, maior é a sua probabilidade de determinar o número de filhos desejados. O gráfico mostra a proporção de mulheres que utilizam métodos anticoncepcionais eficazes.



No plano político foram obtidos progressos notórios

Direitos políticos

A maior parte dos progressos realizados quanto à situação da mulher, desde a fundação da Organização das Nações Unidas, foi obtida no âmbito dos direitos políticos. Quando da assinatura da Carta, em 1945, as mulheres apenas podiam votar em igualdade de condições com os homens em 30 dos 51 países membros originais; actualmente restam poucos onde as mulheres ainda não têm os mesmos direitos políticos (Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Oman e Qatar).

Em 1952, por recomendação da Comissão, a Assembleia-Geral aprovou a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, primeiro tratado de alcance mundial no qual estão estabelecidos três princípios: o direito de voto, sem qualquer discriminação; a elegibilidade da mulher para todos os órgãos políticos em igualdade de condições com o homem e o seu direito de ocupar cargos e funções no aparelho do Estado sem discriminação. Em 1 de Janeiro de 1984, 94 países tinham assinado a Convenção e 90 haviam-na ratificado ou aderido a ela.

Nacionalidade da mulher casada

No passado, as leis de diversos países eram discriminatórias relativamente à mulher, privando-a da sua nacionalidade ao se casar ou divorciar de um estrangeiro. Em 1957, foi aprovada a Convenção sobre a Nacionalidade da Mulher Casada, na qual os Estados signatários concordaram que: 1) nem a celebração nem a dissolução do casamento entre nacionais e estrangeiros, nem a mudança de nacionalidade do marido durante o casamento, poderão afectar automaticamente a nacionalidade

da mulher; 2) a c3njugue de um nacional que mude de nacionalidade poder3 conservar a sua nacionalidade original; 3) a mulher estrangeira casada com um nacional poder3 adquirir a nacionalidade do marido mediante um processo especial de naturaliza3o. Em 1 de Janeiro de 1984, 62 Estados tinham assinado a Conven3o e 54 haviam-na ratificado ou aderido a ela.

Conven3o sobre a Elimina3o de Todas as Formas de Discrimina3o Contra a Mulher

Aprovada em 1962, essa Conven3o estabeleceu uma s3rie de objectivos para todos os povos e na3o3es, sem ter no entanto qualquer poder legal obrigat3rio. A Comiss3o conseguiu que, em 1981, entrasse em vigor uma conven3o de cumprimento obrigat3rio e, simultaneamente, criou um Comit3 para a Elimina3o da Discrimina3o contra a Mulher, integrado por 23 membros. At3 ao momento, 56 Estados tinham-na ratificado ou aderido a ela, e 90 haviam-na assinado, o que constitui um sinal da vontade dos governos em harmonizar as suas leis nacionais com os princ3pios estabelecidos pela Conven3o.

Trabalho da mulher

Uma das metas a longo prazo da Comiss3o foi suprimir a discrimina3o contra a mulher e conseguir para ela direitos iguais aos do homem relativamente 3 problem3tica do trabalho. A Comiss3o procurou atingir esse objectivo em estreita colabora3o com a OIT.

O princ3pio da igualdade de remunera3o e de tratamento surgiu a partir de diversas recomenda3o3es da Organiza3o Internacional do Trabalho. A Comiss3o ocupou-se igualmente de quest3o3es relati-



A valoriza3o da mulher implica reconhecer os seus direitos 3 aposentaa3o da mulher e aos seus direitos 3 pens3o, que em muitos pa3ses s3o diferentes para mulheres e homens.

Do Ano Internacional da Mulher (1975) at3 aos nossos dias

Sob o lema "Igualdade, Desenvolvimento e Paz", 133 Estados participaram no M3xico da Confer3ncia Mundial que aprovou um Plano de Ac3o para a concretiza3o dos objectivos do Ano Internacional da Mulher. Esse Plano de incid3ncia mundial estabeleceu esferas de ac3o nacional que figuravam a coopera3o internacional e a participa3o pol3tica; educa3o e promo3o; emprego, sa3de e alimenta3o; fam3lia; popula3o; habita-





DUR/MPLA

A falta de reconhecimento do valor do trabalho da mulher limita a proposta da ONU

ção. Contava também com comissões sobre pesquisa e meios de comunicação de massas.

Como resultado desse acontecimento, as actividades do sistema das Nações Unidas foram ampliadas para abranger uma maior diversidade de questões. Dá-se actualmente uma atenção particular a assuntos como: a mulher e o *apartheid*; a mulher palestina; a mulher refugiada; a mulher emigrante; as idosas e as jovens; a prevenção da violência contra a mulher, a prostituição e o tráfico de brancas; a mulher como vítima de actividades criminosas; e a participação da mulher na consolidação da paz.

O acontecimento mais importante, desde 1975, é o ressurgimento do movimento feminino, que deu lugar a um desenvolvimento da rede internacional de comunicações e das pesquisas e publicações de especial interesse para a mulher.

A Comissão, no entanto, identificou algumas limitações à execução do Plano de Acção adoptado em 1975:

- Falta de participação do homem nos esforços para modificar a situação da mulher na sociedade.
- Falta de vontade política em muitos países para modificar a condição da mulher.
- Atitudes erradas tanto da mulher como do homem quanto ao papel da mulher na sociedade.
- Falta de reconhecimento do valor do trabalho da mulher nos sectores remunerado e não-remunerado.
- Falta de atenção às necessidades específicas da mulher na planificação.
- Número demasiado restrito de mulheres em cargos de decisão.
- Serviços insuficientes para apoiar a participação da mulher na vida nacional, tais como cooperativas, centros de ensino, centros de assistência diurna, e facilidades de créditos.
- Falta de recursos financeiros.
- Falta de acesso aos responsáveis políticos por parte das mulheres que se encontram em estado de extrema necessidade.
- Desconhecimento, entre as mulheres, das oportunidades de que dispõem para o seu desenvolvimento.

POSSIBILIDADE DE ESCOLHA

Conforme cresce a migração feminina para as cidades em busca de trabalho, aumenta também a proporção de mulheres que recorrem a métodos anticoncepcionais. O quadro mostra as proporções de mulheres que utilizam métodos anticoncepcionais eficazes, nas áreas rural e urbana.

ONU

	RURAL	URBANA
Egipto	24%	63%
Gana	14	28
Tunísia	28	55
Malásia	34	53
Filipinas	33	56
Colômbia	30	62
Dominicana	25	52

A conferência de avaliação

A «Década da Mulher» promovida pelas Nações Unidas teve o seu epílogo com a Conferência Mundial que decorreu na capital queniana entre 15 e 26 de Julho. Delegadas de 155 países fizeram o balanço dos resultados alcançados nestes dez anos e traçaram as metas a atingir no final do século.



Mais de quatro mil mulheres provenientes das mais diferentes partes do mundo participaram na Conferência Mundial de encerramento da Década da Mulher que decorreu sob o lema de «igualdade, desenvolvimento e paz». No momento em que encerramos esta edição, os trabalhos decorrem ainda em Nairóbi, não se conhecendo ainda na íntegra os documentos finais que virão a ser aprovados.

Constam da agenda de trabalhos da conferência, o exame crítico da evolução dos progressos alcançados e das dificuldades encontradas na concretização dos objectivos aprovados há dez anos atrás e cuja implementação estava programada para a década que ora finda. Recorde-se que foi na reunião do México, de

Julho de 1975, que os representantes dos países membros das Nações Unidas aprovaram aqueles que viriam a ser o plano de acção mundial e os planos regionais onde estavam consagrados os objectivos da década. Para além da aprovação de tais planos, a reunião do México, marcou o início da Década da Mulher, recomendou igualmente a adopção de uma série de medidas relacionadas com a alfabetização da mulher, educação sanitária e igualdade em matéria de participação política.

Segundo algumas das conclusões aprovadas nas reuniões preparatórias desta conferência mundial, a Década da Mulher proclamada pela ONU, não obstante as dificuldades dos tempos de crise, deu resultados positivos, podendo citar-se como um dos mais importantes a ratificação por mais de 60 países, da Convenção sobre a Liquidação de todas as Formas de Discriminação das Mulheres, adoptada em Dezembro de 1979 pelas Nações Unidas e que obriga os Estados signatários a reconhecer na lei o princípio da igualdade de direitos das mulheres e homens na vida social e política.

Foi à luz deste espírito que muitos países do Terceiro Mundo desencadearam campanhas de alfabetização entre a população feminina e tomaram medidas visando melhorar a condição no que respeita ao trabalho e à formação profissional. No entanto, as reuniões preparatórias da Conferência foram unânimes em apontar a crise económica mundial e a tensão internacional como dois dos mais sérios obstáculos que se levantaram ao longo da década de concretização dos programas.



Na África houve um avanço no nível da participação feminina

estabelecidos. Outros obstáculos de monta foram, em grandes regiões do planeta, os desequilíbrios estruturais, a falta de consciência das mulheres e os costumes ancestrais que, em muitos casos, impõem às mulheres múltiplas formas de sujeição como se de estados «imutáveis» se tratasse.

Não obstante as dificuldades, o secretário-geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuéllar, na sessão de abertura da Conferência Mundial, no dia 15 de Julho, em Nairóbi, quis deixar na ampla sala de reuniões uma semente de esperança ao afirmar que «90% dos Estados membros da ONU estão actualmente dotados de mecanismos oficiais encarregados exclusivamente de superintender os direitos da mulher, dos quais 50% foram criados ao longo da última década».

Tão ou mais importante do que o balanço propriamente dito do trabalho realizado nestes dez anos em prol da igualdade e afirmação do papel da mulher nas sociedades e no mundo, será certamente a aprovação do plano de acção até ao ano 2000, para cuja formulação contribuíram decisivamente as cinco reuniões regionais preparatórias da conferência Mundial de Nairóbi. Segundo Letficia Shahani, secretária-geral da Conferência, não obstante a década chegar ao seu fim, «é depois da conferência que todo o trabalho começa a ser feito», numa alusão clara à continuidade na luta pela implantação dos direitos da mulher. Segundo Letficia Shahani, o objectivo perseguido e sempre inalcançado é o de abrir caminho a «uma era dinâmica e progressista, na qual as mulheres possam contribuir e beneficiar com o resultado da soma total das aspirações e realizações da humanidade».

Muito embora se tivesse gerado o consenso de que muitos dos objectivos traçados em 1975 ficaram por cumprir, era a opinião generalizada entre as delegações presentes em Nairóbi de que sem dúvida o maior êxito da década foi o ter feito aumentar a nível mundial a consciência sobre a situação da mulher.

EUA: polémica em Nairobi

Ainda os trabalhos da conferência mundial não tinham oficialmente tido o seu início e já a polémica se havia instaurado; responsável: a delegação dos EUA, chefiada por Marreen Reagan, filha do presidente norte-americano, que procurou impedir a discussão dos temas considerados «políticos» — ou que, na termino-



A pobreza impede uma maior participação feminina

logia, do residente da Casa Branca, são apontados como «propaganda». Entre o rol desta propaganda, Washington inclui a situação da mulher sob o *apartheid* na África do Sul, o caso das populações que vivem nos territórios ocupados por Israel, a Nova Ordem Económica, etc., etc.

Em resposta às pretensões da delegação dos EUA, várias foram as delegações presentes em Nairóbi a acusar Washington de pretender reservar para si o «direito de veto», ao pretender obrigatoriamente que as resoluções fossem tomadas por consenso. Na contestação à posição norte-americana viriam a destacar-se a senhora Margaret Papandreu, mulher do primeiro-ministro grego e por coincidência norte-americana de nascimento, e Sally Mugabe, chefe da delegação do seu país à conferência que afirmou que «pretender que assuntos tão importantes como o *apartheid* e o racismo não sejam discutidos é aceitar o papel mesquinho que ainda nos é reservado, a nós mulheres, em alguns países...»

Face ao protesto generalizado, a delegação acabaria por recuar, manifestando que o consenso «deveria» ser procurado. Recorde-se que já em 1980, no encontro de Copenhaga, no qual se procurou fazer o balanço dos primeiros cinco anos da Década da Mulher, EUA, Israel, Canadá e Austrália se negaram a assinar o documento final então aprovado por maioria de votos, documento em que o sionismo foi classificado como forma de racismo e discriminação social.

A camponesa, essa esquecida

Quando se traçam planos de trabalho agrícola, nunca se pensa que são as mulheres quem os realizará



Além das tarefas domésticas, as mulheres do Terceiro Mundo desempenham diversas actividades agrícolas, dedicando-se, por exemplo, à colheita de cereais e pecuária. Os últimos estudos sobre o papel da mulher na agricultura são unânimes

nas suas conclusões: a contribuição da mulher na produção agrícola e alimentar é muito maior do que geralmente se supõe.

Os estudos demonstram que as mulheres produzem uma grande parte dos alimentos do Terceiro Mundo, além de prepará-los e cozinhá-los. O seu papel é também essencial na venda das colheitas. Na verdade, longe de se limitarem às tarefas domésticas, as camponesas dos países em desenvolvimento dedicam a maior parte do seu tempo à produção e preparação de alimentos ou às actividades comerciais com eles relacionadas. O pou-

co tempo que lhes sobra é dedicado às tarefas de alimentar, vestir e atender as necessidades da família.

A contribuição da mulher na agricultura

Num estudo realizado pela FAO em 82 países em desenvolvimento, América Latina excetuando-se, 42% da força de trabalho agrícola era composta por mulheres: 46% na África ao sul do Saara, 45% na Ásia, 40% nas Caraíbas e 31% na América setentrional e no Médio Oriente.

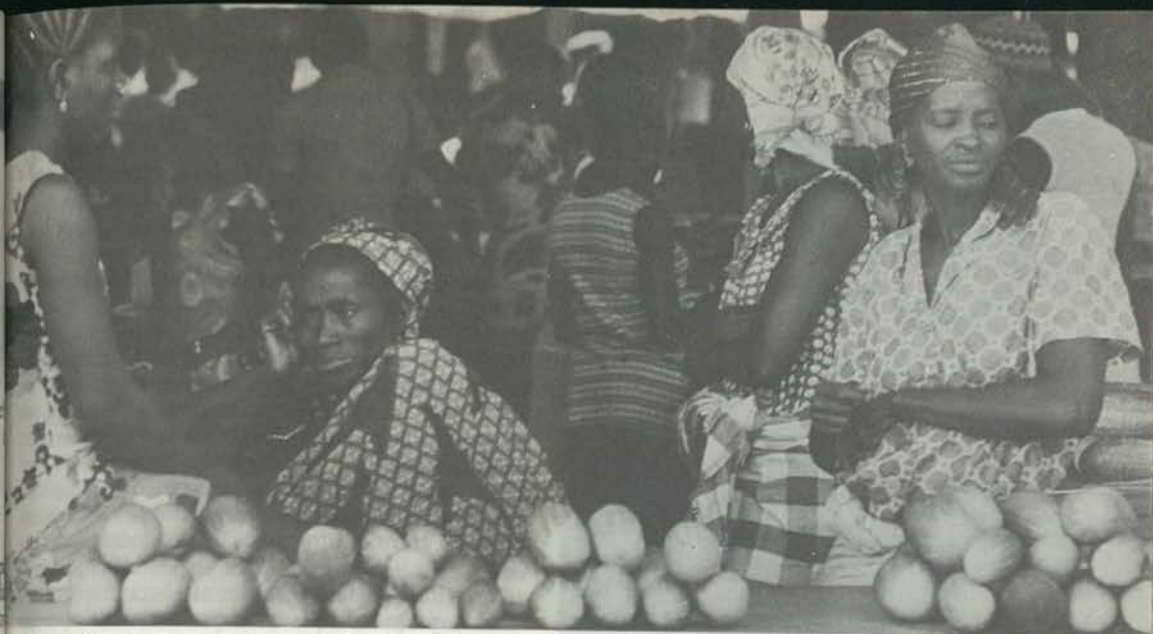
Na África, as mulheres desempenham um papel especialmente importante. Calcula-se que contribuem com dois terços do total de horas dedicadas à agricultura tradicional e três quartos do tempo empregue na comercialização dos produtos da terra. Enquanto os trabalhos mais pesados, como limpar as terras, cercá-las e prepará-las, estão reservados ao homem, na África ao sul do Saara a mulher é quem mais participa nos trabalhos de enxada e capinação, bem como na colheita, transporte, armazenamento, elaboração e comercialização dos produtos. As tarefas de semear, cuidar e de criação de animais são igualmente atribuídas, com o mesmo peso, entre homens e mulheres.

Na Ásia, as mulheres dedicam-se especialmente à produção de arroz, produto básico nesse continente. No Nepal, por exemplo, um detalhado estudo demonstrou que a mulher contribui com dois terços da mão-de-obra necessária para semear arroz, três quartos do trabalho de eliminação de ervas daninhas e é responsável por metade do trabalho de limpeza e armazenamento desse produto.

As mulheres têm uma importância particular na produção de alimentos, durante a colheita. Na maioria dos países estudados pela FAO, a mulher é responsável por mais de 50% do trabalho de colheita.



As camponesas destinam a maior parte do seu tempo à produção de alimentos



Na maioria dos países a mulher responde por mais de metade do trabalho de armazenamento e preparação de alimentos

ao seu armazenamento e preparo. São elas quem limpam, debulham e secam os cereais, secam o pescado e preparam queijos e outros produtos lácticos.

Na maioria dos países em desenvolvimento, a mulher tem uma participação maior do que o homem na compra e venda de alimentos. Na África ocidental, por exemplo, são elas quem se encarregam da comercialização da maioria dos produtos agrícolas e do pescado. Em muitas regiões da Ásia, a mulher dedica-se à comercialização local de hortaliças. É ainda da sua responsabilidade uma grande parte do trabalho necessário à alimentação e criação de animais, como aves domésticas, cabras, porcos e coelhos. Elas não apenas se encarregam da ordenha dos animais, como ainda preparam e comercializam a nível local o leite e seus derivados.



Aumento da carga de trabalho

Está provado que à medida que os homens migram para os povoados e cidades em busca de trabalho são as mulheres quem mais se dedicam às actividades agrícolas. São elas quem têm exercido em escala cada vez maior os trabalhos tradicionais dos homens, como arar e preparar a terra para ser cultivada. Na Suazilândia, por exemplo, estudos demonstram que estes trabalhos são maioritariamente realizados por mulheres.

Quando o homem vai para a cidade, temporária ou permanentemente, abandona a mulher, deixando-a com a responsabilidade da família. A actual proporção de lares dirigidos por mulheres oscila entre 22% na África ao Sul do Sara, e 15% na

América Latina. Num determinado país do sul da África, 63% dos lares são dirigidos por mulheres. Sós ou acompanhadas, são elas quem se ocupam da maior parte das actividades domésticas. A mulher africana, em especial, tem sobre si toda a responsabilidade pela alimentação e cuidados familiares, e é ainda responsável pela obtenção da quase totalidade da água e combustível necessários ao lar. Em geral, a mulher do Terceiro Mundo trabalha bastante mais horas que o homem.

Excluídas dos programas de desenvolvimento

O não reconhecimento do papel da mulher tem graves repercussões nas actividades de desenvolvi-

terceiro mundo - 35



No Bangladesh as mulheres cultivam hortaliças e frutas

mento. Desde o final da era colonial, os países do Terceiro Mundo dedicaram-se à tarefa de modernizar a sua agricultura e transformar os métodos tradicionais em sistemas de produção.

Tentou-se, com sucesso desigual, aumentar os rendimentos agrícolas, florestais e pesqueiros, sem destruir a capacidade da terra e os recursos do mar. Foram feitos investimentos para reduzir as perdas após as colheitas, melhorar os sistemas de comercialização e de distribuição, aumentar o nível de nutrição e promover o desenvolvimento rural.

Os programas de assistência do Estado serviram como ponto de contacto entre essas actividades e os agricultores, e, através desses programas, dá-se acompanhamento técnico e informativo, contribuindo para a obtenção dos insumos necessários, como fertilizantes e créditos.

Mas será que uma grande parte dessas actividades foram canalizadas para as pessoas erradas? Parece que sim. Os recursos desses programas são limitados e, inevitavelmente, por razões de ordem cultural e prática, dirigiram-se preferencialmente aos homens, embora em muitas actividades sejam as mulheres quem realizam os trabalhos. Por exemplo, os programas de redução de perdas de cereais após as colheitas podem não ter sucesso, se os melhoramentos de armazenamento ficam a cargo exclusivo dos homens em locais onde são as mulheres quem efectivamente estão encarregues dos cereais.

36 - terceiro mundo

A tendência dos programas de assistência em tratar dos problemas com os homens pode ser surpreendente. Um estudo sobre um grupo de agricultores do Quênia, que havia introduzido milho híbrido, demonstrou que 31% das propriedades dirigidas por mulheres não foram visitadas, contra apenas 3% das administradas conjuntamente por homens e mulheres.

Em consequência deste tratamento desiguais muitos fracassos foram documentados. Numa zona do noroeste do Bangladesh, um plano para introduzir uma nova variedade de trigo de alto rendimento produziu resultados desanimadores simplesmente porque as mulheres — quem geralmente recolhe as sementes — não foram incluídas no programa. Resultado: foram escolhidas sementes que não eram as mais apropriadas. Nessa ocasião, como em outras, as tradições culturais não favoreceram o contacto entre os programas de assistência e as mulheres.

Essa insistência em chegar aos agricultores através dos programas de apoio pode inclusive provocar, em determinadas zonas, uma mudança da produção local. No Bangladesh, as mulheres cultivam hortaliças, frutas e especiarias, enquanto os homens se dedicam ao cultivo do arroz e do trigo. A prioridade concedida aos homens no acompanhamento e nos créditos reduziu a proporção de frutas e hortaliças cultivadas, diminuindo, possivelmente, os níveis nutritivos da produção.

Algumas vezes os resultados dos projectos de desenvolvimento são limitados porque os seus responsáveis não levam em conta toda a cadeia alimentar e as diversas funções da mesma. Na zona do Próximo Oriente, fracassaram as tentativas para introduzir uma nova variedade de trigo porque o pão produzido com a nova farinha tinha uma cor diferente, não aceite pelas mulheres encarregadas de fabricá-lo.

A maioria dos especialistas em problemas de mulher pode contar variadíssimos factos semelhantes e relatar outros efeitos da supervalorização da importância do homem, como a tendência de mecanizar trabalhos que, como a lavoura, são, normalmente, realizados pela mulher. Se não for melhorada a forma de realizar as tarefas afins da cadeia alimentar, como é o caso da moenda, a carga de trabalho das mulheres pode aumentar assustadoramente.

Porque razão se esquece a mulher?

O não reconhecimento da contribuição das mulheres na produção agrícola pode-se explicar, em parte, pela tendência das estatísticas oficiais de concentrarem na mão-de-obra assalariada ou na produção comercial, onde o homem predomina. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e

cula que, em geral, cerca de metade das horas trabalhadas pelas mulheres não consta das estatísticas oficiais sobre a força de trabalho.

As mulheres podem ficar à margem do desenvolvimento, por não estarem representadas nos vários níveis governamentais responsáveis pelas decisões, assim como dos programas de promoção e de assistência. Menos de 10% das pessoas dedicadas a esses programas são mulheres. Na África, elas correspondem apenas a 3,4% do pessoal agrícola capacitado, segundo um estudo recente da FAO.

Sem dúvida, essas percentagens escondem enormes diferenças entre os países — em 12 Estados africanos, menos de 1% do pessoal agrícola capacitado é feminino, enquanto que em outros seis elas ultrapassam os 9%. No Lesoto e na Suazilândia, onde os homens abandonaram em massa as zonas rurais, o índice é de 25%.

Nos programas de assistência estatal da maioria dos países em desenvolvimento, as mulheres que neles trabalham limitam-se a participar em matéria de economia familiar. Mesmo neste caso, os serviços são administrados, geralmente, por homens. Há, contudo, algumas exceções: mais de um terço dos funcionários dos programas de assistência estatal da Malásia peninsular são mulheres. O mesmo acontece nas Filipinas. No futuro, é possível que aumente a participação da mulher nesses programas e nos de organização agrícola. Inclusive na África, onde uma pequena proporção do pessoal agrícola capacitado é feminino, 15% dos estudantes de agronomia são, actualmente, mulheres.

A proporção de mulheres nas actividades de aprendizagem de grupos realizadas com o apoio da FAO, em 1982, oscilou entre 3,9% no Próximo Oriente, cerca de 12% na África, América Latina e Caraíbas e 15,2% na Europa. Na Ásia e no Pacífico, apenas 5% dos participantes eram mulheres.

Igualdade entre homens e mulheres

O que deve ser feito para ajudar as mulheres nas suas actividades e dar-lhes uma maior participação nos assuntos que afectam directamente as suas vidas? É evidente que elas devem ser consultadas quando se planificam os programas e projectos de desenvolvimento.

A FAO recomenda que os planos de crédito sejam elaborados de forma a que a propriedade da terra não seja um requisito imprescindível à obtenção de créditos, o que é particularmente importante para as mulheres cujos maridos migraram para as zonas urbanas. As orientações da FAO ilustram também a forma de incluir as mulheres nos projectos de irrigação, organização de terras e águas, conservação de solos e utilização de fertilizantes.

Segundo esse organismo da ONU, os resultados dos programas agrícolas entre as mulheres pode-

FAO



São as mulheres quem aplicam os fertilizantes

riam melhorar se se soubesse mais acerca do papel que elas desempenham. Os estatísticos deveriam ser estimulados a elaborar indicadores socioeconómicos que permitam uma avaliação mais precisa do impacto dos programas de desenvolvimento sobre o bem-estar e a prosperidade da mulher.

A longo prazo, o ensino — de homens e mulheres — é o melhor caminho para melhorar a situação das camponesas do Terceiro Mundo. É necessário estimular as mulheres a participarem dos programas de ensino a todos os níveis, desde o trabalho do campo até aos estudos universitários de pós-graduação. E preciso informar os agricultores sobre como as mudanças nos seus métodos de trabalho podem afectar as camponesas, positiva ou negativamente. Os dirigentes de ambos os sexos necessitam de mais informação sobre o papel que a mulher desempenha. ●

* Este artigo foi produzido pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação).

Lutar e produzir

Uma década depois de conquistada a independência, a mulher angolana integra-se activamente na produção



Angolanas (OMA), realizado há dois anos, em Luanda. Ilda Carreira, secretária de Educação Política, Informação e Propaganda da OMA, falou à nossa colaboradora Guiomar Belo Marques sobre a situação das mulheres angolanas e as principais tarefas que se colocam à OMA, à luz das conclusões do I Congresso.

“Em Angola foram alfabetizadas, depois da independência, cerca de trezentas mil mulheres, principalmente das zonas rurais. Em relação à OMA, e tendo em conta o elevado índice de analfabetas existentes, não só participamos em semi-

“Ao lutarem lado a lado com os homens pela libertação da pátria do jugo colonial, as mulheres angolanas deram os primeiros passos para a sua própria emancipação”, referem, a dado passo, as resoluções do I Congresso da Organização das Mulheres

nários para alfabetizadores como organizamos cursos de alfabetização de mulheres.

“Também são importantes as actividades culturais e desportivas; incentivamos grupos de dança e de canto. Na área da cultura, trabalhamos muito com artesanato local, apoiando as mulheres que desenvolvem e criando actividades de manufactura e confecções, tendo participado, este ano, na “Festa do Trabalhador”, no 1.º de Maio, exposições e trabalhos. Na área social, damos grande apoio a crianças órfãs que as FAPLA recolhem, colocando-as em orfanatos ou em famílias. Trabalhamos também junto das parteiras tradicionais. Fizemos um levantamento das parteiras existentes no país e agora procuramos valorizá-las, reciclando-as através das delegações de saúde. Depois de recicladas elas continuam nas suas aldeias e comunas, adaptando e aplicando novas técnicas. Assim, não só valorizam, como ficam mais aptas a ajudar a comunidade.”

A planificação familiar mereceu uma atenção especial da parte da OMA. Ilda Carreira comentou: “conseguimos que fosse elaborado um projecto oficial, que está a ser apoiado pela Organização

DOR-MPLA

Mundial de Saúde e que já foi aprovado pelo Ministério da Saúde. Procuramos sensibilizar as mulheres, contando, para isso, com a ajuda de médicos. Fazemos muitas reuniões e pequenas sessões nas quais apresentamos o corpo humano passo a passo de seguida a explicar as vantagens do planeamento familiar, principalmente com o objectivo de esclarecer sobre a necessidade de espaçar os estados de gravidez. Esta questão é muito importante, porque muitas crianças morrem devido à debilidade das mães, fruto de partos sucessivos. Esta campanha tem sido particularmente feita em Luanda, mas já se começa a desenvolver igualmente nas capitais de províncias. Torna-se um pouco complicado



“Em Angola as mulheres lutaram ao lado dos homens pela libertação”



Ilda Carreira: "cada vez mais mulheres são mobilizadas para o trabalho, na cidade e no campo"

porque para fazer planeamento familiar precisamos de mais dispositivos intra-uterinos (DIU) e de pílulas. Razão por que se trata ainda e apenas de um projecto e não de uma medida governamental".

Para Ilda Carreira, a prostituição não é tanto um legado da época colonial mas um problema social: "no nosso país quem se prostitui são jovens, muitas vezes estudantes e trabalhadoras que o fazem para adquirir vestuário e calçado. São mulheres integradas socialmente. No nosso congresso alertámos para esse facto e pedimos que determinados produtos fossem postos no mercado para satisfazer esses desejos naturais da juventude. Para outro tipo de prostituição não temos medidas".

A poligamia

No que se refere à poligamia, Ilda Carreira afirma: "faz parte da nossa cultura. Nas zonas rurais existe uma poligamia assumida e reconhecida, porque na sociedade tradicional não se fazem casamentos formais. Existe o 'alembamento', que consiste na compra da noiva aos pais. As pessoas unem-se e os homens levam as mulheres para casa. Nas zonas urbanas já é um pouco diferente, não sendo, em muitos casos, assumida. Existe a primeira, a segunda, a terceira mulher, mas como não é claro, surgem confusões e conflitos, principalmente por questões relacionadas com os filhos. O pai ajuda todas as mulheres, mas acaba sempre por ajudar mais umas do que outras e as menos apoiadas sentem-se prejudicadas. No campo, as mulheres que

estão ligadas a formas colectivas de produção, começam a contestar este sistema, porque não aceitam que as outras mulheres vivam do dinheiro que ganham. O MPLA - Partido do Trabalho está a efectuar um estudo com base na consulta popular, sobre este problema. Faz parte do ante-projecto do Código da Família e será posto à consideração da Assembleia do Povo".

Em Angola, 25% da força de trabalho é feminina: "a mulher angolana tem dado grandes contributos à sociedade. Um dos mais importantes é sem dúvida a sua participação activa na produção nacional. Existem muitas mulheres a trabalhar na agricultura e começa já a verificar-se uma incorporação cada vez maior na indústria. Além disso, mobilizamos grupos de mulheres para o trabalho voluntário tanto na cidade, para embelezamento e limpeza desta, como no campo, onde cultivam nas lavras, sendo o produto trocado ou comercializado e dividido".

A mulher angolana tem também um papel importante na defesa da integridade nacional: "as mulheres podem fazer serviço militar como voluntárias, em determinados sectores de apoio, como sejam o médico e de serviços. No entanto, devido ao agravamento da situação militar e às consequências dos horrores provocados pelos bandidos da UNITA, as mulheres têm-se integrado nas brigadas populares de vigilância e nos grupos de defesa armados, organizados por empresa e por bairro. Aí, recebem treino militar e se a sua terra for atacada, elas colaboram na defesa, onde participam activamente". (Guimar Belo Marques)

Um grande esforço

As mulheres moçambicanas participaram nas tarefas logísticas durante a guerra de libertação e, agora, ganham novos espaços



Moçambique é um dos poucos países africanos onde os problemas relativos à situação da mulher na sociedade foram enfrentados de forma simultânea à luta contra o colonialismo. Lugar onde a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) desempenhou um papel de destaque.

Duas dirigentes dessa organização, Sabina Santos e Gertrudes Vitorino, transmitiram a *cadernos do terceiro mundo* as experiências vividas ao longo dos dez anos de independência do país. Sabina é responsável pelo Departamento de Mobilização, enquanto Gertrudes está encarregada das Relações Internacionais. Ambas viveram juntas a militância nos Grupos Dinamizadores organizados pela FRELIMO durante o período do governo de transição, em 1974, para fazer frente aos desafios político-administrativos que se colocavam à nova etapa de

construção de um país livre e independente.

"Depois da independência, a mulher moçambicana cresceu como tal" — conta Sabina Santos — "e há um acontecimento-chave que mostra isso: a 2ª Conferência Nacional da OMM em 1975, onde se decidiu que a emancipação da mulher passava pela sua integração na produção. Sob essa lavra-de-ordem, surgiram cooperativas nas quais a mulher começou a trabalhar colectivamente sob a direcção. Com a sua integração na produção, passou a realizar trabalhos que antes desconheciam ou que simplesmente lhe estavam vedados. Na indústria, por exemplo, actividades como electrotécnica, mecânica e pintura. A partir de 1980, durante a 3ª Conferência Nacional, dá-se um passo importante na formação da mulher através das campanhas de alfabetização. Entre essas duas etapas a mulher teve a oportunidade de exercer o seu direito de eleger e ser eleita para órgãos do governo em que começam a surgir mulheres delegadas e integrantes de comités distritais, provinciais e centrais da FRELIMO."

Para Gertrudes Vitorino, a OMM desempenhou um papel decisivo na defesa da pátria. "Foi a primeira organização" — explica Gertrudes — "que surgiu durante a luta armada e seguiu reunir todas as mulheres em torno de um objectivo comum: a tarefa era mobilizar as mulheres para a guerra, transportando material para a frente de combate e exercendo funções de apoio em áreas de educação, saúde e produção. Foi um esforço muito grande em algumas zonas libertadas, conseguiu-se obter duas e até três refeições por ano para alimentar os combatentes. A partir da independência, o papel da mulher mudou de frente de produção".

A elaboração da Lei da Participação contou com a participação decisiva da OMM. O Ministério da



Gertrudes Vitorino



Sabina Santos

tiça trabalhou baseado nas propostas que saíram das organizações de base, enriquecidas pelas mulheres ao longo da Conferência Extraordinária da organização, realizada em Novembro de 1984.

"Analisámos a problemática da mulher na sociedade moçambicana" — diz Gertrudes — "e constatámos várias dificuldades que ainda impedem o seu avanço social. A questão da estabilidade da família fez com que aprofundássemos temas como o das crianças abandonadas, dos casais divorciados e da manutenção dos filhos. A partir da Conferência surgiram propostas que, por recomendação do presidente Samora Machel, devem ser tidas em conta em todos os órgãos do Estado. De acordo com essa orientação, o Ministério da Justiça realizou um seminário nacional com a participação da OMM do qual surgiu um grupo de trabalho para rever a proposta da Lei da Família."

A nova sociedade que tem sido construída em Moçambique exige que se repense a instituição familiar. Gertrudes Vitorino caracteriza a família na sociedade tradicional como resultado de preconceitos: "os colonialistas portugueses repetiam, frequentemente, que 'o negro casa-se hoje e separa-se amanhã'. Na sociedade tradicional, a população vivia organizada segundo clãs e grupos étnicos, com valores culturais ancestrais, valores que a sociedade sempre respeitou. O que o colonizador valorizava e entendia como família não era o que nós, moçambicanos do interior, entendíamos como tal. Podia ser para os chamados 'assimilados' das cidades, que constituíam família segundo os padrões portugueses, com casamento religioso e civil.

"Hoje constatamos" — analisa Gertrudes — "que o tipo de organização familiar muda de província para província. Em algumas, a estrutura é matriarcal: o homem, quando se casa, vai morar na casa da mulher onde os seus filhos receberão uma educação de acordo com os valores dos ascendentes maternos. Em outras, o conceito de família baseia-se no sistema patriarcal. Considero que tais concepções não podem ser uniformizadas a curto prazo, o que só será possível com a evolução socioeconómica do país, com as transformações das zonas rurais e o avanço da mulher através da alfabetização e do trabalho."

A luta contra a poligamia

Para Sabina Santos, a luta da Organização da Mulher Moçambicana contra as práticas poligâmicas é explicável, já que "ela reduz a mulher a uma situação de opressão e exploração. Quando analisamos as bases da poligamia, chegamos à conclusão de que elas são de natureza económica. O homem procura dispor de mais mão-de-obra barata para aumentar a sua produção e não é por acaso que a poligamia está mais difundida nas zonas ru-

rais. Os filhos são igualmente uma parte importante desse esquema de aumento da força de trabalho. Para o homem o resultado é um aumento do seu poder económico e prestígio social".

Essa espécie de comércio realizado mediante o aumento do número de filhos constituía uma das causas de casamentos prematuros. Sabina concorda: "muitas vezes o negócio, porque era exactamente disso que se tratava, era acertado quando a jovem tinha apenas três anos de idade. Nessa altura, os pais recebiam as terras ou o gado estipulados na transacção, comprometendo-se a entregar a criança quando ela atingisse cerca de 12 anos."

Gertrudes realça a importância de enfrentar esse problema: "tanto no partido como na OMM, luta-se contra a poligamia. Por isso, ficou estabelecido que apenas poderão ser membros da FRELIMO os polígamos anteriores à data do III Congresso, realizado em 1977. Por outro lado, existe um trabalho político que tem sido feito entre as mulheres, particularmente nas aldeias comunais. Nelas, a mulher experimenta uma vida mais comunitária, tem oportunidade de se alfabetizar e politizar, e descobre também o valor e o significado das novas formas de produção. A dinâmica da nossa revolução, a organização da família e a consciência que a mulher tem adquirido são factos que contribuem para que, dentro de alguns anos, a poligamia seja uma coisa do passado.

Um imenso esforço

Ambas as dirigentes concordam que, com a independência, verificou-se uma valorização da mulher como trabalhadora e consequentemente do seu trabalho. "Durante o colonialismo" — comenta Sabina —, "a mulher quase não tinha acesso aos cargos qualificados. As funções que exercia eram, quase sempre, subalternas. A sua actividade mais comum era de empregada doméstica. Esse tipo de discriminação estendia-se inclusive aos salários. Apesar de desempenhar muitas vezes o mesmo trabalho do homem, o salário da mulher era menor. Ela não tinha direito às folgas. Nos escritórios, a mulher não passava de dactilógrafa, e nos hospitais, se era enfermeira, ocupava o nível mais baixo da profissão.

"A Constituição depois da independência consagra direitos iguais para homens e mulheres. Passámos a usufruir de privilégios que nunca havíamos tido, como a licença de 60 dias por ocasião da gravidez, além de 30 dias de férias por ano. A mulher tem direito a dispor de uma hora por dia para amamentar o seu filho, cumprindo-se dessa forma a orientação do Ministério da Saúde de que os bebés devem ser alimentados com leite materno".

As campanhas de alfabetização e de educação

de adultos foram pontos importantes da participação da Organização das Mulheres Moçambicanas. Sabina Santos conta como foi desenvolvido o trabalho e os resultados obtidos: "para eliminar o problema do analfabetismo entre as mulheres, realizámos um imenso esforço, que tinha como objectivo instalar um núcleo alfabetizador em cada província. Foram criados núcleos em aldeias comunais, "mashambas" (fazendas estatais) e noutros tipos de empresa. A nível da OMM, procuramos ain-

da criar condições para erradicar o analfabetismo entre as dirigentes. Hoje, podemos afirmar que a mulher que exerce funções de direcção nas províncias, distritos e noutras localidades, já não é analfabeta. Além disso, promovemos cursos sobre gestão e administração, enviamos quadros para a Universidade dos Ex-Combatentes e Trabalhadores Vanguarda, em Maputo, e conseguimos bolsas de estudo para países socialistas como Cuba, Hungria, Bulgária, União Soviética, entre outros."

O papel da mulher na revolução

□ Oriunda de uma conhecida família de nacionalistas, Josina Abiatar Machel foi uma incansável combatente anticolonial. Nascida a 10 de Agosto de 1945, participou desde os tempos de estudante de actividades políticas. Com a criação da Frente de Libertação de Moçambique, em 1962, filia-se numa das suas células clandestinas.

Em 1964, faz a sua primeira tentativa para se juntar aos guerrilheiros. Fracassa. Depois de meses de detenção, é libertada e no ano seguinte chega à Tanzânia, então Tanganica.



Josina: "o sucesso da revolução depende de todos nós"

Cinco anos depois é nomeada responsável pela Secção dos Assuntos Sociais da FRELIMO. Entre outras tarefas em que se distinguiu pela sua capacidade de mobilização e organização, estão o trabalho desenvolvido no seio do Destacamento Feminino e na direcção da Secção da Mulher, no Departamento das Relações Internacionais da vanguarda revolucionária do povo moçambicano.

Em Maio de 1969, casa-se com Samora Machel,

na altura responsável pelo Departamento da Defesa.

Continua a organizar a assistência às crianças e aos feridos de guerra. Leva avante a mobilização da população para a luta e está presente nos debates políticos da FRELIMO. Esta intensa actividade de mina as suas forças. Em 1971 é enviada para tratamento médico no exterior onde faleceu a 2 de Abril do mesmo ano. Data que passou a ser oficialmente considerada como o Dia da Mulher Moçambicana.

Trechos de um artigo de Josina Machel publicado na "Voz da Revolução", em Janeiro de 1970. O texto tem por título "O papel da mulher na revolução".

... "Nós salientamos que o sucesso da revolução depende dos esforços combinados de todos nós. Ninguém pode ser dispensado, e assim o papel tradicionalmente 'passivo' da mulher deve mudar, de modo que as suas capacidades possam ser utilizadas ao serviço da revolução. As mulheres são encorajadas a falar, a exprimirem a sua opinião nas reuniões, a participarem nos Comités etc.

... "Somos geralmente confrontadas com a tarefa difícil de lutar contra velhos preconceitos, que dizem que as funções das mulheres são apenas cozinhar, tomar conta da casa, dos filhos, e pouca mais. E, precisamente, a nossa experiência prova que nós, mulheres podemos realizar este trabalho de mobilização e educação muito melhor do que os homens, por duas razões: Primeiro, é muito mais fácil para nós aproximarmo-nos das outras mulheres, e, segundo, os homens convencem-se mais facilmente do papel importante da mulher quando têm em frente deles mulheres militantes e capazes, que são o exemplo vivo daquilo que elas apregoam. Além disso, as nossas actividades dirigem-se também aos homens, e a presença de mulheres com armas é um elemento muito importante para a mobilização dos homens: eles ficam envergonhados e não se atrevem a recusar aquilo que as próprias mulheres estão a fazer."

A opressão no apartheid

As sul-africanas são vistas como responsáveis pelo aumento da população negra e Pretória adopta severas medidas punitivas contra elas

“ Se não pudeses organizar o teu povo, cede o teu trono aos homens mais capazes. Se não pudeses ser justo e imparcial, cede o teu lugar aos homens justos. Se não pudeses defender os pobres e fracos do inimigo, entrega a tua espada às mulheres, que elas te

Participação activa

A primeira participação historicamente registada da mulher data dos primórdios das lutas dos africanos contra o roubo das suas terras pelos colonialistas. No diário do colonizador Jan Van Riebeeck, que ocupou a região do Cabo da Boa Esperança com uma feitoria holandesa em 1658, consta que, além de terem de lutar contra os homens *khoi-khoi* (bosquímanos), os holandeses tiveram que enfrentar também as mulheres.

Na África do Sul, ambos os sexos são vítimas da opressão do *apartheid*. Assim, as mulheres reivindicaram a igualdade, já incorporada na Carta da Liberdade aprovada pelo Congresso do Povo, realizado em Kliptown, África do Sul, em 26 de Junho de 1955¹. Ultimamente, as mulheres negras têm feito oposição militante às leis que visam, especificamente, oprimi-las como trabalhadoras. A história dessas lutas está marcada pelos confrontos nos quais as mulheres negras assumiram a liderança do combate contra as indignidades da legislação racista, como as que impunham a utilização de passes de livre trânsito.

Em 1913, quando entrou em vigor a Lei da Terra, segundo a qual nenhum africano teria direito à sua posse, 600 mulheres africanas do Estado Livre de Orange (província da União Sul-Africana) manifestaram-se diante das repartições municipais em protesto contra as leis de passe, seguindo a forma de resistência passiva inaugurada na África do Sul por Gandhi. Com o aumento dessa resistência, multiplicaram-se as prisões. Na cidade de Winburg, a situação repetiu-se, com 800 mulheres cantando hinos enquanto desfiliavam em frente à Câmara Municipal. A luta feminina resultou numa vitória sem precedentes: a abolição do uso de passes.

¹ Ver cadernos nº 62, Fevereiro 1984



mostrarão o caminho da honra.”

(Almamy Samori Touré, Imperador do Mali)

A história da resistência contra o colonialismo na África do Sul tem-se caracterizado pela plena e activa participação das mulheres. A mulher negra sul-africana tem sido desde o começo da ocupação estrangeira, objecto da mais impiedosa humilhação, violentação e opressão, tanto por ser africana como por ser mulher, tendo a sua terra confiscada e sendo submetida à exploração da sua força de trabalho.



As mulheres negras opõem-se às leis que visam oprimi-las

O ANC (Congresso Nacional Africano), fundado em 1912, criou um ano depois a Liga Feminina, que tem participado activamente na luta. Os boicotes aos transportes públicos nos anos 40 pelos trabalhadores negros contaram com a participação de homens e mulheres. Elas participaram, também, da Campanha de Desafio às leis do *apartheid*, em 1952, e lutaram desde o início contra a imposição da "educação bantu" pelo governo racista, que pretendia baixar o nível da instrução e dos currículos destinados às crianças negras.

Contudo, o primeiro grande movimento de protesto das mulheres à escala nacional contra os passes ocorreu em 1955, quando o ministro dos Assuntos Nativos anunciou que as africanas receberiam passes a partir de Janeiro de 1956. Como esposas, mães e filhas, as mulheres africanas tinham vivido por muito tempo a humilhação das rusgas nocturnas da polícia aos seus lares, das buscas e detenções dos seus maridos, pais e filhos, da perda do emprego dos companheiros presos e processados pelo governo, e do desaparecimento dos homens recrutados para o trabalho forçado nas fazendas brancas.

A resistência intensificou-se, conduzida pela Federação das Mulheres Sul-Africanas, organização multirracial que abrangia, sob a liderança de Lilian Ngoyi, a Liga Feminina do ANC. Duas mil mulheres, na maioria negras, foram a Pretória protestar. Milhares de outras manifestaram-se nas ruas da Cidade do Cabo e de Durban.

O marco histórico dessa época de resistência foi a grande manifestação em Pretória, em 9 de Agosto de 1956, data comemorada, anualmente, como o Dia da Mulher Sul-Africana. Naquele dia, 20 mil mulheres de todas as raças e regiões do país marcharam em direcção aos *Union Buildings* (conjunto de prédios que formam a sede do governo) em protesto contra as leis de passe, apesar da proibição de manifestações em Pretória. Apresentando as suas reivindicações e entoando cânticos de liberdade, elas avisaram o regime branco: *Wathint' abafazi, way ithint' imbolodo UZO kufa!* ("Agora atingiram as mulheres! Vocês bateram numa rocha,

fizeram a pedra rolar, vocês serão esmagados!")

Os anos que se seguiram foram de uma severa repressão aos negros da África do Sul, culminando com a ilegalização do Congresso Nacional Africano e do Congresso Pan-Africano (1960). A Liga Feminina do ANC foi colocada na clandestinidade e dezenas de pessoas foram detidas sem acusação. Homens e mulheres ficaram sob vigilância permanente. Entre as perseguidas, personalidades eminentes como Lilian Ngoyi, Helen Joseph, Francis Biko, Mary Moodley, Winnie Mandela e Dorothy Nyemba. Esse período foi também marcado pelo crescimento da ala militar do ANC *Umkhonto We Sizwe* ("A Lança da Nação"), em resposta à perseguição dos negros pelo regime.

Um fardo triplo

O regime de Pretória vê nas mulheres negras não apenas produtoras ou reprodutoras da força de trabalho, mas também as responsáveis pelo aumento da população negra. Daí, as severas medidas adotadas contra elas. As leis sobre o trabalho migratório visam separar o homem negro da sua esposa, reduzindo a mulher e as crianças a uma economia de subsistência.

Os massacres de Crossroads, onde os trabalhadores se recusavam a ser removidos para os bairros periféricos, vitimaram, sobretudo, mulheres, demonstrando não apenas a crueldade dos Regulamentos de Áreas para os Grupos da População, mas, sobretudo, a fanática determinação do governo racista de destruir a vida familiar africana, numa tentativa desesperada para impedir o *Swart Gevaar* ("perigo branco" em dialecto *afrikaaner*).

As mulheres negras sul-africanas carregam um fardo triplo de opressão. Sofrem toda a humilhação do racismo branco, como trabalhadoras e como mulheres. As suas necessidades são exploradas e vivem a condição de mulheres numa sociedade capitalista dominada pelo machismo. A vitória da luta de libertação é, para a mulher sul-africana, uma pré-condição para a libertação da opressão sexual determinada pelo machismo europeu e pelo direito consuetudinário africano. É uma luta de libertação numa frente não-racial.

Dirigente suazi adverso à libertação da mulher

Um dirigente da Suazilândia comparou as mulheres com as vacas, para sustentar que as primeiras deverão pôr de parte a ideia de se libertarem, pois até um criador de gado bovino, vende um touro mais caro do que uma vaca.

Além de constatar o facto de que as mulheres não são iguais aos homens, A. K. Hilope, membro

do Conselho Supremo do Estado Suazi, considerou que, à semelhança do que se passa com os animais, os machos são mais fortes do que as fêmeas.

De realçar que as mulheres constituem 53% da população suazi e que a Suazilândia é actualmente governada por uma rainha regente.

As declarações de Hipole não suscitaram, contudo, qualquer reacção no seio das organizações femininas, apesar de nos encontrarmos no decurso do processo de libertação da mulher, decretado pelas Nações Unidas.

Os anos 80 caracterizaram-se na África do Sul pela crescente participação política das mulheres. Elas destacam-se em todos os campos, inclusive na luta contra o desemprego (dados conservadores mostram que metade dos desempregados negros são mulheres). O governo racista tem preferido desterrar as mulheres para os bantustões, juntamente com os velhos e crianças, procurando qualificá-las como "não-produtivas", ou seja, sem auto-organização para trabalhar nas áreas urbanas. Mas elas têm voltado às cidades recusando-se a abandonar as casas que conseguiram erguer nos bairros-de-lata, já que não lhes é permitido acompanhar os maridos nos alojamentos para trabalhadores. As tentativas do governo racista de desalojá-las têm esbarado na sua resistência, assim como num crescente apoio nacional e internacional à sua luta.

As mobilizações comunitárias pela solução dos problemas habitacionais, contra as rendas exorbitantes nos bairros-de-lata oficializados e, de uma maneira geral, contra a Lei de Segregação dos Grupos Populacionais e a Lei sobre Áreas Urbanas têm-se intensificado com a contribuição decisiva por parte das mulheres.

A agricultura e o trabalho doméstico são os sectores onde a exploração da mulher negra é mais brutal. Parte significativa da remuneração não é feita em dinheiro, e as camponesas e as empregadas domésticas não estão abrangidas pelas leis sobre salário-mínimo. Note-se que têm surgido associações de empregadas domésticas como resultado directo dessa exploração das mulheres no meio urbano.

Desde a Segunda Guerra Mundial, as mulheres negras têm sido mais absorvidas pela economia sul-africana, especialmente nos empregos que são um prolongamento do papel tradicional da mulher. As indústrias de confecções e de conservas alimentícias empregam grande número de operárias negras.

Como trabalhadoras, as mulheres sul-africanas têm lutado sob a bandeira do SACTU (*South African Congress of Trade Unions* - Congresso Sul-Africano de Sindicatos). A resistência têm-se manifestado no crescimento da consciência negra na África do Sul. Os acontecimentos desde 1976 trazem o testemunho do caminho que as jovens têm seguido nos passos das suas mães e avós. Apesar das proibições de livre movimento expedidas contra inúmeras líderes femininas, outras continuaram a lutar.

As grandes líderes

Entre as principais líderes femininas destacam-se Dorothy Ngyoi, falecida em 1980, militante da Liga Feminina do ANC e antiga presidente da Federação das Mulheres Sul-Africanas, participante na Campanha de Desafio às Leis Raciais e sindicais.

listas activa; Mary Moodley, da Federação das Mulheres Sul-Africanas e do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares e de Conservas, falecida em 1979; Dorothy Nyembe, libertada em 1984 após cumprir pena de 15 anos, uma das participantes dos protestos de 9 de Agosto de 1956 em Pretória.

Albertina Sisulu, mulher do dirigente do ANC Walter Sisulu (condenado a prisão perpétua) foi uma das principais figuras da Liga Feminina do ANC e da Federação das Mulheres Sul-Africanas, e é militante da Frente Democrática Unida (UDF) tendo sido recentemente presa com outros dirigentes da organização. A esposa de Nelson Mandela, Winnie Mandela, viveu durante anos numa situação de prisão domiciliar, porém manteve-se sempre firme, lutando com coragem. Magotake Esther Maleka foi presa em 1976 e cumpriu pena de cinco anos sob a acusação de recrutar jovens para a ala militar do ANC, o *Umkhonto We Sizwe*. Helen Joseph, que participou da Campanha de Desafio de 9 de Agosto, milita, actualmente, na Frente Democrática Unida. Recorde-se ainda Ruth First, militante assassinada em 1983, na explosão de uma carta-armadilhada enviada pelos fascistas de Pretória. Estas são apenas algumas das mulheres que representam a participação feminina na luta.



Oliver Tambo: "o lugar da mulher é na frente de batalha"

Em 1984, o ANC consagrou essa participação da mulher sul-africana na luta de libertação, estabelecendo aquele como o ano da mulher. Como disse o líder do ANC, Oliver Tambo, em 8 de Janeiro desse ano, no 72º aniversário do ANC: "a nossa luta será menos poderosa e a nossa emancipação social e nacional nunca poderá ser completa, se continuarmos a tratar as mulheres do nosso país como menores dependentes e meros objectos de uma ou de outra forma de exploração. Não devemos pensar que o lugar da mulher é na cozinha. No nosso país ocupado, o lugar da mulher é na frente de batalha, na luta...". (*Jennifer Dunjwa Blajberg*, africanista e linguista sul-africana, directora do INEAFRIC - Instituto de Estudos Africanos, Rio de Janeiro) ●

A separação da família

O isolamento forçado entre os que vivem no exílio e os combatentes ou os que vivem sob ocupação é um dos factores mais dolorosos na vida da mulher sarauí



Um dos processos mais interessantes em África no domínio da valorização e dignificação da mulher na sociedade é seguramente o que se verifica no Sara Ocidental. Aí, cedo a mulher foi ganha para a luta de libertação contra o colonialismo espanhol, lo-

go que a Frente Polisario veio a ser constituída (10 de Maio de 1973). Depois foi a luta clandestina e a resistência à ocupação marroquina e a busca do exílio que pusesse o povo a salvo dos bombardeamentos de napalm e fósforo dos aviões de Hassan II. Hoje, a mulher sarauí no exílio é uma das traves mestras da organização e administração dos campos de refugiados que se estendem pela *hammada* de Tindouf, no sul da Argélia.

A gradual consciencialização e participação da mulher sarauí pode seguramente ser apontada como exemplo em África e excepção no mundo ára-

be, onde a mulher, na generalidade dos países, é ainda sujeita a uma chocante discriminação.

É nessa extensa e inóspita região desértica, zinha da base militar argelina de Tindouf, que encontram a grande maioria dos refugiados saraús (há-os também na Mauritânia). Segundo dados recolhidos por algumas organizações humanitárias há cerca de 165 mil distribuídos por 23 acampamentos ou *dairas*. Cada *daira* toma o nome de uma das povoações do Sara Ocidental e funciona como tal, estando agrupadas por três grandes regiões administrativas ou *Wilaias* — El Aiun, Smara e Dakhla, as três grandes cidades do Sara Ocidental.

Uma organização participativa

Ao longo dos últimos onze anos a população sarauí, com especial destaque para as mulheres, tem vindo a edificar uma modelar organização social que constitui o embrião do que será a República Árabe Sarauí Democrática uma vez alcançada a libertação total do território definido pelas fronteiras herdadas do colonialismo e a paz com o vizinho Marrocos.



A mulher sarauí é, hoje, uma das traves mestras da organização do seu povo

Em cada uma das *dairas* para onde se distribuem os refugiados existem cinco comités eleitos por toda a população adulta do acampamento, comités estes que têm a seu cargo a educação, saúde, habitação, justiça e produção. Há também assembleias de toda a população dos acampamentos — que designam por congressos populares de base — realizam-se todos os anos e neles são discutidos os problemas e os desvios dos planos, levantados os problemas que afectam o quotidiano e eleitos os responsáveis. O conselho popular local — a autoridade executiva na *daira* — é eleito pelo congresso de base, sendo constituído por um presidente, pelos representantes dos cinco comités e por



Pelas próprias tradições sarauís, as mulheres sempre assumiram tarefas imprescindíveis na vida colectiva

sentantes regionais dos ministérios do governo da RASD. Segundo referiu a *cadernos* Guejmoula Ebbi, secretária-geral da União Nacional das Mulheres Sarauís, 70% dos cargos executivos das *dairas* são ocupados por mulheres.

Também no Congresso Popular Geral, que obrigatoriamente se reúne todos os três anos e que constitui a instância máxima da Frente Polisario e da condução da luta de libertação na antiga colónia espanhola (ainda este ano terá lugar o V Congresso), a participação da mulher é significativa: nos últimos congressos cerca de 46% dos delegados têm sido mulheres, segundo nos afirmou a secretária-geral da UNMS.

Embora não participe directamente na luta armada — tarefa deixada aos homens que integram o Exército de Libertação e que por isso se encontram no interior, só visitando os campos nos períodos de licença — a mulher sarauí recebe uma esforçada instrução militar estando preparada e enquadrada para defender com as armas as populações dos acampamentos ou a encaminhá-las para abrigos subterrâneos em caso de ataque da aviação marroquina.

O peso das tradições

A constituição da Frente Polisario e o desencadear da luta de libertação favoreceram a mulher sarauí, apelando à sua participação e valorização. No entanto, na época anterior à colonização de Espanha¹ a sociedade tradicional já consagrava a mulher como detentora de direitos e de obrigações para com a sociedade. Assim, o conselho dos

¹ A Espanha só conseguiu, de facto, o controlo do território já no século XX. Até então a tenaz resistência das tribos guerreiras sarauís havia confinado a presença espanhola a apenas alguns pontos na costa.

40 — uma espécie de assembleia de anciãos e “homens bons” designados pelas diferentes tribos que habitavam o território — que dirigia e supervisionava todos os aspectos da vida quotidiana, baseando-se na “tradição” e no “corão”, havia já, inclusive, consagrado a mulher como elemento activo da vida colectiva autorizando-a a participar na tomada de decisões que se reflectiam sobre o conjunto da sociedade.

Esta consagração de direitos, inexistente em outras regiões do mundo árabe, explica-se em grande parte pelo nomadismo que caracterizava essas tribos que habitavam esta região. Os homens primavam muitas vezes pela ausência: eram as guerreiras, a procura constante de pasto para os animais ou as grandes deslocações que o levavam a comercializar com outros povos, ficando a mulher, durante essa ausência, a assumir tarefas imprescindíveis à vida da comunidade.

Com a implantação do colonialismo espanhol e a gradual sedentarização de muitas populações, alguns costumes perderam-se e a mulher, gradualmente, viu-se privada de alguns direitos e tarefas que a sociedade tradicional lhe conferia. Enquanto isso, porém, também muitos dos costumes negativos perduraram durante o tempo colonial, o mais generalizado era o casamento forçado, contrato em que a interessada não tinha qualquer voto na matéria, estando impedida de escolher o parceiro.

Costumes como estes têm vindo a ser progressivamente erradicados ao longo da luta de libertação e, embora não frequentemente referido, sabe-se que os dirigentes da Polisario têm procurado que essa mudança se verifique gradualmente através de ampla sensibilização, de forma a que não se verifiquem traumas e rupturas no tecido social entre as novas e as velhas gerações.

A dispersão da família é outro dos factores do



A luta de libertação elevou a condição da mulher sarauí, tornando-a num elemento activo da comunidade

lorosos na vivência dos saraúis e a que as mulheres são particularmente sensíveis. Este forçado afastamento entre os que vivem no exílio ou combatem as tropas invasoras, por um lado, e os que subsistem, segregados e reprimidos, nas vilas e cidades ocupadas pelas forças marroquinas marca indelevelmente a consciência colectiva deste povo. Falando um pouco ao acaso nas *dairas* ou com qualquer um dos combatentes todos afirmam invariavelmente que, "do outro lado", deixaram pais, irmãos, filhos ou mulheres...

Não há praticamente nenhum sarauí maior de 16 ou 17 anos que não conserve gravado na memória momentos de finais de 1974, quando Marrocos invadiu o território, e houve que optar pela saída ou pela permanência.

Depois foi a fuga para zonas controladas pelos guerrilheiros e o horror dos massacres perpetrados pela aviação marroquina contra as populações indefesas. Só os mais novos estão imunes a estas recordações, ou porque ainda não eram nascidos ou eram demasiados pequenos para terem tomado consciência da tragédia.

Fatimetu, uma mulher

Fatimetu, 35 anos, é apenas uma das muitas mulheres saraúis que testemunharam tudo isso. A sua história é apenas uma das muitas recolhidas entre os refugiados saraúis.

Nasceu em Smara, a cidade santa do Sara Ocidental e a segunda em ordem de importância depois da capital, El Aiun. Descendente de uma família nómada de poucos recursos, Fatimetu nunca

pôde frequentar a escola e cedo viu-se obrigado a ajudar a manter o agregado familiar.

Aos 14 anos já trabalhava na limpeza de um hospital, passando, pouco tempo depois, a trabalhar como mulher-a-dias na casa de um oficial espanhol, quando a sua família se decide a fixar em El Aiun em virtude da grande seca que assola a região.

É com 23 anos, após a fundação da Frente Polisario, em 10 de Maio de 1973, que Fatimetu decide participar na luta pela libertação do seu país sob a repressão que se abate sobre os nacionalistas libaneses a tei que desenvolver o seu trabalho de mobilização sob as mais rígidas condições de clandestinidade. Nesta acção, Fatimetu destaca-se na organização de mulheres e na organização de células clandestinas. Juntamente com as companheiras ajuda a organizar e participa activamente nas grandes manifestações que têm lugar no Sara Ocidental, nos dias 12 e 13 de Maio de 1975, e procuram demonstrar à comissão da ONU que existe o território que o povo, na sua esmagadora maioria, se encontra com os nacionalistas.

A militância de Fatimetu não passa porém despercebida às autoridades policiais do colonialismo e é presa juntamente com muitos saraúis na sequência dessas manifestações. Passa seis meses em prisão e quando recupera a liberdade, as tropas e a administração colonial espanhola preparam para abandonar o território na sequência do acordo do Tripartido de Madrid, pelo qual a antiga potência colonial partilhou por Marrocos e Mauritânia aquela sua colónia. Impotente, assiste à ocupação de El Aiun pelas forças armadas marroquinas e à perseguição e encarceramento dos patriotas. No curto espaço de tempo, Fatimetu, tal como tantos saraúis, tem de se decidir entre ficar e partir. Abandona El Aiun em busca das zonas libertadas e procura um espaço para si, seus pais, irmãos e filhos.

Em Tifariti, zona libertada, participa activamente na assistência e transferência da população para o sul da Argélia. São muitos os feridos, muitos as crianças queimadas ou que perderam as mães no rescaldo dos massacres a napalm e a fosfóforo lançados a cabo pela força aérea marroquina.

Desde então, Fatimetu vive nos acampamentos e já foi mãe por diversas vezes (a fecundidade também uma palavra-de-ordem da Polisario), os seus filhos não conhecem a pátria, os avós, os tios, e o irmão. Três deles, estudam nas escolas RASD e o mais pequeno frequenta o jardim infantil da *daira* onde Fatimetu vive.

Praticamente analfabeta no início da luta (como 95% da população), Fatimetu frequentou a escola de adultos e tirou o curso que a habilita a ser professora do ensino primário. Hoje é substituta de uma das escolas da *Wilaya* de El Aiun. (Aristida da Silva)

A luta pela sobrevivência

Para a mulher palestina, a preservação da sua identidade nacional domina o seu dia-a-dia, há mais de cinquenta anos



A luta da mulher palestina começou em 1921, quando ficou clara a ameaça sionista no Médio Oriente. A primeira organização feminina, o Comité das Mulheres Árabes, surgiu em 1929, após o I Congresso da Mulher Palestina, realizado em Jerusalém.

Uma delegação formada nesse congresso levou às autoridades coloniais britânicas as principais reivindicações das mulheres palestinas: fim das pressões contra os camponeses palestinos; proibição das transferências ilegais de terras dos palestinos para os sionistas; fim à emigração sionista ilegal; libertação dos presos políticos e anulação da Declaração Balfour¹.

A mulher palestina participou activamente na luta contra o mandato britânico e o inimigo

sionista. Ela esteve presente na greve geral de 1936, que durou seis meses, e foi a mais longa das realizadas pelos palestinos contra o poder colonial e as ameaças sionistas. Em 1935, 36 e 38, as mulheres empenharam-se no apoio aos guerrilheiros, transportando armas, munições, alimentos e roupas para as montanhas. Foi precisamente quando desempenhava esse trabalho que as forças coloniais mataram Fatima Ghazal, a primeira mártir feminina da causa palestina. Em 1936, surgiu a União das Mulheres Palestinas, com sede em Jerusalém e núcleos espalhados por toda a Palestina. O movimento organizou grupos comunitários, associações, clubes e entidades de assistência.

Em 1947, estas instituições foram transformadas em centros de emergência para atender os feridos e desabrigados dos conflitos provocados pela partilha da Palestina. A repressão levou muitas mulheres à clandestinidade, onde se integraram nas unidades militares palestinas. Várias dirigentes, como Juliette Naif Zakka, Haiat al Balabsa, Helowa Zaidan e Rabab Abdel Karim foram mortas em combate. No ano seguinte, deu-se a criação do Estado de Israel, o que representou uma tragédia para o povo palestino. Na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, as mulheres passaram a dar assistência aos

refugiados até eles serem recolhidos pela Cruz Vermelha e pelo Comissariado das Nações Unidas. Depois, criaram hospitais, creches e orfanatos para os filhos dos combatentes mortos. Assim surgiram o Lar da Criança Árabe, em Jerusalém, e os orfanatos de Nablus, Tulkarem e da Faixa de Gaza.

Surge a UGMP

Quando foi formado o Conselho Nacional Palestino, em 1964, 21 mulheres foram escolhidas para participar no órgão máximo do povo palestino. Um ano mais tarde, as organizações femininas, em colaboração com o Departamento de Organizações Populares



A partir da década de 20, a mulher palestina integrou-se na luta

da OLP, criaram a UGMP (União Geral das Mulheres Palestinas). O primeiro congresso da UGMP realizou-se em Jerusalém, de 15 a 21 de Agosto de 1965, com a presença de 139 delegadas. No final do encontro, foi resolvido elaborar um estatuto baseado na Carta Nacional da Palestina, no qual as mulheres se propunham lutar pela libertação da pátria ocupada. Além da eleição de um conselho executivo, a UGMP decidiu criar comissões em todos os grupos palestinos nos países onde se encontravam como refugiados.

O empenho das mulheres não parou de crescer e, em 1967, já participavam, intensamente, na resistência militar contra Israel. Pela sua participação na luta de libertação nacional, passaram a pagar um alto preço: além de milhares de militantes presas e torturadas, muitas foram expulsas com os filhos dos locais onde viviam.

No Líbano, em 1982, o papel da mulher palestina na resistência à invasão israelita foi particularmente importante. As organizações femininas foram as primeiras a organizar grupos de socorro e de auxílio mútuo. Foram elas também quem assumiram, de imediato, a tarefa de reconstruir as casas destruídas pelos bombardeamentos israelitas, e de substituir os homens nas tarefas burocráticas nos escritórios e departamentos

da OLP. Foram ainda as mulheres quem pagaram o preço mais alto, em sangue e sofrimento, quando dos massacres de Sabra e Chatila.

Ainda sob o trauma dos acontecimentos no Líbano, as mulheres palestinas realizaram em Tóquio, em Maio de 1985, o seu último congresso, com a presença de numerosas delegações estrangeiras. Nesse congresso, foram eleitos 46 membros para o conselho administrativo e 15 para o comité executivo. O aumento da participação da mulher palestina na luta trouxe-lhe uma crescente representatividade nos principais órgãos da OLP. O número de mulheres no Conselho Nacional Palestino aumentou para 35 e três delas integram o Conselho Central Palestino.

As maiores dificuldades para a integração social da mulher palestina decorrem mais de tradições culturais do que de factores religiosos. A religião musulmana, por exemplo, nunca foi um obstáculo à participação da mulher na luta de libertação nacional. O que, frequentemente, cria dificuldades são concepções obsoletas do papel da mulher. Mas, segundo as principais dirigentes da UGMP, a situação tem vindo a modificar-se rapidamente. As mulheres palestinas acreditam que os problemas de integração social serão resolvidos à medida que a luta de libertação avançar e que a sua emancipação não acontecerá isoladamente.

Issam Hadi: a experiência da prisão

☐ "Fui presa juntamente com a minha filha de 15 anos, em Março de 1969, pelas tropas sionistas. Levaram-me para a prisão de Jerusalém e a minha filha para Nablus, juntamente com mais 25 estudantes. Ela foi acusada de pertencer a uma organização estudantil clandestina e de ajudar a guerrilha. Eu fiquei quatro dias em Jerusalém, numa cela individual toda manchada de sangue, que ficava ao lado da sala de torturas. Ouvia, constantemente, os gritos dos torturados e cheguei a acreditar que muita gente pode acabar por falar, tamanho é o desejo de se livrar dos chicotes, dos choques eléctricos, da água gelada ou a ferver, e dos cães treinados para a tortura. Naquele período, vários combatentes palestinos, como Kasem al Tamini, foram torturados até à morte.

Depois, fui transferida para Nablus, onde encontrei a minha filha e outros estudantes com sinais das brutais violências sofridas durante as sessões de tortura. Quatro deles estavam tão feridos que achámos difícil que sobrevivessem.



Issam Abdel Hadi, presidente da União das Mulheres Palestinas: "não confessei nada"

Eles foram colocados em celas individuais e proibidos de receber assistência da Cruz Vermelha. Apesar da tortura, não confessei nada, inclusive em Nablus, quando trouxeram a minha filha e torturaram à minha frente. Eu reagi e os israelitas acabaram por nos chicotear até começarmos a sangrar. Fui novamente mandada para uma cela individual, onde fiquei 45 dias. Depois, fui levada num carro militar até à ponte de Alenby, onde me expulsaram para a Jordânia."

“Superar um sistema social”

A mulher maubere continua, ao lado do homem, a resistir à invasão indonésia



A guerra de agressão movida pelo governo da Indonésia contra a República Democrática de Timor Leste, em Dezembro de 1975, obrigou a que milhares de pessoas deixassem temporariamente a pequena ilha da Oceania: uns na condição de refugia-

dos, outros em missão do governo revolucionário da FRETILIN. As importantes comunidades existentes na Austrália, Portugal e Moçambique colocaram desde o início a necessidade de organização visando o prosseguimento da luta contra o invasor e pela criação de um novo país.

Marina Alkatiri falou-nos em Moçambique das actividades desenvolvidas pelas mulheres no exterior. Além das tarefas de cunho social, elas têm a seu cargo outras relacionadas com a mobilização e a organização e ainda a de manter viva a chama da solidariedade internacional através da

participação em conferências, seminários, etc. Toda esta actividade — conforme realçou Marina — decorre de acordo com as orientações traçadas pela FRETILIN, a vanguarda política do seu povo.

A mulher maubere

“A 28 de Agosto de 1975 surgiu a Organização Popular da Mulher de Timor (OPMT). Nessa altura aprofundava-se o processo de independência e era necessário organizar o nosso povo em novas frentes de combate”, explica Marina Alkatiri. “Considerando a situação subalterna em que se encontrava relegada a mulher, um dos objectivos da OPMT era a sua emancipação e libertação, juntamente com a libertação do nosso povo.

“Houve uma simultaneidade entre o combate da mulher maubere para ser reconhecida como pessoa e a luta pela independência e soberania nacional”, afirma a dirigente. Segundo ela, a luta da mulher maubere não visa reivindicar “as pseudo liberdades masculinas herdadas da velha sociedade colonial mas sim adquirir os mesmos direitos e responsabilidades do homem, num contexto de uma sociedade inteiramente nova.

“Desta forma, a emancipação de que falamos não se reveste de um carácter estritamente feminista. Não aspiramos ao liberalismo burguês mas a uma emancipação que seja consequência da vitória contra um sistema social injusto que oprime homens e mulheres.”

Participação na luta de libertação

“Milhares de compatriotas ofereceram-se para lutar juntamente com as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor Leste (FALINTIL) tão logo se soube do perigo de invasão por parte dos indonésios. O primeiro destacamento feminino criou-se precisa-



A mártir Rosa Bonaparte (ao centro) com dirigentes da FRETILIN em 1975



Para as tropas indonésias nem o sexo nem a idade são atenuantes. A repressão é brutal

mente nesse período. Hoje as combatentes estão integradas em companhias mistas.

“Não posso deixar de falar com emoção e carinho de camaradas como Rosa Bonaparte Soares, conhecida pelo nome de guerra “Muki”, pelas suas virtudes humanas e importante papel no processo revolucionário do nosso país e na organização da mulher maubere. Com apenas 19 anos entrou para a luta, abandonando os seus estudos em Lisboa e ingressando na FRETILIN. Morreu nas mãos dos invasores indonésios, mas o seu exemplo deu mais vida à mulher maubere.”

A mulher na luta clandestina

“Desde o início da resistência que as mulheres participaram activamente na luta contra a invasão estrangeira”, afirma Marina Alkatiri. “Na luta clandestina, desempenham um importante papel no controlo dos passos dados pelo inimigo, transporte de material, alimentos e medicamentos para as zonas de guerra. Colaboram também na recepção e difusão de mensagens. Realce-se que, além destas actividades, as mulheres têm a seu cargo sectores vitais como a produção, a saúde e a educação. Estas áreas são estratégicas, tanto hoje como no futuro, para o prosseguimento da luta.

“Para o invasor, o sexo, a idade ou o estado de saúde não constituem atenuantes quando o objectivo é liquidar a resistência nacional”, acrescenta Marina. “Apenas para citar um exemplo dos métodos aplicados contra a população, basta dizer que, de acordo com relatos chegados ao exterior, tem-se repetido como prática o assassinato de mulheres



Marina Alkatiri: “a mulher tem um importante papel”

grávidas. Diante da população de uma aldeia, vítima é espancada, o seu ventre rasgado à faca e o feto esmagado contra uma árvore. Ao mesmo tempo que as pessoas presentes são proibidas de chorar. A lista de atrocidades é longa, desde os choques eléctricos e queimaduras com cigarros às amputações de seios e detonação de explosivos introduzidos no sexo. (Etevaldo Hipólito)



CIPRO

Desenvolver é preciso.

Consultores internacionais em projectos de desenvolvimento,
somos 80 profissionais:

Arquitectos, Economistas, Engenheiros, Geógrafos, Sociólogos e outros Técnicos.
Constituímos a Cipro há 10 anos.

Trabalhamos em Angola com a Emprojetos, U. E. E. e em Cabo Verde.

Orgulhamo-nos de possuir vários prémios:

- PRÉMIO VALMOR 81
- PRÉMIO DE ARQUITECTURA E URBANISMO DOS CADERNOS MUNICIPAIS - CATEGORIA A
PLANO DIRECTOR DE ÉVORA
PLANO DE CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES DE ÉVORA

Somos a Cipro, em Portugal, com um lema:
Desenvolver é preciso.

Av. Conselheiro Fernando de Sousa, 19-9* - 1000 Lisboa-Portugal
Telefs. 65 70 41 / 84 / 5 - 65 46 74 - Telex 15038 CIPRO P



CONSULTORES INTERNACIONAIS EM PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO, SARL

Dívida, repressão e crise

Num simpósio promovido pela Frente Continental de Mulheres, quase trezentas delegadas discutem os problemas do continente



Realizou-se em Havana, de 3 a 7 de Junho, o "Encontro sobre a Situação da Mulher na América Latina e nas Caraíbas de hoje". Com a participação de 296 delegadas de 27 países do continente, o encontro, convocado pela Frente Continental

de Mulheres contra a Intervenção, discutiu temas como a dívida externa e as suas consequências na vida da mulher e da família, a participação da mulher na vida política, formas de luta contra a opressão existente em vários países do continente e a mulher na cultura, nas artes e nos meios de comunicação.

A Frente Continental de Mulheres surgiu em Março de 1982 em Manágua, depois de um encontro de mulheres latino-americanas que analisou as formas pelas quais a paz do hemisfério é ameaçada e a posição que a mulher deve assumir para resistir

à agressão — a todos os níveis — contra os países da região. Decidiu-se, então, criar uma ampla frente continental de coordenação das acções das mulheres, que pudesse promover medidas concretas de resistência contra a agressão económica, política e militar. Foram escolhidos vários países (México, Estados Unidos, Nicarágua, Chile, Cuba, Equador, El Salvador, Panamá e Venezuela) para constituir o comité coordenador da Frente Continental e fundar frentes a nível nacional.

Em Agosto do mesmo ano, uma segunda reunião, realizada no México, definiu que a Frente Continental não devia enquadrar-se em nenhum modelo pré-estabelecido de trabalho, mas adaptar-se às formas organizativas e às possibilidades práticas de cada país. "Foi igualmente decidido não discriminar nenhuma mulher por razões ideológicas, políticas ou religiosas, mas abrir a Frente a todas as mulheres que, a partir de diferentes sectores e perspectivas, opõem-se à intervenção", explicou Doris Tijerino, comandante nicaraguense responsável pela coordenação da Frente Continental de Mulheres.

A abertura do Encontro de Havana contou com a presença do presidente de Cuba, comandante-in-chefe del Castro, da presidente da Federação das Mulheres Cubanas (FMC), Vilma Espín, membro suplente do Bureau Político do Partido Comunista cubano, do ministro da Cultura, Armando Hart, do dirigente Jaime Montane, do PC cubano, da comandante guerrilheira salvadorense Sonia Aguiñada (comandante "Galia") e da comandante nicaraguense Doris Tijerino.

Na sessão de abertura, a primeira oradora, Vilma Espín, definiu o encontro como "mais uma demonstração da força das mulheres e do seu forte movimento, que adquire dimensões cada vez maiores". A dirigente cubana justificou a reunião como "uma necessidade de debater o mais amplamente possível os problemas mais graves



O encontro de Havana cumpriu amplamente as metas traçadas pelas suas organizadoras, não só pela sua representatividade como pelo nível dos debates



Delegadas da Argentina, Brasil e Uruguai nos debates da Comissão sobre dívida externa

do actual momento". "Não são por acaso as mulheres" — perguntou — "quem mais sofre com as consequências da crise económica que afecta violentamente as maiorias desfavorecidas e outras classes sociais dos países da América Latina e das Caraíbas?"

A coordenadora da Frente Continental de Mulheres, Doris Tijerino, fez uma análise profunda da conjuntura política e económica internacional, para nela situar o papel das mulheres latino-americanas e caraibenhas. "Mesmo quando se realizam mudanças estruturais nós, mulheres, precisamos eliminar as barreiras ideológicas e culturais que se levantam contra a nossa participação nos processos políticos e sociais. A falta de liberdade das mulheres para intervir deve-se ao autoritarismo do Estado nos países do continente que ainda não conseguiram a sua libertação nacional ou não consolidaram o seu processo de democratização, o que se reflecte no autoritarismo da família. Como resultado dessa ideologia que mantém a mulher fechada no lar, muitas não têm consciência da sua opressão e não reconhecem, por isso, o seu próprio poder e potencial de organização e influência na vida social e política dos Estados. Essa falta de consciencialização faz com que, em muitos países, as mulheres participem pouco nos actos eleitorais, levando muitas delas a votar em partidos conservadores e a aderir às causas mais retrógradas".

A comandante Tijerino acrescentou que "para obter a paz, a principal estratégia das mulheres de-

ve ser preservar a unidade e opor-se, em bloco, a que a vida humana continue a ser ditada por medidas de tipo militar. Esse propósito comum a todas as mulheres, sem distinção de classes sociais, etnias ou culturas, baseia-se na adesão aos princípios de respeito aos direitos humanos e de busca de igualdade e democracia nas nossas sociedades".

Os trabalhos

O alto nível político, profissional e intelectual das delegadas, as várias experiências de vida de muitas delas — ex-presas políticas, ex-sequestradas, dirigentes guerrilheiras, sindicalistas, deputadas, jornalistas, artistas, sociólogas e economistas — permitiram um frutuoso debate nas quatro comissões em que se dividiram os trabalhos do encontro.

A Comissão I, que analisou a situação económica da mulher, dando particular destaque ao estudo das consequências da dívida externa na vida de cada país, foi presidida pela dirigente mexicana Efigenia Martínez Navarrete. A Comissão II, sobre a integração da mulher na realidade política do continente, teve na presidência a vereadora uruguaia Amalia Alonso, do Partido Nacional. A Comissão III, onde foram avaliadas as formas de luta das mulheres, foi presidida pela deputada boliviana Amalia Decker, e a Comissão IV, que discutiu a situação da mulher na área cultural, pela socióloga haitiana Susy Castor.

Ao contrário do que se poderia pensar, nem



Rosalina Santa Cruz (esq.) e Margarida Genevois (dir.), duas das delegadas brasileiras, durante os trabalhos da Comissão II. Rosalina fez uma exposição sobre violações dos direitos humanos como ex-prisioneira política e irmã de um "desaparecido". Margarida, em nome da delegação, relembrou os anos do regime militar e o trabalho desenvolvido pela Comissão Justiça e Paz

sempre os debates se limitaram à problemática exclusiva da mulher em cada uma das áreas analisadas. Foi possível constatar que as mulheres do continente têm uma bagagem de experiências muito importantes, tanto no plano teórico como prático, que reflecte o seu nível de integração na sociedade.

O presidente cubano demonstrou grande interesse em conhecer os testemunhos e pontos de vista das delegadas. Fidel Castro acompanhou os trabalhos da Comissão I durante os dois primeiros dias e, no terceiro, visitou as demais comissões, tendo dialogado sobre os diferentes temas com as representantes dos movimentos, partidos e entidades representados no encontro.

País por país, foram analisadas as conjunturas políticas, económicas e sociais, as consequências da crise, a incidência da inflação e do desemprego no nível de vida, a discriminação da mulher, a perseguição política, as violações aos direitos humanos, a manipulação dos meios de comunicação, a penetração das transnacionais na economia e na cultura, as respostas populares, a posição dos partidos políticos representados no encontro e os desafios que se colocam à unidade continental.

Tratou-se, sem dúvida, de uma reunião pioneira. É a primeira que reúne tantas mulheres latino-ame-

56 - terceiro mundo



Mireya Baltra: "a mulher é um elemento aglutinador"

ricanas e um leque tão amplo de tendências políticas: de cristãs a marxistas, de militantes de partidos de esquerda a dirigentes liberais e conservadoras. Tal como dizia a dirigente chilena Mireya Baltra, antiga ministra do Trabalho do governo Allende e secretária executiva da Frente, constatou que "a força da mulher está a converter-se num elemento aglutinador, unitário. Mas, não somos uma força à parte, somos sim, uma força que soma às mais combativas e organizadas dos nossos países..."

Conclusões

Entre outros temas amplamente abordados, o documento final do Encontro de Havana apelou à luta decidida contra o subdesenvolvimento e a dependência, pelo estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional, que assegure e proteja a vida e o sustento das gerações presentes e futuras"; condenou "a política da força, a agressão militar e o bloqueio económico contra o povo da Nicarágua"; apoiou "os esforços de paz do Grupo de Contadora"; denunciou "a instalação de bases militares norte-americanas nas Honduras"; reconheceu "o direito soberano da Argentina sobre as Malvinas"; elogiou os processos de democratização da Argentina, Brasil e Uruguai, e solidarizou-se com as mulheres do Paraguai e do Haiti, ambas submetidas a ditaduras.

Na cerimónia de encerramento, no anfiteatro do Centro de Convenções de Havana, transmitida em directo pelas redes de rádio e televisão de Cuba, foram lidos os relatórios dos trabalhos das quatro comissões. Fidel Castro pronunciou um discurso muito aplaudido pelas participantes, analisando a incidência da dívida externa no continente latino-americano e convocando a uma "greve geral dos devedores".

A mulher latino-americana



Seria difícil dizer qual das delegadas presentes no encontro de Havana teve participação mais destacada, que países apresentaram experiências mais ricas, que circunstâncias foram mais dramáticas. Os testemu-

niais, como o de Pinochet, ou supostamente democráticos, como o da Guatemala, que mantém uma formal separação de poderes embora submeta o parlamento e viole sistematicamente os direitos humanos.

Constatou-se que, entre as militantes feministas, as lutadoras sociais, as marxistas e as cristãs, havia muito mais em comum do que aquilo que supostamente poderia separá-las. As reivindicações da mulher viram-se enquadradas no amplo contexto das reivindicações dos nossos povos explorados. cademos do terceiro mundo entrevistou várias delegadas, mostrando aquilo que a mulher faz, pensa, critica e apoia, em cada país.

Estas são algumas das entrevistas, que podem dar uma ideia do que é hoje a mulher latino-americana.

nhos e as intervenções das quase trezentas delegadas constituíram um amplo painel de informações sobre a realidade latino-americana, as lutas populares, a resistência cultural, as reivindicações económicas, o custo social e humano da dívida externa e as imposições do Fundo Monetário Internacional. Outros pontos em debate: a repressão declarada de governos ditato-

“Nós conquistámos tudo, ninguém nos deu nada de presente”

Comandante “Galia”, 29 anos, dirigente da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN).

Com 15 anos de militância clandestina e de luta armada, filha de uma família de classe média de San Salvador, a comandante “Galia” (cujo nome verdadeiro é Sonia Aguiñada) explica que “a mulher não ocupa cargos de direcção na guerrilha salvadorenha apenas pelo facto de ser mulher ou por uma atitude propagandística da FMLN. Todas as companheiras que hoje ocupam cargos de responsabilidade incorporaram-se há muitos anos e formaram e desenvolveram as suas capacidades na própria luta”.

“Galia” afirma que na sua organização, o Exército Revolucionário do Povo (ERP), integrante da



Comandante “Galia”: “15 anos de trabalho clandestino”

FMLN, um terço da direcção é formada por mulheres. Depois de vários anos de luta armada, durante os quais chegou a assumir a chefia militar da zona central do país, uma das mais "quentes", "Galia" foi sequestrada em 1983 durante 16 dias e posteriormente presa. "No ano passado fui trocada, juntamente com outros companheiros, pelo ministro da Defesa. Foi na prisão que senti toda a minha responsabilidade de dirigente. Angustiei-me desconhecer até que ponto se aguentaria a tortura física e psicológica ou as tentativas de suborno, enfim, todas as manobras utilizadas pelo inimigo. Mas, nesses momentos, pensava nos outros companheiros que já tinham passado por essa experiência e tinham tido um comportamento exemplar. Tudo isso dá força".

Sobre a participação da mulher na luta em El Salvador, ela afirma: "ninguém deu nada de presente à mulher salvadorenha. O seu desenvolvimento foi conquistado passo a passo, em duros

anos de combate. No momento presente, a mulher é ouvida e existe uma grande receptividade por seus pontos de vista. Pode-se afirmar que, através da guerra, temos conquistado a igualdade, embora ainda subsistam muitas das características machistas".

Ao analisar a situação da mulher salvadorenha uma vez terminada a guerra, a comandante "Galia" fez a seguinte reflexão: "com a vitória revolucionária, deverá acontecer uma certa desmobilização um retorno da mulher às suas tarefas habituais. Mas isso, em grande parte, irá depender de qual tenha sido o seu grau de participação na luta, e de ser também um problema das organizações revolucionárias. Seguramente, isso não acontecerá com a nossa organização, pois temos vindo a criar os mecanismos para evitar esse problema. Estamos conscientes de que, para o futuro do nosso país e da nossa revolução, a presença da mulher é determinante, como tem sido até agora".

"Foram oito horas que me pareceram intermináveis"

María Hernández, salvadorenha, dirigente do Comité de Mães e Familiares de Desaparecidos e Assassinos Políticos.

"O Comité de Mães e Familiares foi constituído em 1978 e desde então, tem desenvolvido uma série de actividades de denúncia e solidariedade. O grupo conta com cerca de 500 mulheres, oriundas de sectores operários, camponeses, profissionais liberais e estudantis do país, que trabalham, sistematicamente, nas tarefas relacionadas com o atendimento às crianças órfãs, divisão de víveres, visita aos presos, organização de actos públicos, etc. Já realizámos mobilizações onde compareceram mais de quatro mil mulheres. Ao mesmo tempo, mantivemos contactos com várias organizações de mulheres progressistas e de igrejas protestantes.

"A igreja católica foi quem primeiro nos ajudou a organizar, quando monsenhor Oscar Romero ainda era vivo. Após a sua morte, esse apoio diminuiu sensivelmente. No meu entender, o actual bispo, monsenhor Rivera y Damas, tem medo, razão porque nos negou o seu apoio. Em 1980, quando a nossa sede foi destruída num atentado terrorista, monsenhor Rivera permitiu que funcionássemos numa sala do arcebispado, até que, com medo das pressões da oligarquia e das ameaças dos bandos paramilitares, fechou-nos as portas. Tivemos então que nos reunir nos morros, sob as árvores, e recolher depoimentos não importava aonde: num bar,



María Hernández: "continuamos a trabalhar"

no mercado, dentro de um automóvel. De qualquer forma, continuámos a trabalhar."

Um entre milhares de casos...

"O meu caso é um entre milhares de casos que acontecem diariamente em El Salvador e que comprometem a integridade da família, especialmente a mulher. Em 1978, a Guarda Nacional sequestrou o meu filho, então com 13 anos. Isso levou-me a ligar ao Comité de Familiares, que, com o apoio de monsenhor Romero, iniciou uma campanha para conseguir a sua libertação. Em pouco tempo, monsenhor Romero soube que o meu

lho estava na prisão de La Libertad, destinada a delinquentes comuns. Dois meses depois, foi-me entregue com o corpo todo marcado pela tortura: tinha cicatrizes de cordas, choques eléctricos e queimaduras.

"A partir de então, continuei a trabalhar no Grupo de Familiares, a fim de denunciar a situação de centenas de mulheres com filhos ou maridos desaparecidos. Em 1980, desapareceu a minha filha mais velha, que trabalhava numa fábrica e militava no seu sindicato. Poucos dias depois, foi deixada numa estrada, também com sinais de ter sido barbaramente torturada. O marido dela, com quem estava casada há três meses, foi assassinado. Em Setembro de 1981, sequestraram os meus dois irmãos, um de 17 e o outro de 19 anos, cujos corpos apareceram pouco tempo depois, esquartejados e enterrados em diferentes regiões do país. A minha mãe e a minha outra irmã tiveram que abandonar o lar devido às ameaças de morte. Desde então, nunca mais voltei a vê-las nem tive notícias do seu paradeiro.

Em Outubro do mesmo ano, a minha casa foi

invadida por 20 homens vestidos à paisana, que nos acusavam de esconder armas. Fecharam o meu marido num quarto, onde foi permanentemente espancado por quatro homens. Fizeram o mesmo com os meus três filhos. Depois de golpeá-los com as armas, um dos invasores agarrou a minha filha mais velha, enquanto me dizia que ela era bonita e que já estava na idade de lhes servir. Rasgou-lhe a roupa e outro invasor roçou o pénis no seu rosto. Num determinado momento, a menina soltou-se e fugiu para a rua. Isso deixou-os enfurecidos comigo. Torturaram-me e violentaram-me durante oito horas, que me pareceram intermináveis, durante as quais, inclusive, introduziram uma metralhadora na minha vagina.

"No final, quando me arrastaram para a rua, para me levarem num carro, já se tinham juntado muitos vizinhos à volta do automóvel. A presença de tantas testemunhas fez com que eles optassem por me deixar ali, embora me advertissem que voltariam para me buscar. Por causa disso, tivemos que ir para a montanha, onde passámos muito tempo a fugir da morte."

"Quero viver para ver o meu povo livre"

Carmen Rodríguez, dirigente dos bairros populares de Bogotá, Colômbia.

"Eu trabalhava como operária numa fábrica de confecções. A minha preocupação fundamental era o lar, sem me interessar por nada do que se passava à minha volta. Nessa época, era uma religiosa fanática que vivia num absoluto obscurantismo. Quando finalmente me dei conta do que acontecia no mundo, do que significou a revolução colombiana de 1810 e a revolução cubana, acreditei que era uma pessoa com qualidades, que tinha a obrigação de evoluir.

"Ao mesmo tempo, procurei integrar-me com pessoas da minha classe social, operários, camponeses, vizinhos, com as indígenas que vivem em Bogotá. Isso trouxe-me uma satisfação muito grande. Deixei de me sentir isolada e comecei a considerar essas pessoas como uma parte da minha família.

"Antes, vivia angustiada pelos problemas económicos, pelo trabalho, pela opressão conjugal, situações em que muitas vezes desejava morrer. Porém, depois que tomei consciência de tudo isso, deu-me muita vontade de viver, de trabalhar pelos demais. Aos 65 anos, posso dizer que não quero morrer, antes pelo contrário, gostaria de viver para ver o meu povo livre da exploração e com os seus ideais realizados.



Carmen: "perdi o complexo de não ser bem-falante"

"O meu trabalho nos bairros populares começou devido a um caso muito concreto: há vários anos atrás, o governo quis construir uma grande avenida que passava pelo meu bairro, o que exigia a remoção de muitas famílias pobres e a desintegração da nossa comunidade. Significava, ao mesmo tempo, um bom negócio para os ricos e para as grandes empresas construtoras. Começámos a organizar os vizinhos e daí nasceu um movimento que, durante os três anos de luta, conseguiu congregar as famílias de 150 bairros populares. Essa luta permitiu-me conhecer muita gente importante a quem tive de me dirigir para dar conhecimento das nos-

sas posições.

"Assim, fui perdendo o complexo de não ser bem-falante ou de não ter um vestido bonito para ir a uma reunião, traumas muito comuns nas mulheres da minha classe. Conseguimos o que queríamos e desde então continuei a falar sem qualquer tipo de complexo, reclamando contra as injustiças de que são vítimas as pessoas dos bairros mais pobres e de todos os sectores populares. Visitei muitas regiões do país para conhecer os problemas do meu povo, contar-lhes a minha experiência e integrar-me no trabalho concreto. Principalmente para trabalhar, porque o povo está cansado de ouvir tanta teoria, está cansado dos intelectuais que tomam o poder e não são capazes de se integrar num trabalho concreto. E há muita coisa para fazer."

O "grãozinho de areia" dos cristãos

Nelly Herrera, equatoriana, dirigente do Comitê Cristão de Solidariedade de Quito.

"A nível das comunidades cristãs reunimo-nos em assembleias com as massas e, quando desenvolvemos acções de solidariedade com El Salvador e Nicarágua, tomamos consciência da realidade dos nossos próprios países. Não nos acostumamos nem nos resignamos à morte, à agressão e à fome que a política dos Estados Unidos submete o nosso povo.

"As comunidades, na sua maioria lideradas por mulheres, fazem denúncias e tornam público os resultados das organizações populares, o que é anunciado através de actos religiosos, como processões, missas, etc.

Nelly Herrera: "redescobri o sentido da fé"



"Não quis militar em nenhum partido político. Considero que os partidos foram criados para ganhar eleições e, na minha opinião, as eleições na Colômbia sempre foram uma fraude. Quando eu era rapariga, os patrões da fábrica onde o meu pai trabalhava obrigavam-no a votar no candidato que eles apoiavam. Essas coisas continuaram a acontecer e os partidos continuam a aproveitar-se da ignorância do povo, fazendo promessas que nunca cumprem. Os políticos chegam ao poder e esquecem o povo que os elegeu. Por isso, acho que o fundamental é aumentar a conscientização política do povo. Por outro lado, existem muitos grupos e pequenas associações de bairros que quando vão junto do camponês ou do trabalhador de bairro, não nos deixam falar e acabam a gritar entre si."

"Pertencço a uma família extremamente pobre. Na minha infância, vivíamos daquilo que no Equador se chama *partir*, quer dizer, usar um terreno para plantar e dividir o que se produz com o terreno. O meu pai estava anémico. A minha mãe também. Lembro-me que ela chegou a roubar *granza*, que é a comida que se dá aos porcos, para não nos ver morrer de fome. Éramos cinco filhos naquele momento. Depois vieram mais dois."

"Fomos para as ilhas Galápagos quando o meu pai soube que lá havia terra. Nunca quis emigrar sozinho e deixar a família para trás... Aquilo era um paraíso, havia terra para todos. Pouco tempo depois, o meu pai endividou-se para comprar um rádio com três frequências. Era o nosso único contacto com o mundo. A minha mãe escutava programas religiosos e o meu pai gostava de ouvir a voz, que sempre falava dos pobres, e que depois descobrimos ser de Fidel Castro. Estávamos por lá de 1962 ou 1963.

"O meu pai ouvia-o e dizia, 'esse homem fala por nós'. O aparelho, nessa altura, já tinha um sinal vermelho que marcava a frequência do rádio Havana. Pouco depois, o meu pai morreu de cancro. Comecei a trabalhar como empregada doméstica. A patroa levou-me com o meu pai para o continente. Em Guayaquil, eu cuidava do meu filho. Matriculou-me à noite num curso de corte e costura.

"Quando completei 14 anos, um garoto da minha família tentou violar-me. Fugi de casa e fui acolhida por uma amiga. Depois fui morar com a minha avó, que era indígena, e à noite rezava para sentir-me forte. Um dia disse à minha avó que desejava tornar-me freira. Eu nem sabia o que era isso, mas achava que podia melhorar a minha vida ajudando os meus irmãos. Ela levou-me para um convento onde fui aceite, mas antes disseram-me que tinha que fazer a instrução primária. Depois de

cordaram que viesse também a minha irmã. Era uma casa muito luxuosa. Pareceu-me estranho que, enquanto Jesus falava dos pobres, as freiras vivessem com tanta comodidade.

"Era obrigada a trabalhar de noite, tinha que costurar uniformes, até à uma e meia da madrugada. Pertenciam aos filhos dos ricos. O dinheiro era recolhido pelas freirinhas e embora eu achasse que trabalhava muito mais do que elas me pagavam, nunca reclamei de nada.

"Eu continuava sem entender como é que elas podiam falar com Deus dentro de toda aquela comodidade. Eu estava acostumada a falar com Deus das minhas necessidades. Nessa época, liguei-me a grupos juvenis da paróquia e a comunidades de base. Redescobri o sentido da fé e comecei a questionar-me sobre o sentido de tornar-me freira. Para dar aulas aos filhos dos ricos? Mas eu queria ajudar os pobres. Expliquei isso à madre superiora, Soledad. Ela disse-me que eu tinha que me adaptar às suas directrizes de trabalho. Quando falei com a irmã Isabel, foi diferente. Era a professora das noviças. Explicou-me que o voto de pobreza significava dividir tudo com os pobres, ter as mesmas dificuldades. Explicou-me também que o voto de castidade não era apenas não

ter relações sexuais, mas implicava uma entrega completa ao cumprimento da vontade de Deus, que não é o conformismo mas a libertação. Que o voto de obediência era a capacidade de ouvir aquilo que o povo pede, os seus anseios, os seus sentimentos. Que obedecer à chamada de Deus e dos profetas é ajudar a construir uma nova sociedade.

"Ela explicava-me tudo aquilo numa linguagem muito mística. Falou-me também que a obediência não se deve apenas aos superiores e ao papa, mas fundamentalmente à verdadeira mensagem de Deus.

"Acabei por sair do convento. De todas as noviças apenas duas vestiram os hábitos. A irmã Isabel Ceballos, acabou também por sair, assim como várias das melhores freiras. Não sabiam mais como ser coerentes com as suas ideias no convento.

"Foi então que começámos a trabalhar nas comunidades cristãs. É um trabalho pequeno, um grão de areia, muito pouco em relação à tarefa gigantesca que temos que realizar. Mas os cristãos de El Salvador e da Nicarágua, ajudaram-nos muito com o seu exemplo. Aprendemos também com teólogos como Leonardo Boff. Todos eles permitiram-nos compreender melhor a situação dos nossos povos."

"Defendemos os nossos interesses até com dinamite"

Lucila Mejía de Morales, 36 anos, dirigente da Confederação Única dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia.

"O meu trabalho sindical e político começou em 1977, sob o regime de Bánzer. Naquele momento, o meu marido e eu fomos perseguidos pelas forças militares, porque ele era dirigente da nossa comunidade. Foi por essa altura que tomei consciência sobre a terrível situação em que vive o povo boliviano, da sua pobreza e do seu analfabetismo. Como eu tinha o privilégio de saber ler e escrever em espanhol, comecei um trabalho de alfabetização entre as minhas companheiras do plamano.

"A minha língua materna é o *aymara*, embora, devido ao meu trabalho, também fale o espanhol e o *quechua*. A primeira actividade da nossa organização sindical foi a participação na comemoração do aniversário de um líder camponês *aymara*, ao qual comparecemos com um grupo de mulheres, cantando e recitando poemas indígenas. Foi aí que nos tornámos conhecidas como organização. Em 1978, realizámos um encontro com representantes camponesas do departamento (estado). No ano seguinte, fracassámos na



Lucila Mejía: "eu tinha o privilégio de saber escrever"

tentativa de organizar uma federação de camponesas devido à situação econômica e política durante o governo de Lidia Gueiler e, depois, com o golpe de Natush Bush. A 11 de Janeiro de 1980, pudemos, finalmente, fundar a nossa organização nacional, que, após seis meses de vida legal, passou à clandestinidade, com o golpe de García Meza. Desde então, trabalhamos em conjunto com as outras organizações populares, desempenhando diversas tarefas de consciencialização e luta. Na clandestinidade, por exemplo, servíamos de correio e ajudávamos na comunicação entre as regiões mais distantes do país.

"O meu trabalho está ligado à tarefa de consciencialização, colocação e discussão dos problemas mais urgentes da mulher boliviana. Falamos sobre saúde, sobre os preços de venda dos nossos produtos, de como enfrentar a escassez de alimentos, organizamos cooperativas camponesas, etc. Essa tarefa de consciencialização dirige-se principalmente à mulher, porque entendemos que é ela o eixo do lar, em torno do qual se deve formar o socialismo que desejamos para o nosso país."

Militância e vida familiar

"Conciliar as duas coisas significou um grande problema para mim, porque, quando fui nomeada dirigente da organização, tive que me mudar para a cidade com os meus três filhos, enquanto

o meu marido ficava a trabalhar no campo. De segunda a sexta-feira, trabalho em La Paz e aos fins-de-semana vou ajudar o meu marido. Ele também trabalha como professor, mas ganha muito pouco e vive em miséria. Imagine: o seu salário é de 6.500 pesos e um par de sapatos custa 5.200.

"Fazemos parte da Central Operária Boliviana (COB) e trabalhamos sempre em estreita colaboração com as outras organizações, especialmente com as companheiras mineiras.

"Em 1983, realizámos o nosso II Congresso no qual participaram três mil camponesas vindas de todas as regiões da Bolívia. Nesse Congresso foram eleitas duas representantes de cada departamento para que se responsabilizassem pela tarefa de formação e consciencialização nas respectivas localidades. Ao mesmo tempo, começámos a publicar diversos materiais com a finalidade de difundir o nosso trabalho. Temos letins, folhetos, panfletos, que publicamos em três línguas nacionais.

"A minha presença neste encontro é fundamentalmente, à necessidade de estreitar os vínculos com as organizações que trabalham no resto da América Latina e, ao mesmo tempo, de divulgar a nossa organização e a problemática da camponesa boliviana. Participo numa comissão que tratou das formas de luta, e relatei o combate das nossas camponesas que sabem que utilizar fundas, pedras e explosivos para defenderem os seus interesses."

MUDECHI: "unir para resistir à repressão"



Mulheres do Chile (MUDECHI)

O movimento nasceu em 1982, por iniciativa de um grupo de mulheres de Santiago, Talca, Concepción, Puerto Montt e Castro espalhando-se por diversas cidades de 14 províncias do país. Foram organizados os MUDECHI regionais e, a

partir deles, o comité nacional.

A organização é formada por mulheres de todos os partidos políticos. "A nossa ideia era de termos num grupo para resistir e enfrentar a repressão", afirma uma das dirigentes.

No MUDECHI a mulher recebe, ante de mais nada, formação. Desenvolve-se actualmente um curso onde mães e filhos participam em conjunto. A criança frequenta um curso psico-infância e a mãe assiste a aulas de costura e tear. O programa está a cargo de 20 profissionais e terá uma duração de oito meses. "Estamos a prepará-las para o trabalho artesanal. A ideia é alargar este curso a todas as mulheres e a todas as áreas, com profissionais transmitindo os seus conhecimentos através de cursos de formação, sejam elas assistentes sociais, sociólogas, médicas, psicólogas, etc".

Os cursos começam com 20 mulheres e vão terminando com 80. "É claro que com a repressão que se vive no Chile, existe medo de participar em reuniões. O grande problema é onde fazer estes cursos. Mas a igreja tem-nos facilitado locais e explica uma das fundadoras do movimento.

Neste momento, estão em análise temas como o custo de vida, o desemprego, a repressão, a falta

liberdade e o problema dos presos políticos.

As mulheres têm levado várias denúncias ao presidente do Supremo Tribunal que as tem recebido e ouvido. O MUDECHI trabalha também em conjunto com outras organizações de mulheres chilenas, como as "Mulheres em favor da Vida", as militantes de organizações de defesa dos direitos humanos e, inclusive, com mulheres que, não estando organizadas, têm as mesmas inquietações e vontade de trabalhar. Em 1983, foi reactivado o Movimento para a Emancipação da Mulher Chilena, MENCH, que tem o papel de coordenar os diferentes grupos femininos.

Nos dias 11, 12 e 13 de Abril último, foi realizada em Santiago uma Assembleia Nacional com a participação de 300 delegadas de 14 províncias. Matilde Villa foi eleita por voto secreto para a presidência do movimento. Ao fazerem um balanço das actividades, as mulheres presentes ao encontro afirmaram que o mais importante do trabalho desenvolvido foi a consciência criada entre as mulheres de que se vive sob uma ditadura cruel e da necessidade de reconquistar a democracia.

A actividade nas "poblaciones"

A maior parte das bases do MUDECHI é composta por mulheres das *poblaciones* (bairros periféricos) e por donas-de-casa, que se reúnem para discutir as suas necessidades. Na *población* de La Victoria, por exemplo, existe um enorme depósito de lixo. Essa *población*, que existe há mais de trinta anos, nunca teve rede de esgoto e tem apenas uma policlínica para atender os seus 30 mil habitantes. As mulheres têm que ir para a fila de espera às 4 da manhã para retirar as dez senhas que são distribuídas diariamente para a consulta médica. Situações como esta têm sido denunciadas.

O MUDECHI promove também mercados livres nas *poblaciones*, onde se vende frutas e legumes, e se discute, através de alfalantes, os problemas da comunidade. Por vezes a polícia intervém e leva os equipamentos de som, mas, segundo as organizadoras, "vale a pena o esforço".

As *poblaciones* de Pudahuel, Legua, La Hermita, La Victoria, La Bandera, Yungay, Campamento Lenin, contam todas elas com bases MUDECHI organizadas, que, segundo as próprias donas-de-casa são "muito combativas". Vinte militantes dessas *poblaciones* estão detidas há um ano.

Uma das formas de luta que as mulheres das *poblaciones* inventaram é enfeitar as árvores, na época do Natal, com cartões onde denunciam os problemas. "As vezes os enfeites permanecem por dois ou três dias, outras por apenas uma ou duas horas, porque a polícia chega e destrói tudo".

Quase diariamente acontecem manifestações de mulheres. São feitas concentrações diante da



No Chile, são frequentes as manifestações de mulheres

Câmara Municipal pelo não pagamento das contas de luz e dos *dividendos* (um imposto sobre a habitação). Além disso, todas as quintas-feiras acontecem manifestações a favor da democracia, que marcham até à Plaza Italia, no centro de Santiago. Ali o trânsito é interrompido com barricadas, nas quais participam habitualmente cerca de 300 mulheres. Nas ruas e paredes são escritas palavras-de-ordem como "Chega de aumentos" e "Fora Pinochet". Como aconteceu na *población* de Pudahuel, já houve invasões de supermercados realizados pelas próprias donas-de-casa. Algumas dirigentes foram detidas, as mais activas, acusadas de terem armas escondidas nas canalizações. "Quando foram revistar as casas, comprovaram que elas nem sequer tinham canalização, mas as dirigentes continuaram presas devido à sua combatividade".

A sede do MUDECHI em Santiago do Chile foi invadida no início de Junho último. As mulheres que se encontravam no local foram pintadas de vermelho e aplicaram-lhes, na cabeça e no rosto, Neoplan, uma cola com um tipo de aderência que, quando aplicada na cabeça, obriga a cortar o cabelo rente. Todos os mimeógrafos e máquinas de escrever foram levados.

Rede Mulher

Moema Viezzer, socióloga e educadora, internacionalmente conhecida pelos seus trabalhos com mulheres na América Latina, principalmente por "Se me deixam falar... - um depoimento de Domitila, uma mulher das minas da Bolívia", traduzido em 14 idiomas, e pelos seus trabalhos na República Dominicana e no Haiti, é a fundadora e coordenadora da Rede Mulher.

Nesta rápida entrevista a *cadernos do terceiro mundo*, Moema Viezzer conta-nos o que é e como surgiu a Rede Mulher.

"A ideia da Rede surgiu no sentido de criar um instrumento ao serviço da articulação do Movimento Popular de Mulheres no Brasil, actuando nas áreas de pesquisa-participante, educação e comunicação popular entre mulheres, fundamentalmente com grupos de sectores populares das grandes cidades e também com mulheres da área rural.



sas, relações igualitárias entre homens e mulheres.

"A Rede Mulher foi criada em 1983, e neste curto espaço de tempo já desenvolvemos dois projectos: um, com mulheres trabalhadoras de cinco categorias profissionais da cidade de São Paulo, estudando a relação entre os problemas da mulher trabalhadora e as possibilidades e limitações da organização sindical. O outro é o projecto-avaliação com movimentos de mães e grupos de mulheres.

"Temos também prestado apoios de curta duração a grupos de mulheres de vários estados do país, os quais obedecem igualmente a um processo participativo. São preparados com antecedência, através de contactos, por correspondência ou por outros meios, com os grupos interessados que preparam um trabalho sobre a problemática que querem discutir. Nos três ou quatro dias que passamos juntas, coordenamos oficinas de trabalho sobre temas já estudados anteriormente e projectamos uma reprogramação a curto e a médio prazo. Este tipo de trabalho já foi feito com grupos



Moema Viezzer (à dir.): "trabalhamos coordenadas com mulheres de sectores populares organizados"

"Porquê Rede? Porque não pretendemos ser uma grande instituição, mas sim uma pequena equipa técnica que trabalha coordenada com grupos de mulheres organizadas, proporcionando um tipo de intercâmbio que faz com que se vá estendendo uma verdadeira rede entre as mulheres dos sectores populares.

"A proposta básica da Rede é a de Comunicação Popular entre Mulheres. Entretanto, essa comunicação participante traz necessariamente implícita um processo de pesquisa que evolui para a educação popular, em busca de alternativas de mudança, com vistas a uma sociedade justa. O que só será possível se houver, entre outras coi-

de mulheres do Maranhão, de Araguaia e de Vitória do Espírito Santo.

"A Rede Mulher conta actualmente com uma equipa técnica de seis profissionais e desenvolve os seus projectos com a participação dos grupos de mulheres envolvidas em cada projecto. Dependendo do tipo de projecto, a Rede Mulher articula-se com outros grupos com propostas similares.

"A Rede Mulher faz parte, também, da Rede Continental de Mulheres do Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL) através do seu Programa de Promoção de Mulheres."

Mães da Praça de Maio

Mulheres que foram chamadas de "loucas" demonstram o que é possível fazer com imaginação, coragem e tenacidade



Muitos anos já se passaram, desde que Evita Péron — símbolo feminino da década de quarenta — obteve o direito de voto para as mulheres na Argentina, e no entanto a representação feminina em cargos governamentais é ainda praticamente nula. Um pu-

nhado de legisladoras, uma vice-presidente de província, uma vice-ministra que ocupou o cargo por poucos meses. Meras exceções a uma regra estrita.

No entanto a realidade social é bem diferente. Existem mais mulheres do que homens: a proporção é de 100 para 97. Formam 48% dos licenciados pelas universidades argentinas, e 27% da população economicamente activa. Mas isso não é tudo...

O julgamento dos nove antigos comandantes-chefes das forças armadas revelou tudo o que as mulheres padeceram e fizeram durante os "anos

de chumbo", sem distinção de classes sociais. As torturas e maus tratos a que foram submetidas são hoje uma página importante da história da resistência argentina à ditadura militar.

Nos centros de reclusão as prisioneiras grávidas pariam no chão assistidas pelos companheiros, ou amarradas e vendadas no fundo de viaturas da polícia. O cordão umbilical era cortado com facas enferrujadas e envolvido em trapos sujos. Os filhos eram afastados pouco depois do nascimento e as mães obrigadas a limpar a cela minutos após o parto. "Na SS Federal, violentar mulheres era uma norma, violentar homens uma exceção", relatou o antigo agente da polícia, Luchina.

A Argentina de hoje tem um novo símbolo feminino. Chama-se Hebe Pastor de Bonafini, mãe de dois desaparecidos políticos, e presidente das Mães da Praça de Maio. Elas opõem-se à decisão do presidente Alfonsín de que seja a justiça militar a procurar os acusados por violações aos direitos humanos "Aparição com vida", "Agora é indispensável, aparição com vida e castigo dos culpados", são algumas das suas palavras-de-ordem mais gritadas. "Nós não podemos ir depor nos quartéis onde torturaram e assassinaram os nossos filhos", diz Hebe Bonafini a *cadernos do terceiro mundo*.

"Continuar a ser o que sou"

Quem era Hebe Bonafini antes das Mães da Praça de Maio?

— Uma mulher muito caseira que procuro continuar a ser. Não quero que as coisas me mudem. Todas as noites, antes de dormir, penso que no dia seguinte tenho que varrer a casa e ir às compras, como todas as mulheres.

Você trabalhou fora?

— Na oficina do meu marido.

E antes disso?

— Quando solteira tecia pequeno terceiro mundo - 65



Hebe Bonafini (à dir.): depois de Evita, o novo símbolo feminino

nos *ponchos* para vender em Córdoba. Aprendi a usar o tear e inventei um desenho, por sinal muito bonito. Encomendaram-me tantos que tive que comprar mais teares. Era ainda uma menina. Depois casei-me, e fui eu quem soldou as chapas da nossa pequena casa. Sempre trabalhei.

Estudou?

— Não pude estudar. Já fui proibida de falar num acto público pelo reitor da Universidade de El Salvador (uma universidade privada católica de Buenos Aires) por não ter nível académico. É verdade. Tive de desistir dos estudos para que ele pudesse estudar. Em todos os lugares do mundo onde vou pedem-me honestidade e moral, não nível académico.

Teve dois filhos...

— Sim, Jorge e Raul. Além disso, levei outras crianças para viver em minha casa, e quando amamentei os meus amamentei também outros bebês.

Que factos a levaram à sua primeira participação política?

— Fomos um grupo de mulheres que começámos a actuar, não por consciência, mas como resultado da repressão e da injustiça.

Quando sequestraram os seus filhos?

— Jorge Omar em 8 de Fevereiro de 1977; Raul em 6 de Dezembro do mesmo ano e a mulher de Jorge, María Elena Bugnone, em 25 de Maio de 1978.

Qual foi a sua reacção?

— O meu irmão estava à morte. Era a pior coisa que até então me havia acontecido. Uma madrugada o telefone tocou e avisaram-me que haviam levado Jorge. Gritei. Era um vazio terrível, indescritível, eu não conseguia entender nada. Raul disse-me que tínhamos que apresentar um recurso de *habeas corpus*. Nem sequer sabia o que era.

O que aconteceu então?

— Oito dias depois o meu irmão morreu. Eu ia e vinha, fazia mil e um trâmites, nem sequer tinha tempo para chorar. Percorria delegacias, quartéis, casas de La Plata onde se dizia que havia sequestrados. E nada. Em Junho a minha sogra adoeceu. Finalmente apareceu um colega de Jorge da escola primária, detido por roubar um relógio, e que havia estado com ele na 5ª delegacia.

Foi a primeira notícia...

— Contou-me as condições sub-humanas em que o mantinham, as torturas, a comida que eram restos que atiravam na fossa onde os presos faziam as necessidades. Aí tomei consciência, pela primeira vez, de que ele poderia não voltar a aparecer. Até

66 - terceiro mundo

então só pensava em fazer contactos esperando o contrário de um dia para o outro. Foi então que me enchi de forças, não havia um minuto a perder (Não perdeu um minuto desde essa altura. A história das Mães da Praça de Maio é conhecida em o mundo).

"Nunca ocultámos nada"

Que influência tiveram as Mães da Praça Maio na sociedade argentina?

— Mostrámos que se pode lutar, de forma não violenta (naturalmente não somos pacifistas), contra a pior das ditaduras, arrebatando-lhe diariamente pequenos espaços. Que a luta pela liberdade, pela justiça e pela vida está acima de ideologias, credos e raças. Com o tempo a verdade acaba por se impor, com moral e dignidade. Nunca mentámos. Nunca ocultámos nada. Tudo pode ser conhecido. Muitos deviam aprender isso. A nossa luta dá-nos muitos direitos. Somos protagonistas dos factos que provocamos.

Qual é a presente situação da mulher na sociedade?

— Ainda não ganhou o lugar que lhe compete. Dizemos que a sociedade é machista, mas às vezes somos acomodadas. Há certas classes sociais onde a mulher depende primeiro do pai e depois precisa de ser mantida pelo marido. E daí saem directamente para defender o feminismo. Ao contrário, a mulher do povo, a operária, ganha o seu espaço através da sua luta.

É contra o feminismo?

— Não. Mas esse não é um campo que me atrai. Acredito na luta ao lado do homem, sou amiga da família, do casal, da casa. Amo o ser humano. Temos que trabalhar ao lado do homem. Para isso o lugar que nos corresponde devemos ganhar com o nosso esforço. O mundo está como está porque foi dominado pelo homem. As mulheres que damos a vida, não queremos armas nem guerras. Há aqueles que se queixam da pornografia. Pornográficos são os corpos crivados de balas e os corpos nus. Deixassem-nos governar um pouco nós as mulheres do povo, as que sofremos, o mundo andaria melhor.

Tem aspirações políticas?

— A minha única ambição é encontrar os meus filhos. Já me ofereceram tudo: deputada, senadora, até vice-presidente.

Qual foi a sua resposta?

— Que é uma ofensa ao povo acreditar em qualquer um pode ser qualquer coisa. É preciso estar preparado. (Horacio Verbitsky)

“Não temos o direito de baixar a cabeça”

No encontro de Havana, as Mães e Avós da Praça de Maio foram representadas por Mirtha Acuña de Baravalle, secretária das Avós. Os seus testemunhos e intervenções tiveram uma ampla repercussão, pela sua dramaticidade e pelas implicações no que se refere aos sequestros e assassinatos de crianças na Argentina.

No caso dessa avó, a repressão não só lhe tirou a filha, o genro e o neto, como também o marido: ele morreu pouco depois, em consequência do desespero pelo sequestro da filha.

“Para um homem é muito mais difícil aceitar uma situação como essa, em que a gente se sente impotente — disse-nos Mirtha Baravalle. E continuou: “perdi-o em 15 minutos. Quando ele se sentiu mal, disse-lhe que devia fazer um *check-up*. ‘Achas que não sei que estou a morrer de melancolia?’, respondeu-me ele. Foi a última coisa que disse. Só muito tempo depois soube que, sem me dizer nada, ele ia à casa das minhas irmãs para dar razão à tristeza e batia com a cabeça na parede pelo desespero que sentia por não poder fazer nada pela filha.

“Uma das coisas mais terríveis é a gente acostumar-se à solidão. Antes, em casa, aos domingos, nunca éramos menos de 11 pessoas. Eu tinha quatro filhos. Depois que sequestraram a minha filha, os outros três tiveram que sair do país. Agora, estou sozinha, mas não temos o direito de baixar a cabeça. Há tantos casos iguais. Por isso, reúno as minhas forças e continuo...”

“Entraram atirando”

Mirtha Baravalle contou-nos ainda como foi o sequestro da filha e do genro: “por volta das duas da madrugada, do dia 27 de Agosto de 1976, a minha casa foi assaltada por um grupo de homens armados, que entraram pelos fundos e pelo terraço. As pessoas do bairro ainda se lembram com horror dessa noite. Nessa mesma operação, sequestraram também um jovem vizinho que, três dias depois, apareceu morto numa estrada. Em casa, estávamos a minha filha, o meu genro, o meu irmão e eu. Nessa época, o meu marido trabalhava à noite.

“Subemos, depois, que participaram dessa operação camiões do exército e que alguns dos



Mirtha Acuña: “aprendemos o que é solidariedade”

homens usavam uniformes de campanha. Entraram atirando, arrombando portas e revirando coisas. Levaram a minha filha, que estava no quinto mês de gravidez, e o seu marido.

“Através de informações que nunca sabíamos de onde vinham, soube algum tempo depois que a minha filha havia dado à luz na prisão no dia 12 de Janeiro de 1977, data que coincidia com a que eu havia calculado. Por essa razão, integrei-me no grupo de Avós da Praça de Maio, no qual trabalho desde então, tentando localizar o meu neto.

“Os nossos filhos lutaram por um ideal” — acrescentou Mirtha Baravalle —, “trabalharam juntos para alcançá-lo e hoje estão desaparecidos. Nós procuramos seguir esse exemplo. Actuando em grupo, aprendemos a deixar de lado os nossos ressentimentos, a não ser indiferentes à vida quotidiana dos demais, aprendemos o que é a união e a solidariedade. Individualmente, jamais teríamos localizado as 28 crianças que já encontramos.”

“Agora, a liberdade”

“O nosso trabalho foi muito objectivo. Tivemos que procurar os nossos netos em lugares muito específicos, percorrendo orfanatos e creches, tentando descobrir informações que nos aproximassem das crianças. Ao mesmo tempo, procurávamos os nossos filhos e cada criança que encontrávamos significava uma pista.

“Algumas crianças apresentam problemas, mas, pouco a pouco, à medida que se integram numa nova vida, vão mudando e reagem como crianças libertadas de uma opressão muito grande. Lembrome de um caso de um menino de 10 anos que, após ter sido encontrado, veio com a sua tia à nossa sede. A nossa secretária fez-lhe algumas perguntas, a fim de preencher uma ficha. É, a dado momento, quando ela lhe perguntou o que ele ia fazer, o menino pensou e respondeu: ‘põe aí que agora vou para a liberdade.’”

OFICINAS GERAIS DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO

ESTABELECIMENTO FABRIL DO EXÉRCITO

FÁBRICAS DE:

- Fardamentos**
 - Calçado militar**
 - Barracas, equipamento individual de combate e capotas de lona para viaturas**
 - Mobiliário metálico para escritório e aquartelamento**
- Estudo e criação de uniformes, símbolos, emblemas, bandeiras, galhardetes, etc.**
 - Controlo de qualidade das matérias-primas e produtos acabados.**

**FORNECEDORES DO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, DE UNIFORMES PARA AS FARP**



**OFICINAS GERAIS
DE FARDAMENTO
E EQUIPAMENTO**

SEDE - Campo de Sta. Clara - 1100 LISBOA

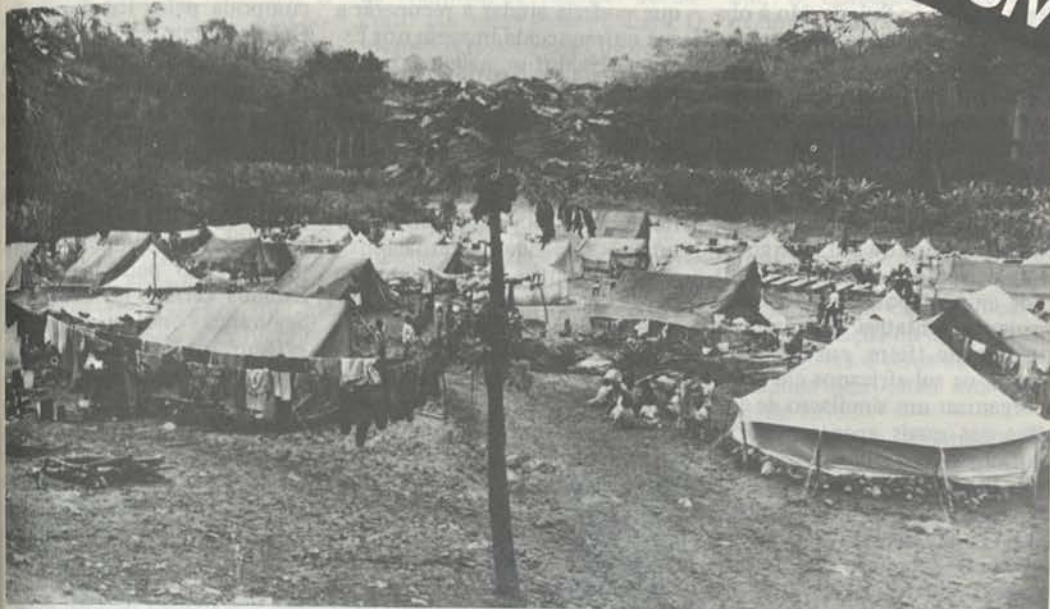
Telex 4 25 26 OFARDA P - Tels. 86 30 06 - 86 59 50/9

SUCURSAL - Rua da Boavista, 230 - 4000 PORTO

Telex 28 160 FARSUC P - Tels. 022 97 51 - 022 40 54

DELEGAÇÃO - Delegação das OGFE - 2330 ENTRONCAMENTO

Telefone 04 96 61 47



A repressão desencadeada pelas tropas sul-africanas obrigou um grande número de patriotas a refugiar-se em Angola

Pretória desafia outra vez a ONU e a África

A criação de um governo interino em Windhoek agrava o impasse em torno da independência do último país africano ainda directamente submetido ao colonialismo

Carlos Castilho, enviado especial

O Conselho das Nações Unidas para a Namíbia encontrava-se reunido com carácter extraordinário em Junho, na cidade de Viena, quando surgiram as primeiras informações de que o governo sul-africano instalaria uma administração provisória naquele país, no dia 17 do mesmo mês. A coincidência das datas foi aparentemente propositada e teve como objectivo mostrar que o primeiro-ministro da África do Sul, P. W. Botha, continuava a ignorar todas as pressões inter-

nacionais a favor do fim da ocupação ilegal da ex-colónia alemã.

Além disso, Botha deixou mais uma vez claro que está decidido a impor as suas próprias decisões no que se refere à Namíbia, em vez de aceitar as propostas aprovadas há sete anos pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas através da Resolução 435.

O governo interino constituiu-se, de facto, numa nova tentativa sul-africana para confundir a opinião pública mundial e tentar

fazer com que a independência do território seja alcançada através de negociações entre grupos políticos da Namíbia favoráveis ao regime racista e o principal movimento de libertação do país, a SWAPO, considerada pela ONU como o único representante do povo namibiano. O Conselho da ONU para a Namíbia condenou energicamente em Viena a instalação do governo interino patrocinado por Pretória, pedindo que ele não seja reconhecido por nenhum país do mundo. No

entanto, a ONU não pode adotar medidas mais concretas contra a África do Sul, devido à obstrução que sistematicamente os Estados Unidos tem exercido no Conselho de Segurança, sempre que as nações africanas propõem sanções mais duras contra o *apartheid*.

O governo interino substituiu o administrador colonial nomeado pela África do Sul, que governou a Namíbia durante os últimos anos, depois do fracasso da primeira tentativa para montar um regime títtere, em 1978. Na época, os sul-africanos chegaram a organizar um simulacro de eleições nas quais apenas puderam participar os adversários da SWAPO. O grupo vencedor foi a Aliança Democrática Turnhalle (DTA), que acabou por se desmembrar dois anos depois, com o agravamento das divergências entre os 11 partidos que a compunham, relativamente à questão do *apartheid* e da submissão a Pretória. Agora, a mesma tentativa é revivida através da Conferência Multipartidária, que reúne um número ainda menor de partidos, seis ao todo, dois dos quais são considerados grupos meramente formais. Outra diferença importante é que desta vez a África do Sul nem sequer considerou a possibilidade de realizar um simulacro de eleições.

Sem flexibilidade diplomática

Durante a reunião do Conselho da Namíbia em Viena, o representante permanente da SWAPO na ONU, Theo-Ben Gurirab, afirmou a *cadernos do terceiro mundo* que o novo regime interino é "politicamente mais fraco que o anterior, menos representativo dos sectores pró-racistas, e possivelmente terá uma duração ainda mais curta do que o liderado pela DTA". O que parece evidente é que ao recorrer a uma manobra tão desgastada, a África do Sul não mostra de fac-

to a menor flexibilidade diplomática a nível internacional, o que poderia ajudar a recuperar a sua enfraquecida imagem nos Estados Unidos e nalguns países europeus que são importantes parceiros económicos do *apartheid*.

A reunião de Viena permitiu constatar que a questão da Namíbia está hoje no centro de uma campanha internacional, onde a opinião pública terá um papel decisivo. Vários dos participantes do encontro, observadores e diplomatas admitem que o impasse é total, e que a única possibilidade de rompê-lo reside no jogo de pressões de grupos e movimentos ligados ao problema namibiano. Apenas estes poderão levar os governos dos respectivos países a serem obrigados a mudar os actuais alinhamentos diplomáticos, responsáveis pela ausência de soluções na questão. O Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, criado em 1967, é o administrador legítimo do território, mas nenhum dos seus 31 membros conseguiu até agora entrar no país. Em 1974, a ONU aprovou o chamado Decreto Número 1 que proíbe a exploração das riquezas minerais da Namíbia por empresas e governos dos

países membros. No entanto, esta lei nunca foi totalmente cumprida pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Holanda, Bélgica, França e Canadá, entre outros. A permanência sul-africana na Namíbia é considerada ilegal desde 1950 pelo Tribunal Internacional de Haia. Em resumo, as condições são todas favoráveis à posição da ONU. Mas a organização tem o seu campo de acção limitado pelo poder de veto dos Estados Unidos no Conselho de Segurança, onde as moções que exigem medidas concretas para pôr fim à ocupação colonial da Namíbia, esbarram sistematicamente no boicote norte-americano.

Contando com a protecção dos Estados Unidos e a simpatia aberta da Grã-Bretanha, o governo de Pretória entrincheirou na intransigência, ignorando os apelos e pressões internacionais. A razão porque o Conselho da ONU para a Namíbia resolveu intensificar a sua campanha para adquirir "corações e mentes" da opinião pública mundial. Apesar das reuniões anuais com jornalistas de várias partes do mundo, o Conselho vai promover em Agosto um encontro de Organizações Não-Governamentais (ONG). Este papel tem sido fundamen-



O Conselho para a Namíbia reuniu-se em Viena em Junho último

na divulgação e mobilização de pessoas a respeito da situação no antigo Sudoeste Africano. O Conselho reconhece que não pode avançar muito e que nem sempre os recursos disponíveis foram usados da maneira mais eficiente. Embora diplomaticamente nenhum dos seus membros o tenha declarado em público, o Conselho espera aparentemente que as ONG criem "novos factos" que ao serem divulgados pela imprensa, teriam possibilidade de pressionar governos que até agora consideram mais lucrativo

bém fazem parte a Grã-Bretanha e a França, que importa urânio da Namíbia. A violação do decreto por estes países é clara. O mesmo acontece com outras nações como os Estados Unidos e a Bélgica, mas os procedimentos legais para aplicar uma acção penal contra a Holanda podem levar anos, conforme admitiu o delegado indiano, do Conselho da Namíbia, Amitav Banerji. O mesmo pode acontecer com processos idênticos que a ONU pretende iniciar em breve contra a Bélgica e os Estados Unidos. Mas

questão da ex-colónia alemã ocupada ilegalmente pela África do Sul. O Conselho acredita, por exemplo, que a divulgação da situação real na Namíbia, os seus antecedentes históricos e as resoluções adoptadas por organismos internacionais permitirá fazer com que o problema seja encarado no seu contexto concreto. Um dos exemplos mais mencionados foi o caso da controversa doutrina do *linkage*, surgida nos Estados Unidos no final da administração Carter a qual prevê a vinculação da independência da Namíbia à saída dos soldados cubanos que estão em Angola desde 1975.

Segundo o diplomata Noel Sinclair, representante da Guiana e actual presidente em exercício do Conselho da Namíbia, a questão do *linkage* é "estranha ao problema do território porque foi introduzida pelos Estados Unidos e depois adoptada pela África do Sul sem que ela tenha qualquer relação com as resoluções internacionais já adoptadas sobre a questão. Ela está mais ligada com uma possível internacionalização do problema, dentro do quadro das tensões Leste-Oeste, do que com a situação concreta no sul da África".

Ao ligar a questão da Namíbia à dos cubanos, a administração Reagan procura na verdade alcançar dividendos políticos internos, criando com isso um impasse diplomático na região, onde as principais vítimas são os países como Angola, Zâmbia e Botswana, obrigados a servir de retaguarda à SWAPO, e a sofrerem permanentes represálias sul-africanas.

Um soldado para cada dez habitantes

Apesar do drama vivido por estes países onde existem hoje quase 300 mil refugiados da Namíbia, o peso da influência norte-americana é suficiente para



A SWAPO mantém um sistema de autodefesa para proteger a população

os negócios com Pretória do que a obediência às resoluções da ONU.

Ação legal contra a Holanda

Entre estes "novos factos" estão, além da campanha em favor de sanções contra o *apartheid*, a mobilização a favor da aplicação do Decreto Número 1. O Conselho acaba de iniciar o encaminhamento de uma acção legal contra o governo da Holanda, um dos membros do consórcio nuclear *Urengo*, do qual tam-

se não surgirem movimentos e pressões de grupos não-governamentais, é muito possível que as acções legais com base no Decreto Número 1 acabem por se perder no emaranhado burocrático-processual da justiça internacional.

Por isso, na reunião de Viena, os membros do Conselho da ONU para a Namíbia colocaram uma tónica especial na realização de encontros e seminários nos vários continentes, com o objectivo de provocar uma discussão cada vez mais ampla da

INSTALADO GOVERNO INTERINO, CONDENADO PELA ONU

Num claro desafio à opinião pública mundial, o governo racista da África do Sul delegou, a 17 de Junho último, poderes limitados a uma coligação de partidos — que exclui o movimento nacionalista negro SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano) — para governar a Namíbia.

No meio de fortes medidas de segurança, a frágil coligação de membros da Conferência Multi-partidária (CMP), uma aliança de seis partidos brancos e multi-raciais, assumiu a administração restrita do território, ficando a África do Sul com a responsabilidade pela política externa e pela Defesa.

Na cerimónia realizada em Windhoek, capital da Namíbia, durante a qual o presidente do regime de Pretória, Pieter Botha, outorgou aquilo que definiu como “autonomia limitada”, as autoridades sul-africanas cingidamente responsabilizaram as Nações Unidas, Angola e a SWAPO por “colocarem obstáculos à independência da Namíbia”. Segundo Botha, a posição sul-africana não é compreendida pela comunidade internacional devido “ao apoio das Nações Unidas à SWAPO e por causa da permanente ameaça suscitada pela presença de soldados cubanos em Angola”.

Numa ameaça velada, o presidente do regime do *apartheid* afirmou que se se não concretizar a retirada dos efectivos cubanos, “todas as partes mais profundamente afectadas pelas actuais nego-



ciações terão obviamente que reconsiderar a forma de se conseguir a independência”.

Os governos ocidentais e as Nações Unidas não reconheceram o novo governo, que constitui a segunda tentativa sul-africana de conceder uma autonomia limitada à Namíbia. O primeiro governo entrou em colapso depois de quatro anos no poder, em Janeiro de 1983.

Os dirigentes da SWAPO, por sua vez, cometeram uma grande manifestação de protesto contra o novo governo fantoche, cuja ascensão ao poder consideram como uma tentativa sul-africana para evitar o cumprimento dos termos da Resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU.

O secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuéllar, declarou que é “nulo e sem qualquer validade o governo instalado pela África do Sul na Namíbia”, e pediu que nenhum país o reconheça.

obstruir todas as iniciativas internacionais visando a independência do território.

Além das pressões das Organizações Não-Governamentais, outro facto importante no enfraquecimento do poderio militar sul-africano recai sobre a SWAPO. No momento existem na Namíbia mais de 100 mil soldados e polícias enviados pela África do Sul, o que corresponde a pouco menos de um soldado para cada dez habitantes. Além disso, o regime de Pretória gasta anualmente cerca de mil milhões de dólares para manter o seu

contingente de ocupação na Namíbia. A superfície do território é desfavorável à prática de acções guerrilheiras convencionais devido à existência de enormes desertos e baixa vegetação. Apenas na parte norte o terreno é mais favorável, mas é precisamente aí que está concentrado o grosso das tropas sul-africanas, o que torna extremamente difícil as acções armadas insurreccionais. Assim, a SWAPO prefere actuar dentro de um sistema de auto-defesa, tentando proteger as populações perseguidas pelas tropas racistas. A possibilidade de gran-

des operações é reduzida e no momento os dirigentes do Exército de Libertação Popular da Namíbia (PLAN) consideram difícil uma ofensiva militar de grandes proporções. Mas segundo revelou Theo-Ben Gurirab, a SWAPO está convencida de que a independência do território não será alcançada apenas pela via diplomática. “Sabemos — disse ele em Viena — que a ajuda da ONU é importante e essencial, mas também estamos certos de que seremos nós quem teremos de criar as condições finais para a independência.”

**Estamos cá
como se estivéssemos lá.
Somos uma ponte segura
na cooperação recíproca.**



uma Empresa privilegiada
na auscultação directa e
no diálogo negociador,
preparada e experimentada
como via das melhores condições
de parceria, que decorrem do
planeamento de
um grande mercado.

ANGOLA

O seu estatuto preferencial
é um espelho que reflecte
as necessidades orientadas e
as potencialidades do
comércio externo angolano.



**uma experiência
adquirida
uma confiança
reforçada
no domínio de
acordos e
operações
comerciais e
no fomento de
cooperação
técnica com a RPA.**

Consulte:

VESPER • Importação e Exportação, Lda.
Av. João Crisóstomo, 16, 3.º
1000 LISBOA • Portugal

telefs. 54 60 00 (8 linhas)
telex 43688 VESPER P
43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos
Luso-Angolana, associada das
seguintes Unidades Económicas Estatais:

IMPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.
Empresa de Despachos Alfandegários
de Luanda

e da

**COTECO, Sociedade de Cooperação
Técnica e Comercial, Limitada**

O período das vacas magras

O presidente Seyni Kuntché enfrenta o fim do "milagre do urânio" com a sua política de "Sociedade do Desenvolvimento"

Como tantos outros países do Terceiro Mundo, o Níger, que era o país mais pobre da África Ocidental Francesa no final da era colonial, também viveu o seu "milagre". Ele chamou-se "milagre do urânio", que começou em 1974 e se estendeu até 1980, ano em que aquele produto estratégico chegou a representar 90% das exportações do país.

Mas, o "milagre" acabou com a queda dos preços do urânio no mercado internacional. As exportações do produto, que haviam trazido 80 milhões de dólares para o Níger em 1980, caíram para apenas 34 milhões dois anos depois. A abundância e a euforia deram lugar à penú-



Kuntché: "o povo deve participar"

ria e ao descontentamento, atualmente os grandes problemas enfrentados pelo general Seyni Kuntché, chefe de Estado e presidente do Conselho Militar Supremo do Níger.



Mina de urânio de Arlit: depois do "milagre", a crise de mercado

A Sociedade do Desenvolvimento

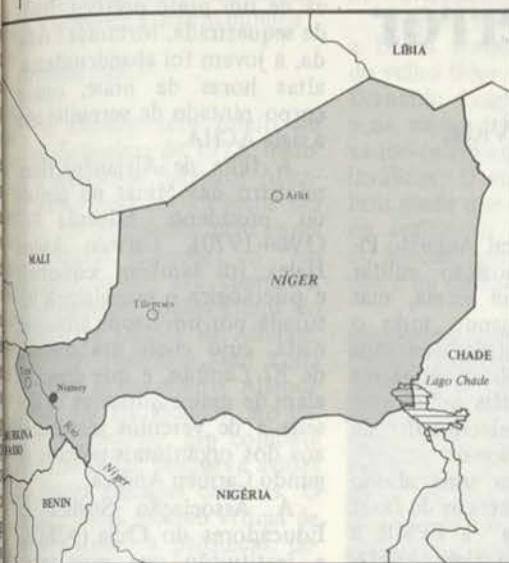
Kuntché, que chegou ao poder através de um golpe militar em Abril de 1974, procura enfrentar o desafio através da política que o seu governo chama "Sociedade do Desenvolvimento", uma estrutura política piramidal, que tem no topo o Conselho Nacional de Desenvolvimento. Recentemente, Kuntché precisou melhorar o seu ponto de vista numa entrevista concedida a Lyse Doucet, da revista *West Africa*, editada em Londres.

— A ideia é melhorar as condições de vida de toda a população, o que não pode ficar nas mãos do Estado. O povo tem que participar do processo, através dos conselhos locais de desenvolvimento. Cabe a eles decidir quais as medidas desenvolvimentistas que devem ser adoptadas.

Para o presidente do Níger não há incompatibilidade entre essa forma de participação popular e o regime militar instaurado há mais de onze anos, pois segundo ele, o Conselho Nacional de Desenvolvimento e o Conselho Militar Supremo completam-se. Kuntché espera conseguir assim uma verdadeira integração do exército na sociedade, ao serviço do desenvolvimento, "uma verdadeira simbiose entre militares e civis conforme realçou na entrevista".

Kuntché admitiu, contudo, que essa simbiose ainda está longe de ser atingida, ao reconhecer que, no momento em que o Conselho Militar Supremo detém o poder supremo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento é um órgão consultivo e o governo é o executivo". Uma situação, sem dúvida, meio confusa, que reflecte as contradições existentes no Níger.

UM PAÍS RICO EM URÂNIO



Sem litoral e com o norte do seu território ocupado pelo deserto do Sara, o Níger

teve a sua pobreza agravada pela seca que assolou a região africana do Sahel de 1972 a 1974. Essa catástrofe, e a fome em grande escala que provocou, contribuíram de forma decisiva para a deposição, em 1974, de Diori Hamani, que governava o país desde a sua independência da França, em 1960. O golpe foi levado a cabo por jovens militares, liderados pelo tenente-coronel Seyni Kuntché.

O Níger tinha, em 1982, 5,646 milhões de habitantes de diversas etnias: haussas (os mais numerosos), djermas (ou zarmas), songais, kamuris, tumbats, peules-fulanis e tuaregues. A religião predominante é a muçulmana, mas, no sul do país, são praticados cultos tradicionais africanos e existe até uma minoria cristã. É no sul que se concentra a maioria da população do Níger, cuja superfície é de 1,267 milhões de quilómetros quadrados. A maior parte do território está num planalto com 350 metros de altitude, com predominância da savana ao sul.

É no norte do país que se concentram as grandes jazidas de urânio. No centro, predomina a pecuária (pastoreio nómada) e, no sul, a agricultura (amendoim, arroz e algodão). O grande objectivo do actual governo do Níger é o mesmo da maioria dos outros países do Terceiro Mundo: a auto-suficiência alimentar.

Os grandes problemas

Uma dessas contradições, comum à maioria dos países africanos, é a que opõe as estruturas do poder de um Estado moderno ao sistema tradicional de lideranças comunitárias. Kuntché procura superar o problema, transformando os chefes tradicionais em quadros, em agentes do Estado no processo de consciencialização do povo. E acredita que poderá alcançar esse objectivo, uma vez que a maioria desses chefes das diferentes etnias do país teve acesso ao ensino, tendo muitos deles se especializado como professores e técnicos agrícolas.

Mas não é apenas sobre este ponto que o presidente do Níger se mostra optimista. Kuntché encara também com tranquilidade os grandes problemas que o país enfrenta no momen-



Niamey: o choque entre um Estado moderno e o sistema tradicional

to, além da catastrófica queda dos preços do urânio: a seca, a diminuição das outras receitas provenientes das exportações e o encerramento da fronteira com a Nigéria, o que prejudica até a chegada de ajuda internacional ao país.

O que Kuntché não quer é

que o seu optimismo seja visto como uma expressão de fatalismo muçulmano: "a vida é feita de altos e baixos, de períodos de luz e de sombra. Se tivemos períodos de prosperidade, é natural que enfrentemos também períodos de dificuldades como o actual". ●

Chile

Unidade versus terror

Reagindo a uma nova onda de repressão, a oposição une-se num Compromisso pela Vida, pelos Direitos Humanos e pela Democracia

Como consequência directa de uma onda de sequestros e crimes contra opositoristas chilenos, vários deles conseguiram superar as suas divergências e assinar (ainda a título pessoal) um "Compromisso pela Vida, pelos Direitos Humanos e pela Democracia". O presidente da Internacional Democrata Cristã, o chileno Andrés Zaldívar, revelou a *cadernos* que se os democratas não conseguirem derrubar Pinochet pela via pacífica a curto prazo (antes de 1989), "serão outros os actores em cena". A frase é uma alusão directa a quem, como a Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR), exerce uma oposição militar contra a

ditadura do general Augusto Pinochet. Uma oposição militar ainda em pequena escala, mas constante, abrangendo todo o país, sob a forma de atentados contra obras públicas, edifícios do governo, quartéis militares e da polícia e estabelecimentos de empresas transnacionais.

Parece também uma alusão aos que, sob o pretexto de fazer uma "guerra suja" à FPMR e disfarçados sob a sigla ACHA (Acção Chilena Anticomunista), aterrorizam toda a oposição, recorrendo até à violência sexual contra mulheres, como recentemente aconteceu com a filha de um advogado democrata-cristão de Viña del Mar, um centro bal-



Cada vez mais chilenos saem às ruas para enfrentar a ditadura

neário próximo a Santiago. Na noite de um preso político, depois de sequestrada, torturada e violada, a jovem foi abandonada nas altas horas da noite, com o corpo pintado de vermelho com a sigla ACHA.

A filha de Alejandro Hales, ministro das Minas no período do presidente Eduardo Frei (1964-1970), Carmen Andrea Hales, foi também sequestrada e psicologicamente e sexualmente torturada por um bando anticomunista, cujo chefe era chamado de *El Capitán*, e que dispunha, além de meios humanos, de uma sede e de veículos semelhantes aos dos organismos policiais, segundo Carmen Andrea.

A Associação Sindical de Educadores do Chile (ASECH) a instituição que mais sofreu este tipo de repressão clandestina e criminosa na pessoa dos seus dirigentes, denunciou publicamente que os autores do sequestro e assassinato do seu presidente metropolitano, Manuel Guerrero, do sociólogo e funcionário do Vicariato de Solidariedade do Arcebispado de Santiago, José Manuel Parada, e do senador Santiago Nattino, são membros de um organismo policial ou de informação do regime militar.

A detenção, no dia 26 de Abril último, de 264 socialistas — homens, mulheres e crianças — que comemoravam o aniversário do fundador do seu partido no Chile, mostra que a repressão também é oficial, assim como a detenção no campo de prisioneiros de Pisagua (localizado no deserto, 1.900 quilómetros ao norte de Santiago) de cerca de 200 habitantes de bairros pobres. O sub-secretário do Ministério do Interior, Alberto Cardemil, reconheceu que não se trata de meros "delinquentes comuns", como afirmavam

comunicados oficiais desde a implantação do estado de sítio (6 de Novembro de 1984), mas de "delinquentes comuns utilizados pelos opositoristas nos chamados protestos pacíficos destinados a subverter a ordem pública".

«Trabalho sujo»

Tal situação teve início em 11 de Setembro de 1973, quando o presidente Salvador Allende, eleito democraticamente em 1970, foi derrubado pelo general Augusto Pinochet, o "tio Augusto", como era chamado, carinhosamente, pelos filhos do ministro da Defesa de Allende, o também socialista José Tohá González. O presidente Allende morreu em La Moneda, no palácio do governo, em combate contra soldados, tanques e aviões das forças armadas chilenas. O ministro Tohá morreu vítima de torturas físicas e psíquicas, depois de permanecer no campo de concentração da ilha Dawson, ilha que ele mesmo havia entregue ao exército quando era secretário de Estado.

Basta reler "Labirinto", livro escrito pelo ex-promotor do Departamento de Justiça do governo dos Estados Unidos, Eugene M. Propper (onde ele relata as tramas de bastidores na investigação sobre o assassinato, em Washington, do antigo ministro dos Negócios Estrangeiros chileno Orlando Letelier), para entender que Pinochet se mantém no poder, em grande parte, devido ao "trabalho sujo" e "encoberto" dos seus agentes da polícia.

A investigação de Propper desmascarou a Direcção de Informação Nacional (DINA), a antiga polícia secreta de Pinochet, apontando-a como responsável pelo assassinato do ex-comandante e chefe do exército chileno, general Carlos Prats, que, juntamente com a sua esposa, morreu vitimado por uma bomba colocada no seu automóvel, no dia 30 de Setembro de

1974, em Buenos Aires, Argentina. O general Prats, um dos oficiais superiores chilenos que se opuseram ao golpe de Pinochet, combatia a partir do exílio a ditadura militar chilena.

Propper revelou também que a DINA atentou contra a vida do velho líder democrata-cristão Bernardo Leighton e da sua esposa, numa cidade de Itália, deixando-os em estado grave e semi-inválidos. O ex-promotor descobriu ainda que a DINA fracassou na realização de um atentado no México contra exilados chilenos e na campanha para matar o



ex-senador socialista Carlos Altamirano, que, de acordo com o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), havia conseguido infiltrar-se na marinha antes do golpe militar, tendo sido descoberto. Tanto nos assassinatos de Letelier e Prats, como no atentado contra o casal Leighton, a DINA actuou em ligação com organizações secretas anticomunistas dos países onde residiam os seus "alvos". Para actuar contra patriotas chilenos no interior

do país, ela era, por si só, suficiente.

Um longo grito de dor

Depois que veio à tona o escândalo, através da investigação de Propper e do FBI, Pinochet substituiu a DINA pela actual Central Nacional de Informações (CNI). Por detrás dela, existem órgãos de informação que actuam contra a oposição em todos os níveis das forças armadas e policiais: o Serviço de Informação Militar (SIM), o Serviço de Informação dos Cara-



O general Carlos Prats (acima), um dos militares que se opôs ao golpe, e o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Allende, Orlando Letelier (esquerda), morreram assassinados no exílio

bineros (SICAR), a Direcção de Comunicações dos Carabineros (DICOMAR), o Departamento de Ordem e Segurança número 7 (OS-7), também dos carabineros, e os serviços de informação da marinha e da força aérea. Todos estes grupos vigiam e reprimem os opositores do regime militar. Tarefa em que competem entre si.

A CNI utiliza-se de todos eles e dos seus ex-membros da DINA: civis que deixam o serviço mili-



A oposição une-se contra os crimes: da esquerda para a direita, Romiro Tomic (Democracia Cristã), Jorge Lavandero (Projecto Democrático Nacional), Carlos Briones (Partido Socialista) e José Sinfuentes (Movimento Democrático Popular) ouvem os testemunhos dos pais cujos filhos foram assassinados

tar e voltam às suas actividades habituais como "reservistas" e funcionários das forças armadas e da polícia aposentados. A sua estrutura é compartimentada e celular, com *chapas* (pseudónimos), organizações sociais e políticas de fachada (como o movimento *Avanzada Nacional*), empresas, etc. Embora desde o começo tivesse atribuições legais para recolher informações Pinochet aumentou no último ano as suas prerrogativas para prender pessoas e possuir locais de detenção. O que já fazia anteriormente, só que de forma ilegal.

O sequestro e degolamento, no final de Março, do professor Manuel Guerrero, do sociólogo José Manuel Parada e do desenhador Santiago Nattino, não foi um facto isolado. O advogado Gustavo Villalobos, do Vicariato de Solidariedade do Arcebispo de Santiago, declarou que o ponto comum entre as três vítimas era a sua militância no Partido Comunista. O director-geral dos carabineros e membro da junta de governo, possivelmente informado pela DICOMAR, assegurou que se tratava de "dirigen-

tes comunistas muito importantes". O jornal clandestino *El Siglo*, do Partido Comunista, rendeu-lhes homenagem como "heróis do povo" e acusou, directamente, a CNI e a DICOMAR pelos assassinatos.

No mesmo dia do sequestro de Guerrero e Parada (sexta-feira, 29 de Março), os carabineros e a CNI mataram, em plena via pública, os irmãos Rafael e Eduardo Vergara Toledo, de 18 e 20 anos, respectivamente, filhos de um casal de funcionários do Vicariato de Solidariedade, acusando-os de "delinquentes comuns que tentavam assaltar um estabelecimento comercial". As testemunhas, dezenas de moradores do local, viram os dois jovens serem abatidos quando tentavam fugir, perseguidos por um grande número de polícias. Bandeiras e palavras-de-ordem do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) foram levantadas durante os funerais.

Ao mesmo tempo, noutra local de Santiago, morria uma jovem estudante, metralhada pela CNI, acusada de resistência armada quando a polícia invadiu a

sua casa. A estudante foi acusada pela CNI de possuir um arsenal e ser militante do MIR.

As seis vítimas foram assassinadas depois da morte de dois membros do órgão de segurança, quando tentavam desactivar uma bomba nas dependências de uma rádio clandestina (Rádio Libertación), na cidade de Concepción, 500 quilómetros ao sul de Santiago. Alguns observadores ligaram todos estes factos, recordando antigas ameaças: "morrerão três comunistas por cada membro das forças armadas assassinado".

Mas, a realidade é mais do que uma *vendetta* e concretiza-se nas dramáticas palavras de Estela Ortíz, esposa de José Manuel Parada, ao tomar conhecimento do assassinato do seu marido. Foi um longo grito de dor entre soluços: "... há oito meses a DINA levou o meu pai (detido e desaparecido)... hoje mataram meu marido... deixam-me com quatro filhos. Com Javiera, o Camilo, que tem oito anos, Juan José, com seis e o meu Antonio, que tem um ano e seis meses". (Juan Jorge Faundez)

Denunciada manobra de intimidação do FBI

O alvo da manobra são os norte-americanos que visitaram a Nicarágua ou que participaram em reuniões onde se questionou a política de Reagan na América Central

A denúncia foi feita pelo deputado democrata Don Edwards, da Califórnia, presidente da Subcomissão Jurídica dos Direitos Civis e Constitucionais da Câmara dos Representantes. Num artigo intitulado "Por favor, fale-me da Nicarágua", publicado

no *Washington Post*, Edwards revelou que o FBI estava a tentar interrogar os cidadãos que haviam visitado a Nicarágua ou participado em encontros onde se questionava, legalmente, a actual política dos Estados Unidos na América Central.

O artigo veio ratificar a validade dos protestos formulados desde o início de Abril por entidades como o Centro dos Direitos Constitucionais e a União Americana dos Direitos Civis. O director do FBI teve que reconhecer que os protestos eram fundamentados, embora negasse que o objectivo da campanha seja intimidar ou perseguir os participantes do movimento anti-intervencionista e de solidariedade com a Nicarágua.

O artigo de Edwards merece ser reproduzido, inclusive por demonstrar que o respeito aos princípios constitucionais e liberais ainda é, apesar de Reagan, uma das melhores tradições norte-americanas.

O artigo de Edwards

"Por favor, fale-me da Nicarágua. Trata-se de uma conversa amigável".

Agentes do FBI e de outros serviços de informação do país começaram a deixar convocatórias nas caixas de correio dos cidadãos preocupados com os rumos da política dos Estados Unidos em relação à América Central. Os agentes têm também visitado essas pessoas e falado com os seus vizinhos e amigos. A oposição activa à política norte-americana parece não ser um pré-requisito das entrevistas. Um estudante de Direito de Nova Iorque foi surpreendido por uma visita do FBI apenas porque assistiu a um encontro público sobre a Nicarágua.

Segundo o director do FBI, William H. Webster, os seus agentes efectuaram pelo menos uma centena de entrevistas. Webster, cuja ascensão ao comando do FBI aplaudiu com agrado, disse que os seus agentes são sempre corteses e que as visitas nunca são ameaçadoras. Mas, independentemente de quão amistosas

Roger



possam ser tais entrevistas, elas suscitem várias questões perturbadoras.

Primeiro, porquê agora? O verdadeiro papel dos Estados Unidos na América Central é um dos temas mais calorosamente discutidos actualmente. Muitos norte-americanos têm sérias dúvidas quanto ao bom-senso e à eficácia da nossa política na Nicarágua, em El Salvador e noutros países da região. Um número crescente de pessoas tem-se deslocado à Nicarágua com o objectivo de formarem as suas próprias opiniões sobre o que ocorre

O que me leva a uma segunda pergunta: quem determinou a realização das visitas? Webster afirma que o FBI recebeu "instruções específicas" do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e da CIA no sentido de realizar um determinado número de entrevistas. Significa isso que o CSN — integrado pelo presidente, vice-presidente, pelos secretários de Estado e da Defesa, e pelo director da CIA, designado pelo presidente — encarregou o FBI de "fichar" os cidadãos que se opõem à política norte-americana na América



Anti-sandinistas, apoiados pelos EUA, treinam numa base hondurenha

naquele país.

Quando, no entanto, um agente do FBI bate à sua porta, por mais cortês que seja, deduz-se que o entrevistado fez alguma coisa errada; visitou um país cujos dirigentes o nosso presidente gostaria de ver de joelhos; esteve num encontro público; questionou a política externa norte-americana. Assim, no preciso momento em que a polémica nacional é mais intensa e a participação pública se torna mais importante, a visita sugere, com subtilidade, que o visitado não discuta nem participe.

Central? No nosso passado recente, os fazedores de política externa pretenderam, frequentemente, envolver o FBI no combate à oposição doméstica. Não podemos apoiar o regresso desses métodos.

Terceiro: qual é o sentido de tudo isto? Acredita o governo, realmente, que os sandinistas sejam uma ameaça à nossa segurança nacional? E, mesmo que o fossem, o que espera o governo ouvir daqueles que o contestam? É improvável que alguém activamente contrário à política dos Estados Unidos

na América Central responda a perguntas de um agente do FBI da mesma forma como é provável que uma pessoa nas superficialmente entrevistada saiba algo de importante sobre os nossos serviços de inteligência.

Na maioria dos casos que chegaram ao meu conhecimento, as pessoas responderam ao convite do FBI com um "sim" igualmente gentil. Deverá o agente do FBI, nesses casos, recusar a "pessoa contactada recusa-se a cooperar"? E no caso da pessoa que sugeriu ao agente que procurasse que lesse a Constituição? Haverá algum relacionamento entre ela com a informação "pessoa contactada recusa-se a cooperar" e cita a Constituição?"

Pelo terceiro ano consecutivo, o governo solicitou ao Congresso que aprove substanciais aumentos no orçamento de formação externa do FBI. Sobre o actual quadro de agentes, o tempo para assistir a encontros públicos sobre a Nicarágua para visitar cidadãos que regressam da América Central, o FBI deve ter agentes de visita.

Foi a aparente inutilidade deste tipo de interrogatórios que levou à primeira pergunta: porquê agora, no preciso momento em que estão a ser debatidas decididas a política centro-americana e a ajuda aos "contra" agentes do FBI visitam os cidadãos envolvidos no debate? rece inevitável que tais visitas levem algumas pessoas a se interessarem desse mesmo debate. Não creio que seja este o papel reservado ao FBI.

Está certo que o FBI pergunte directamente, qualquer agente nicaraguense que opere no país. Mas, não se permita a realização de visitas "amistosas" do FBI se veja envolvido — que se crie a impressão de que a pessoa a ser envolvido — naquilo que não passa de um debate de política externa. (Gregorio Ser)



Tropas iranianas capturadas na fronteira: adolescentes e crianças na "guerra santa" de Komeini

59 meses de guerra

Enquanto recrudescem os ataques aéreos, os países árabes mostram a sua preocupação e apelam para uma solução diplomática do conflito

As sirenes de alarme anti-aéreo voltaram a soar no Irão. Após quase um mês de virtual interrupção das hostilidades, a aviação do Iraque retomou em meados de Maio os bombardeamentos contra objetivos civis e militares do Irão, ações que haviam sido suspensas desde 7 de Abril deste ano por ocasião da presença em Bagdade do secretário-geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuellar.

As incursões tiveram como alvo, desta vez, um complexo industrial em Ahvaz, dois centros petrolíferos na província central de Lorestan e três acampamentos militares. Segundo a rádio Bagdade, Teerão recebeu o ataque dos aviões iraquianos como um "castigo ao Irão pelo

atentado contra o xeque Jaber Al-Ahmed, emir de Kuwait"¹. Três outras cidades do sudoeste do Irão foram igualmente atingidas por mísseis iraquianos.

As dramáticas imagens dos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial voltam à memória com toda a sua crueza na frente que se estende ao longo de mais de 200 quilómetros de fronteira que acompanha o rio Tigre, quando a ofensiva do Irão em território iraquiano foi derrotada em 11 de Março. Numa tentativa de controlar o importante eixo rodoviário que une

o porto de Basra, ao sul, com Bagdade e, com isso, dividir em duas metades o território do Iraque, o exército iraniano lançou na ocasião um violento ataque das suas forças terrestres, no qual concentrou sete divisões e treze brigadas. No entanto a ofensiva iraniana foi rechaçada pelo intenso fogo de artilharia pesada e *katiushkas*, e pela aviação do Iraque, cujas quatro mil operações a baixa altitude cobriram de cadáveres a pantanosa frente de guerra junto ao Tigre.

A resposta de Teerão à retomada dos ataques iraquianos pode fazer com que ambos os países regressem a uma nova onda de agressões indiscriminadas a cidades, navios mercantes e petroleiros — que no ano passado foram alvo preferencial dos

¹ A autoria do atentado, ocorrido em meados de Maio, foi reivindicada pelo grupo pró-iraniano *Jihad Islami* (Guerra Santa Islâmica).

mísseis —, e de violentos combates terrestres e aéreos.

Um milhão e meio de vítimas

A guerra do Golfo Pérsico, que já dura há quase cinco anos, é o conflito mais cruel desde a Segunda Guerra Mundial. De acordo com números fornecidos pela conferência internacional sobre os efeitos da guerra, realizada em Bagdade em Julho de 1984, ela já custou um milhão e meio de vítimas, entre elas 600 mil mortos, um terço das quais são iraquianos e os dois terços restantes iranianos. Em termos econômicos, o conflito custa, diariamente, 700 milhões de dólares ao Iraque e 350 milhões ao Irão. Esta guerra de posições e desgaste chegou a atingir um custo estimado, no final de 1982, de 100 mil milhões de dólares, de acordo com cálculos publicados pela *Military Balance*, publicação anual do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, em Londres.

Sem dúvida, este é também um dos conflitos mais incompreensíveis travado entre dois países do Terceiro Mundo que, apesar de antigas rivalidades, têm em comum países inimigos, a religião, e o problema do subde-

envolvimento.

Observadores imparciais da problemática do Médio Oriente reconhecem que o balanço da guerra serve apenas os interesses de Israel. Irão e Iraque são dois poderosos rivais do regime sionista que há cinco anos se neutralizam mutuamente. Para os Estados Unidos, a guerra alimenta as suas pretensões hegemônicas na região, ao debilitar as forças armadas e as economias mais importantes da Ásia Menor. A região foi oficialmente declarada "zona vital para a segurança dos Estados Unidos", razão pela qual o Pentágono criou uma força militar de intervenção rápida, pronta a actuar em qualquer emergência.

Sem perspectivas de solução

Iniciada a 22 de Setembro de 1980, quando as divisões iraquianas cruzaram a fronteira do rio Shatt al-Arab como represália pelos ataques iranianos do dia 4 do mesmo mês às cidades de Mandali, Zurbatiya e Janaquín, e pela decisão do Irão de paralisar o tráfico marítimo internacional através do estratégico estreito de Ormuz, a guerra do Golfo Pérsico não parece ter perspectivas de solução imediata.



Saddam Hussein recebe um apoio internacional cada vez maior

Até ao momento, de nada serviram os esforços da comunidade internacional. As advertências dos países Não-Alinhados, as tentativas de mediação das Nações Unidas e da Conferência Islâmica, as exortações ao cessar-fogo por parte do Conselho de Segurança e da Liga Árabe ainda não obtiveram resultados positivos.

"A guerra é uma bênção para o mundo, para todas as nações. É Deus que incita os homens a combater e a matar". Esta recente declaração do aiatollah Komeini não alimenta grandes expectativas de que as partes possam sentar-se à mesa de negociações para resolver o conflito por via pacífica. A proposta iraniana — que condiciona o cessar-fogo à queda do presidente Saddam Hussein e do seu partido *Baas*, qualificados de "satânicos" e "ateus" pelos *mullahs* iranianos — também não ajuda nesse sentido.

A intransigência iraniana encontra a sua maior expressão no seu líder espiritual de 20 anos, foi determinante para que a guerra ainda não tenha terminado. Tudo parece indicar que nada mudará na frente de combate nem no campo diplomático até que Komeini desapareça do cenário político e o pedido da revolução islâmica possa modificar-se no Irão, país que enfrenta hoje um desafio ainda maior do que o sangrento conflito fronteiriço. A "guerra santa" fomentada pela autoridade do clero, que se fortaleceu depois da queda de Reza Pahlavi em 1979, não resolveu os graves problemas sócio-económicos do país. Os milhares de jovens que partem diariamente para a frente de combate cheios de fervor religioso provêm dos sectores mais pobres da sociedade. Para eles, a revolução islâmica não ofereceu outra coisa senão a confiança na vitória final sobre o Iraque, enquanto as regiões subdesenvolvidas do país con-

nuam à espera de um impulso do progresso, ao mesmo tempo que os interesses dos sectores sociais mais ricos, localizados sobretudo no norte do país, permanecem intactos.

Lochon Gamma Liaison

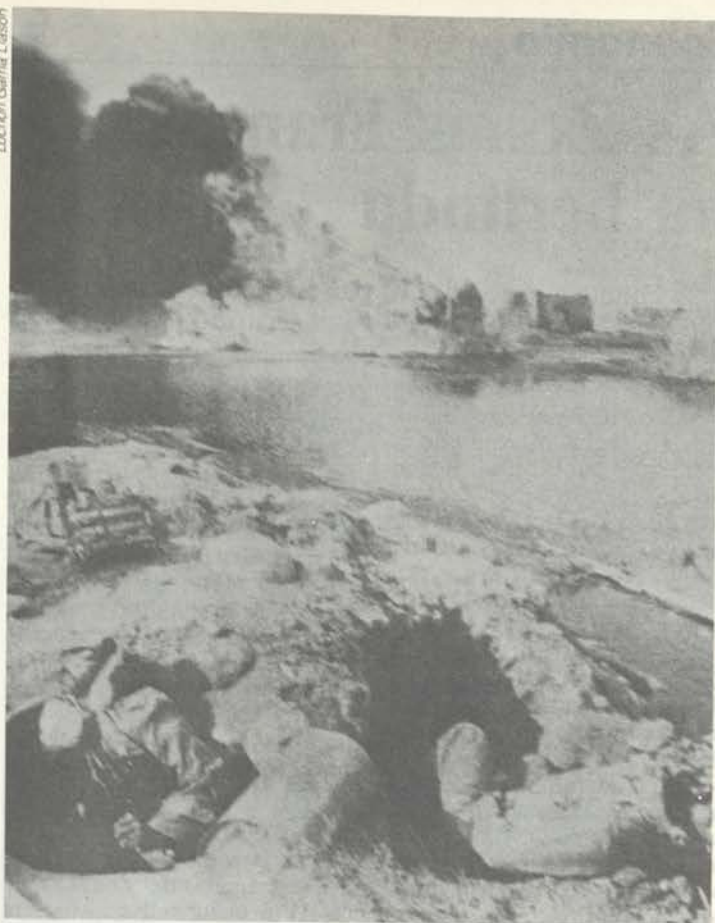
Corrida contra o tempo

A ofensiva iraniana de Março, na qual Teerão decidiu mobilizar o máximo dos seus recursos bélicos, parece indicar que os dirigentes do Irão sentem que o tempo trabalha contra eles. Em primeiro lugar, porque o desenvolvimento de novas instalações alternativas permitiu ao Iraque depender menos das rotas de fornecimento de petróleo do Golfo Árabe e, em consequência, tornar-se menos vulnerável aos ataques dos mísseis terra-terra iranianos contra as suas instalações petrolíferas. Em segundo lugar, o prolongamento da guerra estaria a produzir descontentamento em sectores cada vez mais numerosos da população iraniana, particularmente depois do recrutamento de adolescentes e crianças para a frente de guerra. Por último, o isolamento do Irão no mundo islâmico e a nível internacional, em evidente contraste com o apoio sempre crescente recebido pelo Iraque, não deixaria de ser um elemento que os líderes de Teerão têm em conta.

O apoio ao Iraque no mundo árabe

Nesse sentido, a presença recente em Bagdade do presidente egípcio Hosni Mubarak e do rei Hussein da Jordânia foram uma importante ratificação do apoio de ambos os países ao presidente Saddam Hussein. Em Bagdade realizou-se também a última reunião do Comité Executivo da OLP e do Al-Fattah, e Yasser Arafat manteve contactos com os mais altos dirigentes do governo e do partido.

O governo de Bagdade afirmou que se recusa a "terminar



A frente de batalha sobre o Tigre: apenas morte e destruição

parcialmente com a guerra". O fim dos ataques aéreos acontecerá — afirmou Saddam Hussein a Mubarak — quando o Irão manifestar intenções de caminhar para uma solução diplomática do conflito.

Receosos de que a intensificação da guerra numa região tão tensa e crítica possa conduzir a uma catástrofe, os restantes países árabes reiteraram uma exortação para que se ponha fim ao conflito. No decorrer da 83ª sessão do Conselho da Liga Árabe, realizada em Tunis nos finais de Março, os ministros árabes dos Negócios Estrangeiros salientaram a resposta positiva do Iraque a todos os esforços de mediação para restabelecer a paz

e conter os prejuízos que ameaçam minar a segurança e a estabilidade da região.

O presidente da reunião, Rashid Abdullah, representante dos Emirados Árabes Unidos, expressou a sua esperança numa resposta positiva do Irão aos esforços de mediação para pôr fim à guerra. Relativamente à escalada das hostilidades, Abdullah reconheceu o direito do Iraque de defender os seus territórios. Uma afirmação similar havia sido comunicada pelo Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (CCASG) na reunião que manteve em Riad, ao declarar a sua total solidariedade ao Iraque. (Eduardo Varela)

Economia

As Zonas Francas na berlinda

A sua contribuição para os países em desenvolvimento tem sido "decepcionante", diz um relatório da UNCTAD

Até há pouco, as Zonas Francas eram vistas como um expediente fácil e útil para a industrialização do Terceiro Mundo. Hoje, o encanto desses "enclaves comerciais" começa a diminuir perante as dúvidas crescentes quanto aos benefícios que realmente trazem aos países em desenvolvimento.

Áfirmam os críticos que as Zonas Francas não contribuem significativamente para aumentar a receita de divisas, transferir tecnologia ou para desenvolver o parque industrial dos países onde estão instaladas. Um recente estudo da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento) veio confirmar tais suspeitas. O relatório diz que a contribuição das Zonas Francas é "decepcionante" em comparação com o que delas se esperava inicialmente.

Esperança frustrada

As Zonas Francas são um fenómeno relativamente novo. A primeira a ser implantada num país em desenvolvimento foi em Kandla, na Índia, em 1965. Em 1980, cerca de 55 outras funcionavam em 30 países em desenvolvimento. Vinte situavam-se na Ásia, outras 20 na América Latina e Carafbas, enquanto a África e o Médio Oriente contavam com seis cada.

A proliferação de Zonas Francas no Terceiro Mundo continua até hoje. Em 1980, 33 ZF esta-

vam a ser planeadas ou desenvolvidas em cerca de 20 países.

Uma Zona Franca é uma área industrial fechada, destinada a processar mercadorias para exportação, dentro da qual existem fábricas isentas de tarifas de importação sobre matérias-primas e componentes utilizados na produção de bens de exportação. As firmas aí instaladas desfrutam ainda de consideráveis incentivos, como isenções de impostos e acesso a crédito barato, além de processos de importação e exportação bastante simplificados.

Tais privilégios são concedidos às empresas nas Zonas Francas — a maioria das quais são estrangeiras — na esperança de

que atraiam capital e tecnologia avançada e gerem empregos em divisas em benefício do país de onde estão instaladas. Esta esperança, porém, tem sido parcialmente frustrada, motivo pelo qual a UNCTAD qualifica a contribuição das Zonas Francas como "decepcionante" o desempenho das ZF.

Efeitos mínimos

Em primeiro lugar, há pouca transferência real de tecnologia por parte das empresas estrangeiras para os trabalhadores e profissionais locais. Grande parte do trabalho realizado nas Zonas Francas é do tipo de montagem ou actividades simples de processamento que exigem pouca mão-de-obra qualificada. As matérias-primas e os componentes são transportados pelas empresas das matrizes nos países industrializados. Depois de processados e montados, os produtos são transportados de volta à matriz para uma subsidiária desta no exterior.

Qualquer processo de produção tecnicamente sofisticado



As Zonas Francas (na foto, produtos de Manaus, Brasil) segundo o relatório da UNCTAD, têm um desempenho económico "decepcionante"

realizado pela matriz num país desenvolvido. Pesquisa e desenvolvimento são também atribuições da matriz, e até mesmo a comercialização e a distribuição dos produtos são por ela controladas. Assim, a empresa na Zona Franca do país em desenvolvimento não tem qualquer controlo directo sobre a verdadeira tecnologia, a pesquisa e o desenvolvimento, nem sobre o acesso aos mercados de exportação.

Esta situação ocorre até mesmo quando a empresa é uma *joint venture* entre uma transnacional e uma firma local, já que a empresa estrangeira é quem decide quanto às actividades principais do projecto.

Em segundo lugar, o vínculo entre as Zonas Francas e a economia nacional é mínimo. A maioria das empresas das Zonas Francas importa os seus suprimentos das matrizes ou subsidiárias no exterior. Por isso, é mínima a ligação com as indústrias locais fornecedoras de elementos necessários à produção, a não ser no caso de serviços básicos como o abastecimento de água ou de electricidade.

Em terceiro lugar, embora as Zonas Francas criem empregos, não chegam a minorar de modo significativo o problema do desemprego local, nem a desenvolver especializações profissionais no país onde estão instaladas.

Afirma o estudo da UNCTAD que o total de empregos, em todas as Zonas Francas dos países em desenvolvimento, equivale a pouco menos de um milhão de pessoas, ou 2,6% da força de trabalho industrial desses países. As empresas empregam mão-de-obra de baixa qualificação em operações manuais simples, que podem ser aprendidas e dominadas após breves períodos de aprendizagem. Os seus efeitos sobre a melhoria da qualificação da força de trabalho têm, portanto, sido mínimos", diz a UNCTAD.



Esses enclaves económicos (Hong Kong, na foto) deveriam aumentar a entrada de divisas e as oportunidades de emprego nos países onde se encontram

Normalmente, as empresas instaladas nas Zonas Francas oferecem poucos cargos superiores de administração ao pessoal local. Grande parte dessas funções, como as de comercialização e planeamento de produção, são desempenhadas no exterior pela matriz. Via de regra, os cargos principais de director-geral e tesoureiro são preenchidos mediante a transferência de pessoal da matriz, sobrando para o pessoal local os cargos intermédios e de engenharia.

Afluxo de divisas

O estudo conclui que o principal benefício das Zonas Fran-

cas para os países em desenvolvimento acaba por ser o afluxo de divisas, sob a forma de receita de exportação e capital de investimento. Contudo, até mesmo neste particular o resultado é desanimador. A parcela da receita de exportação das empresas das ZF retida pelo país que as recebe é quase sempre inferior a 25%, podendo atingir números bem menores em determinados casos.

A maior parte do valor acrescentado localmente é representado pelos salários pagos aos trabalhadores das Zonas Francas. Esses salários, mais algumas despesas adicionais com serviços lo-

cais, constituem a receita líquida em divisas geradas pelas Zonas Francas para os países onde estão instaladas. O restante da receita de exportação destina-se ao pagamento de consumos importados e à distribuição de grandes lucros aos investidores estrangeiros. A maioria desses lucros é repatriada, e não reinvestida no país onde se localiza a Zona Franca. Além disso, a receita líquida em divisas gerada pelas ZF pode ainda ser menor, condicionada que está aos recursos locais que têm que ser utilizados para que se tornem operacionais.

Os governos dos países onde se situam as Zonas Francas são obrigados a gastar grandes quantias para construir o parque industrial e promover a imagem da indústria do país no exterior; além disso, perdem parte da receita que normalmente obteriam em virtude dos subsídios e incentivos concedidos às empresas das ZF.

O relatório da UNCTAD conclui que as Zonas Francas não constituem uma solução positiva ou importante para o desenvolvimento. "O treino de mão-de-obra qualificada é muito limitado e restringe-se às necessidades do trabalho específico em questão, que geralmente envolve um processamento apenas parcial de mercadorias", diz o relatório. "Portanto, as ZF não criam uma força de trabalho qualificada que, ao deixar a ZF, possa ser usada no sector industrial local. A característica de enclave das Zonas Francas e as diferenças entre os processos de produção das mesmas e os dos sectores locais limitam também, e muito significativamente, o desenvolvimento da aprendizagem e o efeito de demonstração nas economias onde elas operam".

A partir desta análise, a UNCTAD aconselha os governos dos países em desenvolvimento a definirem claramente o papel a ser

desempenhado pelas Zonas Francas na industrialização das economias.

As ZF deveriam constituir meios de aumentar a receita em divisas e as oportunidades de emprego. Mas não se pode esperar que elas aumentem sensivelmente a qualificação da mão-de-obra local, a transferência de tecnologia ou os vínculos com os sectores da economia interna do país.

O relatório da UNCTAD acrescenta que as Zonas Francas deveriam ser projectadas unicamente como um componente da industrialização de um país, e que este não deve tornar-se demasiado dependente das mesmas. Pelo contrário: deve dar mais atenção a outros aspectos da industrialização, especialmente aqueles que promovem industriais e aperfeiçoam a capacidade tecnológica local. (Khor Peng)

cadernos do
terceiro mundo

Novos Preços

Portugal

anual (12 números) 8500
semestral (6 números) 5000

Espanha (12 números) 9000

Estrangeiro — Anual (12 números)
por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA

Restantes Países 28 dólares USA

NICARÁGUA: o grande desafio

**Jaime Wheelock Román
Tomás Borge**



«O porfiado ritual de morte teve na Nicarágua três celebrantes fundamentais: os terremotos, a dinastia Somoza e o poderoso vizinho do Norte, embora tenhamos de admitir que os dois últimos foram mais devastadores do que os sismos.»

Mario Benedetti

«Para nós só há uma solução possível: defendermo-nos. Defendermo-nos das espingardas criminosas e dos teletipos mentirosos e criminosos. Vamos defender a paz e a busca da paz.»

Tomás Borge

**FAÇA Vol.1
VOCÊ MESMO**



FAÇA VOCÊ MESMO - I
Como reparar deficiências em sua casa, na alvenaria, telhados, carpintaria.

**FAÇA Vol.2
VOCÊ MESMO**



FAÇA VOCÊ MESMO - II
Como reparar canalizações, avarias eléctricas, pintar, colar vidros.

**FAÇA Vol.3
VOCÊ MESMO**



FAÇA VOCÊ MESMO - III
Como fazer isolamentos, resolver problemas de refrigeração ou revestir móveis ou paredes.



111 RECEITAS DE COZINHA INDIANA
Toda a riqueza, sofisticação, diversidade e sabor de uma das mais sofisticadas cozinhas do mundo.



VOCÊ QUE SABE PREGAR UM PREGO(?!)...

... sabe afinar a sua moto, cozinhar comida indiana ou fazer amor com a simples pressão dum dedo? Poderão parecer-lhe coisas demasiado diferentes... e talvez não saiba mesmo como fazê-las... Emprego, estudo, política, televisão e problemas não é tudo o que deve esperar da vida.

Para realmente viver a dois, em família, sozinho ou com os amigos, em casa ou em férias, é preciso ter arte. Aquela arte que faz a vida merecedora de ser vivida. Essa, como todas as artes, aprende-se... Por isso editamos as colecções «Arte de Viver» e «Em 10 Lições».

Livros sobre Carpintaria ou Electricidade, Culinária, Computadores, Dieta, Educação sexual... e tudo o mais que tornará a sua vida mais rica e mais fácil.

Aproveite as Férias... comece já.

Queiram enviar-me, contra reembolso, os livros assinalados com um

Os preços são acrescidos de despesas de envio

- | | |
|---|-------|
| <input type="checkbox"/> Faça Você Mesmo - I | 595\$ |
| <input type="checkbox"/> Faça Você Mesmo - II | 595\$ |
| <input type="checkbox"/> Faça Você Mesmo - III | 595\$ |
| <input type="checkbox"/> A Moto em 10 Lições | 630\$ |
| <input type="checkbox"/> Congelação e os Congelados em 10 Lições | 650\$ |
| <input type="checkbox"/> 111 Receitas de Cozinha Indiana | 560\$ |
| <input type="checkbox"/> Como Fazer Amor com a Simples Pressão Dum Dedo | 650\$ |
| <input type="checkbox"/> Guia Prático da Sorte | 690\$ |
| <input type="checkbox"/> Aplicações Domésticas no Seu Micro-computador | 750\$ |
| <input type="checkbox"/> Programação Prática em Linguagem Máquina para o Spectrum | 575\$ |

Nome: _____
Morada: _____
Profissão: _____ Telefone: _____
C. Postal: _____ Localidade: _____

PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA
Apartado 8 - 2726 MEM MARTINS CODEX



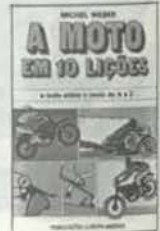
COMO FAZER AMOR COM A SIMPLER PRESSÃO DUM DEDO
Um manual de Digtupuntura aplicado à estimulação sexual. Os segredos sexuais do Taoísmo.



GUIA PRÁTICO DA SORTE
Amor, jogo, dinheiro, saúde.



A CONGELACÃO E OS CONGELADOS EM 10 LIÇÕES
Como preparar, congelar, descongela e cozinhar congelados. Cuidados sanitários.



A MOTO EM 10 LIÇÕES
Como fazer a rodagem, conduzir na cidade e na estrada, conservar, reparar motos de 2 e 4 tempos.

Livros do 3.º Mundo

REFLEXIONES SOBRE POLÍTICA ECONOMICA – Apuntes desde la prisión
Raúl Sendic. Ed. Tierra del Fuego, México, 1984. 127pp.



“Por la tierra y con Sendic”, foi o lema dos trabalhadores canavieiros do norte uruguaio da ATAA (União dos Trabalhadores Açucareiros de Artigas), quando chegaram a Montevideo depois de atravessar a pé todo o país reivindicando uma justiça, um tratamento humano e uma dignidade mínima de vida que a Constituição do Uruguai consagra mas que eles nunca conseguiram.

Fundador do MLN (Movimento de Libertação Nacional) — cujos militantes ficaram conhecidos como tupamaros, nome que foi muitas vezes manipulado pelas agências noticiosas como o de um personagem lendário. Hoje, com todos os pormenores e elementos novos que a dinâmica realidade uruguaia foi trazendo, as acções e os comunicados daquele Movimento podem ser avaliados sob outra luz comunitária, julgados com outro critério histórico. No entanto, seria uma atitude hipócrita, ou pelo menos pouco cuidadosa, não reconhecer que nos anos 60 e

no início dos 70, Sendic e seus tupamaros comoveram profundamente o quadro político e social do país, chegando a colocar sobre a cena alguns temas candentes e reveladores. Depois, vieram a derrota, a prisão, a tortura, o desmembramento, o isolamento e os anos de solidão.

Parece evidente que em 12 anos de solidão, separado do mundo apesar de seu, Sendic não esteve sozinho: este trabalho é uma surpreendente e bem-vinda prova de que a realidade o acompanhou, alimentou e manteve com ele um diálogo fecundo. (Mario Benedetti)

Além do prólogo de Benedetti, acompanham também quatro ensaios sobre o texto de Sendic, escritos por David Barkin, Ruy Mauro Marini, Alberto Spagnolo e Pedro Vuskovic.

CRISIS: FMI Y NEOLIBERALISMO
Rafael Urriola. Centro de Planificación y Estudios Sociales (CEPLAES), Quito, Ecuador, 1984. 80pp.

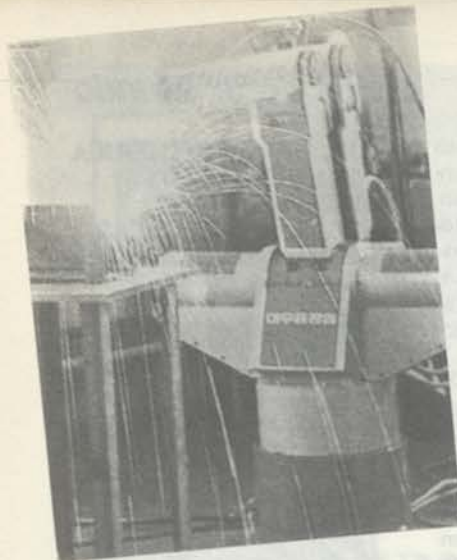
Este estudo realça as origens da crise e a responsabilidade prioritária que nela cabe às transnacionais e às estratégias económicas dos países desenvolvidos. Certamente, os efeitos dessa estratégia sobre as regiões mais pobres do planeta e, em particular, na América Latina, ocupam um lugar privilegiado do estudo. A actual situação da região e a viabilidade de uma estratégia de política económica poderosa, sem dúvida, ser analisadas com maior exactidão se levarmos em consideração as complexas inter-relações que a economia mundial apresenta e que se explicitam neste trabalho.

A CONQUISTA DA AMÉRICA LATINA VISTA PELOS ÍNDIOS – RELATOS ASTECAS, MAIAS E INCAS
Miguel León-Portilla. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1984. 143pp.



O livro tem por finalidade trazer a público o testemunho dos sobreviventes das três grandes civilizações pré-hispânicas — asteca, maia e guéchuca (inca) — sobre a conquista espanhola em terras americanas. Reúne e comenta vários relatos indígenas sobre o que foi o violento choque de culturas então ocasionado. É a história escrita pelos vencidos, os que só tiveram que se resignar no meio da desgraça: “Mortos os deuses, perdidos o governo e o mando, a fama e a glória, a experiência da conquista significou mais do que tragédia: ficou cravada na alma e a sua lembrança passou a ser um trauma”.

Miguel León-Portilla foi director do Instituto Indigenista Interamericano e do Instituto de História da Universidade do México. Os seus estudos sobre a cultura náhuatl colocam-no entre os antropólogos de maior prestígio no México e fizeram o seu nome familiar no estrangeiro. É também membro da Academia Mexicana de Línguas.



Documento

Desenvolvimento e dependência

As contradições do processo de industrialização numa conjuntura internacional crítica

Muto Ichiyo*

Um traço marcante da actual crise do capitalismo é o de, contrariamente ao que aconteceu durante a Grande Depressão de 1929, não ter provocado a estagnação financeira da totalidade dos países do Terceiro Mundo. Os chamados NIC (*Newly Industrialized Countries*, Países Recém-Industrializados) continuaram a crescer em termos de Produto Nacional Bruto (PNB), gerando contradições peculiares no crescimento em tempo de crise. No período de 1970-77, a taxa de crescimento anual dos 11 NIC do mundo variou entre 17% na Coreia do Sul e 6,2% no México. Na Ásia, os NIC, assim definidos pelas Nações Unidas, apesar de irregularidades e de altos e baixos, continuaram, de um modo geral, a registar um crescimento relativamente alto do PNB durante os últimos dez anos de crise. No período 1971-80, a taxa média de crescimento dos países da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) foi de 6%, quando a dos EUA não passou

de 2,9% e a do Japão ficou em 4,5%.

Os investimentos norte-americanos no exterior aumentaram nos anos de crise, provocando a exaustão de recursos nos EUA. Caso idêntico ocorreu no Japão durante o mesmo período. Esta dependência, iniciada antes da crise do petróleo de 1973, prolongou-se pelo período da crise económica. De 1966 a 77, os investimentos directos dos EUA em outros países capitalistas avançados aumentaram 2,6 vezes, ao passo que os investimentos na Coreia do Sul cresceram 12 vezes, em Singapura 9 e em Hong-Kong e Formosa 4 vezes. No caso do Japão, os investimentos directos no exterior aumentaram 4,5 vezes em relação a 1972, atingindo 53 milhões de dólares em 1983. O total de investimentos anuais no exterior tem também aumentado automaticamente neste período. Embora actualmente os investimentos japoneses se dirijam cada vez mais para os EUA e Europa a fim de substituir exportações, ainda assim apresentam a impressionante característica de 58,2% deles estarem no Terceiro Mundo — metade desse total na Ásia —, em contraste com os 34,7% dos EUA e os 17,6% da manha Federal.



O incremento de capitais japoneses no Terceiro Mundo foi promovido de forma deliberada

Expansão deliberada de capitais

Em 1979, os Estados Unidos absorveram 40% das exportações de manufacturados dos NIC. No caso japonês, a expansão de capitais nos países do Terceiro Mundo foi promovida deliberadamente.

* Sociólogo do *Pacific Asia Resource* de Tóquio. Este artigo é um resumo do trabalho apresentado pelo autor no seminário sobre "Desenvolvimento e crise no Terceiro Mundo", realizado em Penang (Malásia, Novembro de 1984), com o apoio da *Consumers' Association of Penang*.

como parte do seu programa governamental e empresarial, de reorganização da estrutura industrial. A finalidade é concentrar no Japão indústrias de uso intensivo de *know-how* e tecnologia, e transferir para o exterior as actividades vulneráveis a crises, com uso intensivo de mão-de-obra "suja", onde o valor acrescentado é pequeno.

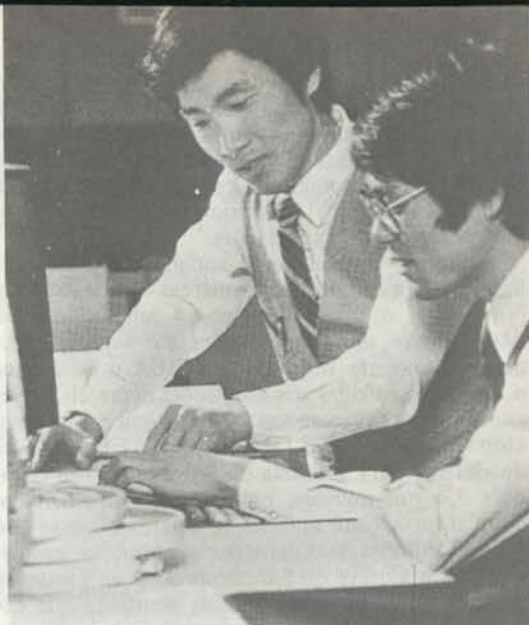
Esta estratégia tem múltiplas implicações. O Japão deseja adquirir as matérias-primas na Ásia e investe com essa finalidade. O desenvolvimento da produção de gás na Indonésia é um caso típico. Além disso, o Japão tem vindo a estabelecer a sua base externa para suprimento das matérias-primas industriais de que necessita. O projecto de alumínio de Asahan (Indonésia), bem como um outro semelhante no Brasil, devem dirigir-se principalmente para o consumo de alumínio no Japão, numa época em que a produção japonesa deste metal deixou de ser lucrativa devido ao alto custo da electricidade local.

Em terceiro lugar, a indústria japonesa, operando através de *joint ventures* nos NIC da Ásia, utiliza-os como base produtiva de exportações de manufacturados para os EUA e Europa. Ao contrário dos Estados Unidos, o Japão compra apenas 9% dos produtos manufacturados pelos NIC, o que indica que estes são usados para promover as exportações das empresas japonesas para outros países industrialmente avançados. Há também investimentos importantes nos mercados locais. Por exemplo, a indústria siderúrgica japonesa tem vindo a promover a exportação de siderurgias como forma de lucrar com o licenciamento e assim compensar o baixo preço dos seus produtos.

Neste contexto, a industrialização de uma série de países do Terceiro Mundo tem progredido exactamente em virtude das dificuldades de acumulação nos países de origem das transnacionais.

Na região do Pacífico asiático, um vínculo económico triangular entre os EUA, o Japão e os países recém-industrializados da Ásia (inclusive todos os países da ASEAN) deu lugar a um rápido desenvolvimento capitalista em toda a região através da industrialização. Uma vez iniciado, este processo ganha força, atraindo maiores volumes de capitais de todas as fontes. Além disso, a China aderiu ao triângulo como membro associado. Exactamente em virtude da sua grande heterogeneidade, esta região oferece novas oportunidades de desenvolvimento e surge como a mais promissora fronteira para a acumulação mundial de capitais. Assim, a era da bacia do Pacífico foi declarada inaugurada pelos EUA. O comércio entre o Pacífico e os Estados Unidos ultrapassou em 16 mil milhões de dólares o comércio entre os EUA e a Europa em 1981.

Este processo tem características peculiares, resultantes do facto de o desenvolvimento ocorrer



A indústria japonesa usa os NIC como base para a exportação de produtos manufacturados

em circunstâncias de crise capitalista e no contexto do Terceiro Mundo. Entre as características comuns à maioria dos NIC asiáticos estão: 1) uma economia interna quase completamente determinada por factores externos; 2) regimes autoritários; 3) a superexploração e negação dos direitos dos trabalhadores e o empobrecimento da população do campo; 4) uma acumulação local de capitais em moldes determinados pela estrutura geral de dependência.

O caso da Coreia do Sul

A política principal do governo da Coreia do Sul, desde a época de Park Chung Hee, tem sido a da industrialização voltada para as exportações. Como consequência desta política, a industrialização tem sido promovida graças à aplicação de dinheiro estrangeiro, e o PNB tem crescido graças ao rápido aumento das exportações. De certa forma, esta política tem sido bem-sucedida, no sentido em que aumentou a participação das indústrias pesadas e químicas na economia sul-coreana, e aumentou a participação de produtos da indústria pesada nas exportações.

Este modelo de desenvolvimento, porém, tornou a Coreia do Sul extremamente dependente do mercado externo: a participação das exportações no PNB sul-coreano tem permanecido constantemente acima dos 30%. As exportações do país são predominantemente destinadas aos Estados Unidos e ao Japão (51,4% em 1981) e, assim, sujeitas às condições e políticas económicas dos seus dois principais parceiros comerciais. Há anos que as

exportações têm mantido uma alta taxa de crescimento (30% em 1977 e 28% em 1978), mas, ainda assim, a Coreia do Sul tem sofrido défices crónicos na balança comercial, pois as importações de equipamentos e matérias-primas crescem mais rapidamente que as exportações.

A Coreia do Sul perde anualmente 2 mil milhões de dólares no seu comércio com o exterior (em 1979, o défice atingiu 4,4 mil milhões de dólares). As suas importações são também predominantemente oriundas dos EUA e do Japão, e as perdas sofridas nas transações comerciais com os nipónicos representam 70% do total acima mencionado. Em 1983, o Japão exportou 6 mil milhões de dólares para a Coreia do Sul e importou desse país 3,4 mil milhões, obtendo um superavit comercial de 2,6 mil milhões de dólares. Note-se que 4,7 mil milhões de dólares das exportações japonesas para a Coreia do Sul compreendiam produtos químicos e de indústria pesada, montante que excedia em muito as exportações totais da Coreia do Sul para o Japão naquele ano. Quanto mais a Coreia do Sul se industrializa a fim de exportar, mais o Japão regista superavits comerciais com este país, fornecendo-lhe maior quantidade de bens industriais.



O tipo de industrialização da Coreia do Sul aumenta a sua dívida externa

Para compensar as suas perdas comerciais com o Japão, a Coreia do Sul promove campanhas de exportação para os EUA, os quais reagem criando barreiras comerciais e forçando os sul-coreanos a comprar mais produtos agrícolas. Isto torna a Coreia do Sul dependente dos alimentos que recebe dos EUA e simultaneamente debilita a agricultura do país.

92 - terceiro mundo

Desenvolver para exportar mais

O desenvolvimento industrial para a promoção de exportações foi feito com empréstimos e investimentos estrangeiros. Dos investimentos realizados em 1980, a reserva interna contribuiu com 68,4% e o capital estrangeiro com 31,6%. Note-se que, até 1962, a ajuda norte-americana costumava contribuir com 80% da formação de capital fixo. Esta proporção, porém, diminuiu gradualmente para 47,7% em 1962-66, 39,8% em 1967-71 e 20,9% em 1971-76. Mas recentemente esta tendência alterou-se. Também neste aspecto há um predomínio absoluto dos Estados Unidos e do Japão.

Dos empréstimos que entraram na Coreia do Sul a partir de 1959, num total de 31 mil milhões de dólares, 31% vieram dos EUA e 15% do Japão. Se acrescentarmos os provenientes do Banco Mundial e do FMI, os empréstimos dos EUA e das fontes por ele dominadas representam mais de metade do total recebido pela Coreia do Sul. Em termos de investimentos directos, o Japão encabeça a lista com 51,2% do total de investimentos estrangeiros, seguido pelos Estados Unidos com 24,4%. O Japão controla 616 das 835 empresas sul-coreanas de capital estrangeiro. O capital norte-americano foi empregue principalmente em indústrias de petróleo, automóveis, electricidade e fertilizantes, ao passo que o capital japonês encontra-se em indústrias de electricidade, têxteis e de confecções, todas elas áreas de exportação altamente competitivas com a indústria sul-coreana. O elevado lucro destes investimentos foi abertamente confessado por um funcionário do Departamento de Estado norte-americano. Segundo ele, a Coreia do Sul estava a dar o mais alto lucro/retorno do mundo para investimentos norte-americanos: 50% ao ano.

É claro que este tipo de industrialização tende a aumentar a dívida externa do país. Contudo, o aumento da dívida é contrabalançado por um aumento das exportações e da taxa do PNB, a situação é controlável. Não foi isso, porém, o que aconteceu com a Coreia do Sul.

A dívida externa sul-coreana passou de 8,5 mil milhões de dólares em 1975, para 20 mil milhões em 1979, mais de 30 mil milhões em 1981 e ultrapassou os 40 mil milhões de dólares em 1983. A relação dívida externa/PNB cresceu de 30,3% em 1978, para 56,4% em 1982. Incluindo-se os empréstimos a curto prazo, a dívida total sul-coreana montava a 44,2 mil milhões de dólares em 1982, representando 67% do PNB e o dobro do valor total das exportações do ano anterior. Em 1984 a dívida já correspondia a mil dólares por capita.

A situação tem-se agravado em virtude das perdas crónicas sofridas. Consequentemente, a Coreia



As empresas exportadoras são subsidiadas pelo governo

do Sul tem que receber cada vez mais empréstimos para pagar o serviço da dívida, tornando-se o quarto maior devedor do mundo, depois do México, do Brasil e da Argentina.

Foi através deste mecanismo de dependência que a Coreia do Sul conseguiu realizar o seu supercrescimento (o PNB do país cresceu 147,9 vezes entre 1960 e 1980).

A concentração do poder económico

Este processo levou à formação de monopólios locais. Em 1982, as 30 maiores empresas sul-coreanas eram responsáveis por 60% do PNB do país. Só as vendas do grupo *Samsung* equivaliam a 7,8% do PNB ou 5,1% do orçamento nacional sul-coreano. São elas o principal esteio da indústria de exportação da Coreia do Sul. As grandes empresas de exportação foram subsidiadas pelo governo sob a forma de taxas de juro preferenciais sobre os empréstimos. Em 1970, a taxa de juro para as indústrias de exportação era de 3,5% para uma taxa de juro geral de 26%. Embora esta diferença diminuisse mais tarde, estas indústrias continuaram a beneficiar de uma taxa de juro preferencial de 12% contra 17% para as indústrias comuns em 1982.

Graças a este e a outros incentivos governamentais, as principais indústrias da Coreia do Sul, como a siderúrgica e a da construção naval (e, dentro em breve, a automobilística), conseguiram penetrar agressivamente no mercado mundial, criando crescentes conflitos com os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). Por um lado, a Coreia do Sul tem que aumentar as suas exportações à razão de mais de 20% ao ano, caso contrário entrará em colapso. Por outro lado, este tipo de supercrescimento na área da exportação é política e economicamente impossível. O dilema sul-coreano mostra para onde conduz o crescimento à base da industrialização voltada unicamente para a exportação.



O estádio (em construção) onde se realizarão os próximos Jogos Olímpicos de Seul

Superexploração dos trabalhadores

Este modelo de desenvolvimento, perpetuando a dependência e gerando o capitalismo monopolista dentro do país, baseia-se na superexploração dos trabalhadores sul-coreanos sob um controlo estatal extremamente rígido. No país onde serão realizados os próximos Jogos Olímpicos, os trabalhadores estão sujeitos a condições duríssimas. O salário médio do trabalhador sul-coreano corresponde apenas a 27% do salário médio nos EUA. As mulheres — que representam cerca de 40% da força de trabalho — recebem 45,3% do salário dos homens. Um estudo realizado pela Federação dos Sindicatos Sul-Coreanos em 1982 revelou que as operárias recebem um salário de cerca de 100 mil *won* (equivalente a 130 dólares), sendo que 21% delas recebem de 60 a 70 mil *won* por mês. Números que incluem o pagamento de horas extraordinárias.

Em 1983, 199 empresas industriais e comerciais registadas na bolsa sul-coreana aumentaram os seus lucros líquidos em 58% em comparação com o ano anterior, enquanto a produtividade da mão-de-obra tinha aumentado 13,2%. No entanto, o salário médio dos trabalhadores cresceu apenas 6,84%, incluindo horas extraordinárias.

O número destas horas é extremamente elevado e continua a aumentar. Em 1982, a semana média do trabalhador sul-coreano era de 58 horas (9,3



A inexistência de um movimento sindical, por expressa proibição do governo repressivo, conduz à superexploração dos trabalhadores



horas por dia), em comparação com 51,6 horas em 1980 e 53,7 horas em 1981. Em 1983, o total anual de horas de trabalho na Coreia do Sul aumentou para 2.713. Citando estes números, um grupo cristão sul-coreano afirmou que os trabalhadores deste país são forçados a trabalhar, por ano, 100 dias de oito horas a mais que os trabalhadores norte-americanos.¹

O cerne principal deste sofrimento dos trabalhadores sul-coreanos reside na política opressora do governo e na inexistência de um movimento sindical. Em 1981, o governo impôs uma nova legislação laboral que proibia a "intervenção" nestes assuntos por parte de "terceiros" (os trabalhadores

¹O baixo salário força os trabalhadores a fazer mais horas extraordinárias, e a proibição da actividade sindical priva-os dos meios de manifestarem o seu protesto. Aproveitando-se desta situação, as empresas obrigam os seus empregados a trabalhar 12 e, às vezes, 18 horas por dia. O estudo acima mencionado cita casos de empresas que fecharam os portões forçando as operárias a trabalharem durante toda a noite, fazendo com que estas se levantassem, de tempos a tempos, para cantar a fim de evitar o sono.

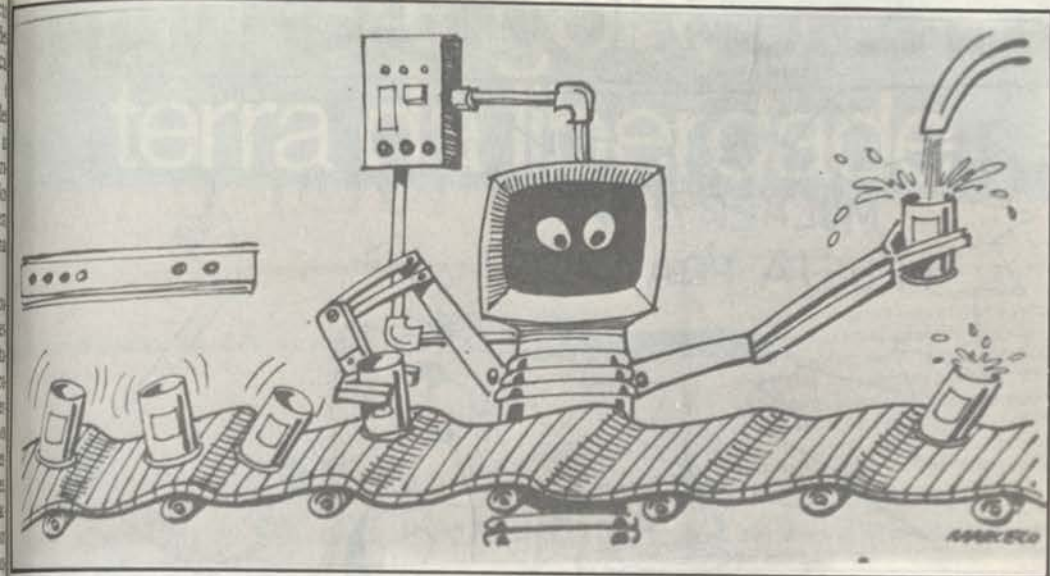
de uma fábrica não podem entrar em contacto com os de outra para coordenação de actividades sindicais), e assim pôs fim ao movimento sindical democrático. Centenas de dirigentes sindicais e activistas religiosos foram detidos, e muitos deles colocados em listas negras que circulavam entre as fábricas de todo o país para impedir a sua contratação. Sob este sistema, o total de sindicalizados diminuiu de 1,2 milhões em 1979 para 840 mil em 1982. Actualmente os sindicatos existem apenas no papel.

A superexploração e a repressão necessárias para manter uma tal situação em benefício do crescimento económico e da promoção das exportações cria uma situação insuportável para os trabalhadores. Desafiando a rígida proibição do governo, ocorrem, de tempos a tempos, conflitos nos quais os trabalhadores recorrem a formas mais persuasivas de acção. Por outro lado, os estudantes, grupos religiosos e intelectuais organizam-se e atuam com frequência e em escala cada vez maior para exigir o estabelecimento da democracia, criando uma situação potencialmente explosiva neste país-modelo do desenvolvimento capitalista dependente.

Japão: controlo mais subtil

No reverso da medalha encontra-se a situação japonesa, na qual o governo e as grandes indústrias colaboram para construir o "desenvolvimento através de tecnologia e de investimentos no exterior". O Japão deverá assim manter-se na base das exportações de capitais e concentrar-se em indústrias de alta tecnologia, informática, serviços na área de equipamentos industriais, e na fabricação de armamento. Segundo o seu governo, o Japão, como segunda maior potência económica do mundo, deve ter uma voz mais activa na política internacional. Para isso deve fazer parte do G-7, desempenhar o devido papel militar em termos da estratégia global dos EUA, rearmar-se mais rapidamente e voltar a ser o "Grande Império da Ásia".

Também no Japão, o elemento chave reside em como os grupos dirigentes mantêm os trabalhadores sob controlo. Até agora, o esquema tem sido posto em prática de forma bastante subtil: o movimento sindical militante, *Sohyo*, deu lugar a um outro, de direita, integrado nas indústrias, o *Min Rokyo*; o conceito de classes foi eliminado e substituído pela colaboração entre empregados e patrões; e a rede estatal de vigilância e controlo foi ampliada para abranger todos os cidadãos. O conformismo alastra-se e os dissidentes são imediatamente reprimidos nas grandes fábricas mediante ostracismo ou a violência.



A doença do imperialismo

A mudança para indústrias altamente sofisticadas ou ramos não industriais "de alta qualidade" tem minado aos poucos a base interna do capitalismo japonês, até então o alicerce do crescimento no período anterior à crise. Os sinais da doença do imperialismo, observados por J.A. Hobson na Grã-Bretanha no final do século, voltam a surgir no Japão de hoje.

A sociedade japonesa tem vindo a decair gradualmente. Essa decadência assume várias formas subtis. Nas escolas, o ensino é cada vez mais desumano, à medida que os comités escolares e os professores impõem uma disciplina fútil e absurda aos alunos (como, por exemplo, o comprimento das saias, que é medido com uma régua por professores que se colocam junto aos portões de entrada das escolas). O consumismo conduz a um desmedido desejo material nas pessoas e leva-as a recorrer a agiotas, os quais são apoiados pelos grandes bancos que lhes concedem empréstimos.

Por de trás das aparências, há uma nova proletarianização das massas. A actual reorganização industrial concentra-se em ramos com um uso intensivo de capital e de tecnologia, como as indústrias nucleares e outras ligadas à "nova energia", indústrias aeronáutica e espacial, de semicondutores especiais, fibras ópticas, cerâmica e outros materiais modernos, e de processamento de dados. Os computadores e robôs têm vindo rapidamente a substituir a mão-de-obra humana nessas indústrias, ao passo que se criam novos empregos não-especializados e "sujos". As centrais nucleares exigem apenas um pequeno número de

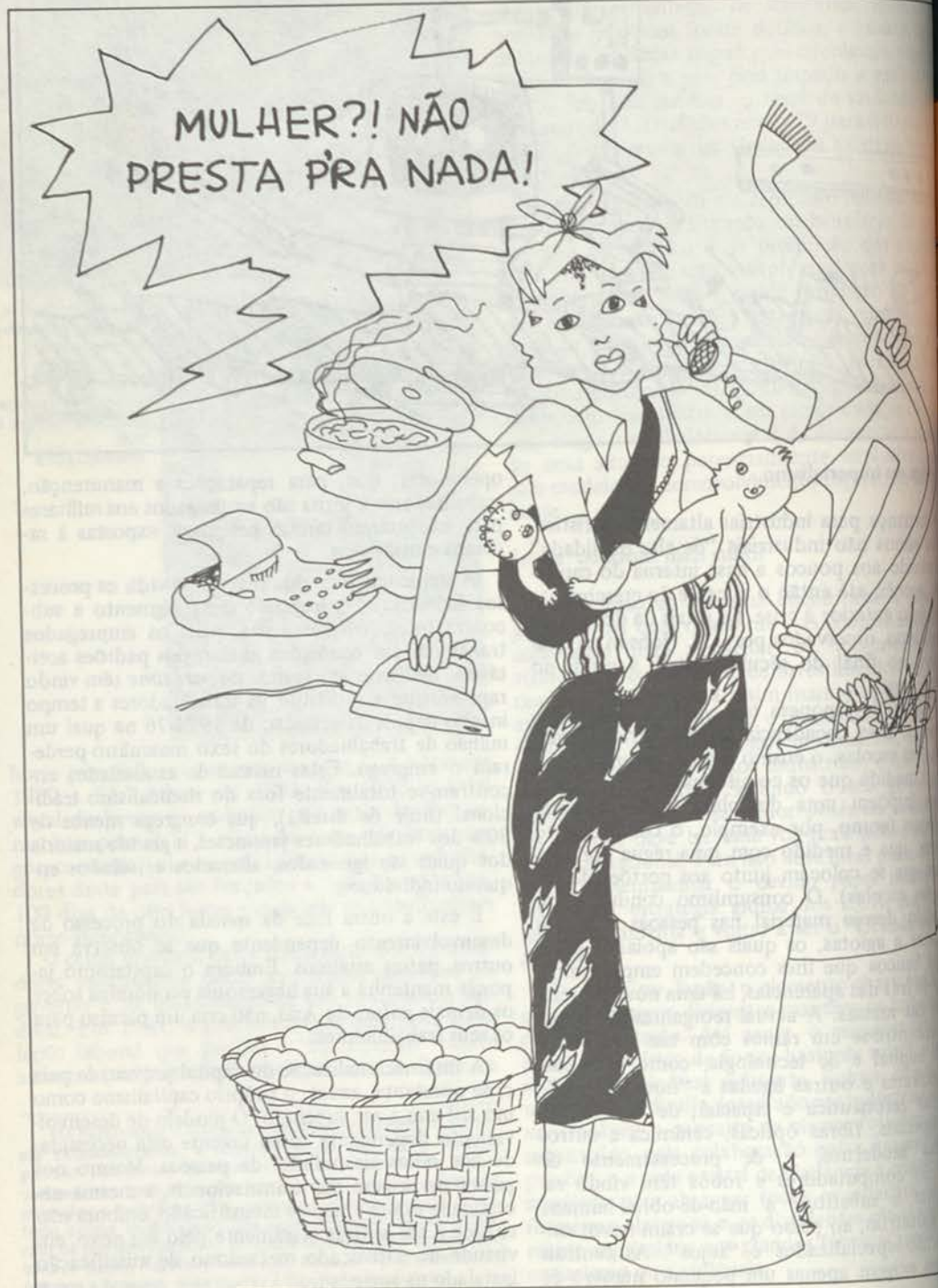
operadores; mas, para reparações e manutenção, trabalhadores à jorna são empregados aos milhares para executarem tarefas perigosas, expostas à radiação e mal pagas.

A tendência hoje dominante é dividir os processos industriais, entregando cada segmento a subcontratantes, empresas nas quais os empregados trabalham em condições abaixo dos padrões aceitáveis. Mulheres em regime de *part time* têm vindo rapidamente a substituir os trabalhadores a tempo inteiro depois da recessão de 1974-76 na qual um milhão de trabalhadores do sexo masculino perderam o emprego. Estas massas de assalariados encontram-se totalmente fora do sindicalismo tradicional (hoje de direita), que congrega menos de 30% dos trabalhadores japoneses, a grande maioria dos quais são ignorados, alienados e isolados enquanto indivíduos.

É esta a outra face da moeda do processo de desenvolvimento dependente que se observa em outros países asiáticos. Embora o capitalismo japonês mantenha a sua hegemonia económica sobre os demais países da Ásia, não cria um paraíso para os seus trabalhadores.

A internacionalização do capital provocada pela crise apresenta, assim, o próprio capitalismo como um sistema a ser superado. O modelo de desenvolvimento dependente torna urgente esta necessidade aos olhos de milhões de pessoas. Mesmo nos países de origem das transnacionais, a mesma necessidade existe e tem-se intensificado, embora não chegue a ser sentida claramente pelo seu povo, em virtude do sofisticado mecanismo de mistificação instalado na sociedade. ●

Humor



LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
Ao Serviço da Reconstrução Nacional

TAA



Angola,
terra da liberdade.



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola



SONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 · Luanda
telex 3148 3260